

CARLOS MALHEIRO DIAS

Da Academia de Sciencias de Lisboa

e da
Academia Brasileira



EXORTAÇÃO Á MOCIDADE



*NOVA EDIÇÃO precedida de uma
resposta à Carta-Prefacio do Sñr.
Antonio Sergio n' "O Desejado".*

(∴)

PORTUGAL-BRASIL-SOCIEDADE EDITORA

MALHEIRO-DIAS-CARL

PARTIAL I I

38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60

39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60

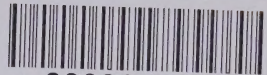
THE LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF
NORTH CAROLINA
AT CHAPEL HILL



ENDOWED BY THE
DIALECTIC AND PHILANTHROPIC
SOCIETIES

HQ799.8
.P8
D5
1924

1003/



a 00002 757742

EXORTAÇÃO
À
MOCIDADE



*Dêste livro tiraram-se dez exemplares em papel
vergé, numerados e rubricados pelo autor.*

C
BAS

HQ 799.8
.P8
DS
1924

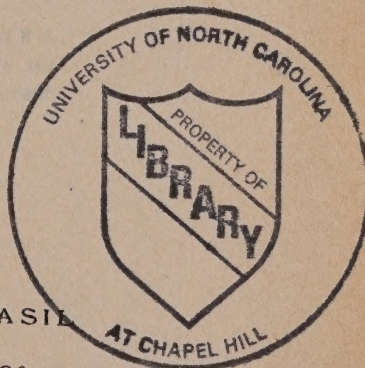
CARLOS MALHEIRO DIAS

EXORTAÇÃO À MOCIDADE

NOVA EDIÇÃO

PRECEDIDA DE UMA RESPOSTA À CARTA-PREFÁCIO
DO SR. ANTÓNIO SÉRGIO
NO SEU LIVRO «O DESEJADO»

PER ORDEM PVLGENS



LISBOA
PORTUGAL-BRASIL
SOCIEDADE EDITORA
ARTHUR BRANDÃO & C.ª
58 — RUA GARRETT — 60

1925

CARLOS MALHEIRO DIAS

EXORTAÇÃO À MOCIDADE

Reservados todos os direitos de reprodução : em Portugal, conforme preceituum as disposições do *Código Civil Português*; no estrangeiro (países da União) em harmonia com a convenção de Berne, a que Portugal aderiu por decreto de 18 de Março de 1911, e a que o Brasil aderiu também pela lei n.º 4:541, de 6 de Fevereiro de 1922, e decreto n.º 15:530, de 21 de Junho do mesmo ano.



A

ANTERO DE FIGUEIREDO

MESTRE DA BOA LINGUAGEM

E

DA BOA DOCTRINA

EM RECORDAÇÃO DAQUELA TARDE DE OUTONO

EM QUE, NO CAMPO DE BATALHA DE

ALCÁCER-QUIBIR,

ONDE A PÁTRIA FOI VENCIDA,

FERVOROSAMENTE PEDIMOS A

DEUS

A FIZESSE VENCEDORA DOS MALES

QUE ACTUALMENTE A AFLIGEM,

INCUTINDO NA ALMA DA

JUVENTUDE

A FÉ NOS SEUS DESTINOS E A

MESMA ENERGIA DOS QUE ALI

BATALHARAM, ATÉ O ÚLTIMO

ALENTO, PELA

GRANDESA,

A HONRA E A GLÓRIA

DE

PORTUGAL

ANTONIO DE FIGUEIREDO

POETA DA NOSSA PÁTRIA

DE SUA PÁTRIA

EM COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO POETA

DE 18 DE ABRIL DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE 1808

DE

DE 1808

«O sebastianismo é uma força tradicional e espiritual da nação portuguesa. O sebastianismo é ontem, é hoje, é amanhã. O ontem está na segurança que o português sempre teve nas energias sobrenaturais que constituem a trama sensível da sua pátria; o hoje, na consciência delas e na tenacidade para as pôr em acção; o amanhã, no brilho de esperança que timbra os olhos patriotas. Assim considerado, o sebastianismo não tem o bafo de um arcaísmo, mas sim a frescura de um neologismo».

ANTERO DE FIGUEIREDO

«Oliveira Martins chamou ao sebastianismo a «prova póstuma da nacionalidade». Chame-mos-lhe nós a sua mais bela afirmação de viver. Pois que é essa crença exasperada e ingénua senão a resistência dum povo que acredita em si com firmeza, e que renasce tantas vezes do sepulcro quantas o tentam atirar para dentro dêle?»

ANTÓNIO SARDINHA

I

O CRÍTICO

ANTES de me inteirar, surprêso, do texto da Carta (1) que o sr. António Sérgio se dignou endereçar-me ao prefaciá a reedição truncada de sete dos mais triviaes escritos dos séculos XVI e XVII, contemporâneos de Filipe II e Filipe III, em que se narram, quer os antecedentes preparatórios, quer os episódios dramáticos e infelizes da jornada de África, estava naturalmente indicado que eu usasse do mesmo veículo para a minha réplica.

O diapasão da sua Carta, onde as cortezias e os ditirambos dir-se-ia servirem apenas para realçar a presunção magistral do pedagogo, força-me, porém, a renunciar ao estilo epistolar, que não se coadunaria com a aspereza do que tenho para dizer-lhe. Seria hipocrisia imprópria dos meus hábitos e da disciplina mental

A CARTA-
PREFÁCIO
DO
SR. ANTÓNIO
SÉRGIO
N' O DESEJADO

(1) O DESEJADO. *Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África, precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias, por António Sérgio (1924).*



PREFÁCIO



do meu antagonista revestir de fórmulas afáveis uma resposta que o brio não permite submeter ao ritmo fluente de uma carta, onde talvez se atenuariam as arestas mais vivas da controvérsia.

Decerto, não renuncio à consideração intelectual que me merece o autor dos *Ensaio*s, nem à polidez compatível com os remoques soberbos da sua miscelânea epistolar. Queria poder acrescentar que, poupando o camarada por tantos títulos respeitavel, me vou ocupar tam sòmente das suas opiniões. ;Impossível, todavia! Patenteando como historiador a sua incapacidade, ou idiosyncrasia, de compreensão da psicologia do herói contra cuja memória deblatera como um possesso, o sr. António Sérgio utiliza contra mim armas que só o crédito do seu carácter me impéde de considerar desleais e que não se compadecem com uma discussão adstrita ao campo da doutrina. É lastimável, mas eu, que não sou empreiteiro de discórdias, aceito as questões como m'as apresentam. Não é pelo processo como entendeu dever fazê-lo, que se fala a um camarada. Assim, fala-se à galeria. O sr. António Sérgio não se limita a defender os seus pontos de vista. Converte-os para mim em pontos de honra. Por isso lhe respondo neste tom e me justifico com as mesmas palavras de Camilo na advertência aposta à edição da *Sebenta*: "*como aparei em pleno peito os dardos todos, aqui estão bem assinalados na réplica os estragos do ferro.*"

Digamos desde já que a opinião depreciativa do



PREFÁCIO



sr. António Sérgio acerca de D. Sebastião é tam legítima, na sua qualidade de opinião, como a minha reverência pelo herói. Inutilizemos depressa a tendenciosa distinção que o polemista procurou entre o critério romântico e o critério racionalista. O sr. António Sérgio não têm o privilégio de raciocinar clara e logicamente, e não lhe consentirei que volte contra o meu pseudo-romantismo as mesmas feias palavras que dardejou contra D. Sebastião.

No exame da figura *discutível* do vencido de Alcácer-Quibir, o autor do *Bosquejo da História de Portugal* aplica com argúcia a comprovada perícia de analista. O seu raciocínio trabalha com a precisão de um cronómetro. Sòmente, o cronómetro não foi regulado pela hora solar.

Admitamos que o sr. António Sérgio têm razão quando condena *a posteriori* a política expansionista de D. Sebastião — prosseguimento, aliás, da de D. João I, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, — e a parte pessoal, *heróica*, nela desempenhada pela ância de combater de que sofria o neto do belicoso Carlos V.

Haveria a discutir se os defeitos de D. Sebastião, tais como os aprecia o humanista-crítico, não seriam os próprios predicados do genuíno herói. As leis da cavalaria e as da tradição real distribuíam ao monarca o papel de chefe combatente. Se D. Manuel e D. João III quebraram a praxe quási ininterruptamente obedecida, não foi porque ela caíra em desuso nas monarquias



PREFÁCIO



européias, pois Carlos V e Francisco I haviam rijamente batalhado.

A POLÍTICA
DA CONQUISTA
DE ÁFRICA

Pelo que diz respeito à sua política de conquista africana, nenhuma outra jamais fôra tam portuguesa, na opinião idónea de Herculano. «*As tentativas dos nossos antigos reis para se apoderarem dos territorios africanos eram logicas historicamente, e além d'isso eram justas. O islamismo fôra quem lançara a luva á raça christan; não podia queixar-se da prorogação do combate. E, descendo da idéa essencial da politica da idade-média ás circumstancias secundárias que podiam servir como meios de a realizar, vê-se entre ellas e essa idéa mãe uma admiravel harmonia. As conquistas d' Africa... estribavam-se nas tradições e nos odios de uma guerra de séculos, guerra ao mesmo tempo de religião e de liberdade, e no habito da victória...*» (1).

O *Desejado* reingressava, pois, na política nacionalista do *Império Africano*, fundada por D. João I, animada pelo infante D. Henrique: política real e popular, que a defesa de Mazagão ainda recentemente demonstrára ser a única implantada a fundo no sentimento colectivo da nação.

Assim posta, a questiúncula reduzir-se-ia a verificar se o crítico dera ou não provas de desprezar os factores psicológicos na formação do seu severo juizo

(1) Herculano, *Cogitações soltas de um homem obscuro*.



PREFÁCIO



sôbre D. Sebastião, ao substituír-lhe a auréola de heroísmo pelas orelhas felpudas do asno. Remy de Gourmont reconhecia que «*la littérature, l'art, la philosophie, la science même et tous les gestes humains où il y a de l'intelligence sont dépendants de la sensibilité*». O sr. António Sérgio também o reconhece, mas no caso versado — como já lhe sucedera ao analisar mesquinamente a obra poética de Junqueiro, — a sua sensibilidade foi traída pela sua razão, ou, melhor dito, a sua sensibilidade funcionou peor do que a sua inteligência. Quem não está nas condições de tudo sentir não pode tudo compreender. A sua análise acérba exerceu-se, com explosões vulcânicas de antipatia, sôbre o comportamento do *chefe de Estado*. O meu minúsculo panegírico foi dedicado ao *herói*.

¿ Presume o sr António Sérgio, instruído pelas dificuldades da Espanha em manter o domínio protectoral nas serranias do Rif, que, ainda quando vencedor na batalha campal, o plano atribuído a D. Sebastião era inexequível? Poderia invocar-se o exemplo da França como argumento da praticabilidade do empreendimento. ¿ Considera temerária a impulsão belicosa com que êle se precipitou na Mauritânia, ao encontro de um inimigo poderoso e precavido? Mas o neto do pacífico D. João III procedeu tal qual o arrebatado infante D. Henrique, neto do violento D. Pedro I, ao acometer Tânger. ¿ A quem pretende iludir o sr. António Sérgio distribuindo o epíteto de «*idiota*» ao herói

O INFANTE
D. HENRIQUE
NA
EMPRÊSA
DE TÂNGER



PREFÁCIO



que morreu combatendo pela mesma causa a que o inclito Infante teve de sacrificar o próprio irmão, condenando-o ao martírio?

Oliveira Martins abre com estas palavras elucidativas o capítulo VIII de *Os filhos de D. João I*, consagrado à infausta emprêsa: “Assim que D. João I fechou os olhos, o infante D. Henrique precipitou-se como um falcão sobre D. Duarte, reclamando uma segunda campanha em Africa. “Era propósito que atára em sua alma com firmes nós de muita fé.” Dominado por esta obsessão, pensava em mudar o moto da sua vida, TALENT DE BIEN FAIRE, para a palavra IDA (a ida à Africa), *aggregação simbolicamente fatal das iniciaes do seu nome IFFANTE DOM ANRRIQUE* (1). A opinião geral era, porém, contraria a essa aventura; e do fundo das suas terras, em Guimarães, o conde de Barcellos, sabedor da teima do irmão, escrevia ao pae, dois mezes e meio antes da morte d’este, uma longa carta politica acerca das emprezas marroquinas, mostrando-lhe a serie de argumentos dictados pelo bom senso, que as condemnavam, (2). D. Duarte exgotou todos os recursos dilatórios para dissuadir o exaltado irmão, que, talqualmente D. Sebastião, justificava a emprêsa como indispensável para a consolidação de Ceuta: “*vamos a*

(1) Rui de Pina, *Chr. de D. Duarte*, XIV:

(2) Sousa, *Hist. Geneal*, v. 23 e seg.



PREFÁCIO



filhar Tanger: o reino de Fez é nosso!„. E como na hora fatal em que D. Sebastião decidiu ir ganhar Larache, recuperar as praças perdidas e consolidar o domínio português na Berberia, também para a expedição dispendiosa de Tânger não havia dinheiro. Os tributos lançados pelas côrtes de Évora provocaram murmurações e descontentamentos populares. No conselho de Leiria, o infante D. João sentenceára: *“Dareis causa a se perder o d’aquém por não ganhar o d’além,*„; o conde de Barcellos reprovára rudemente a cruzada; o sábio infante D. Pedro disse do plano do irmão, por outras palavras, o mesmo que o sr. António Sérgio agora repete acêrca da impraticabilidade dos projectos de D. Sebastião. O rei, indeciso, apelou para o papa. Mas tudo foi de balde. Tenaz, anelante por combater, por conquistar, por dilatar o reino, por abrir o segundo batente das portas da África a Portugal, o infante D. Henrique obteve a concessão real. O povo *“howe esta ida por tão pesada que a mais quix incorrer nas penas de perda das fazendas, antes de se arriscarem a perder com ellas as vidas,*„. Faltaram os soldados, faltaram os navios, faltou o dinheiro. Antes de embarcar, o infante D. Fernando fêz o seu profético testamento. ¡Agourada partida a da expedição! ¡Trágico o seu desenlace! Cercado o exército, já famintos e abraçados de sêde os soldados, D. Henrique capitulou, prometendo entregar Ceuta e deixando ao inimigo, como penhor do compromisso, o infeliz irmão.



PREFÁCIO



¿ Como foi possível ao sr. António Sérgio, com a única mira a uma fácil vitória do seu racionalismo pedante, ocultar a similitude da obsessão temerária do heróico infante D. Henrique ao precipitar-se contra Tânger e da obsessão igualmente temerária do «estúpido» D. Sebastião? Por êstes processos scénicos faz-se, hoje, a política, em Portugal; mas a história, ainda não.

E acrescenta o sr. António Sérgio que o pretexto económico de ir buscar os cereais à África era absurdo, por impraticavel. ¿ Mas não fôra possível ir buscar a pimenta à remota Índia? Nada se afigura impossível ao herói nas crises de tensão da sua energia. É êsse poder transfigurador da fé e também o desprêso do perigo que caracterizam o heroismo.

Eis os limites em que confinariamos a controvérsia das duas nossas Razões em conflito se o sr. António Sérgio a não tivesse deslocado para outro terreno aonde o seguimos resolutamente.



PRESUNÇÃO
E
EXALTAÇÃO

A personalidade despótica do sr. António Sérgio, as suas zombarias sarcásticas, a ênfase professoral com que se me dirige, a intenção manifesta de me reduzir á posição de um subalterno, de me desacreditar como romântico destituído de dis-



PREFÁCIO



cernimento, sem excluir o mixto enervador de afabilidades e de ironias, de cumprimentos e de escárneos, de blandícias e ferroadas, que se alternam na sua Carta felina, impõem-me o dever, a que me submeto com desgosto, de analisar ao mesmo tempo as suas intenções e o facciosismo do seu juízo crítico. Há um elemento perturbador que coabita com a cultura e a sagaz inteligência do sr. António Sérgio: é a sua excessiva presunção. Destituído da sensibilidade literária de um Moniz Barreto, sem o talento criador e devinatório de um Oliveira Martins, faltando-lhe as capacidades coordenadoras de um Silva Cordeiro, o autor dos *Ensaio*s considera a literatura portuguesa como uma aula, os escritores sentados nos bancos escolares, e êle prelecionando sapientemente, com a férula erguida na sua autoritária mão direita. Vai ser, pois, preciso convidá-lo a mudar de atitude, a abandonar a cátedra e a sentar-se a nosso lado.

Apelando "*dos meus brados para a minha Razão*," esperando de mim uma sentença "*sem paroxismos nem crispações*," o sr. António Sérgio parece esquecer que nas vinte e cinco páginas do seu prefácio, paroxismicamente, crispadamente, faltando à compostura e reverência devidas à sua cultura, à sua hierarquia mental e à gravidade da História; repudiando os conceitos que esculpira na enfatuada dedicatória da sua obra; perdendo o "*sentimento da medida, da modestia e do senso critico*,"; desobedecendo à disciplina men-



PREFÁCIO



tal a que se confessa subordinado; desatendendo o seu conselho de analisar “*sem paixão nem preconceito*”; — invectiva D. Sebastião e exaltadamente lhe chama “*pateta, imbecil, fanfarrão, mentiroso, estúpido, perfeito pedaço de asno, desbocado, rufião, bruto, cruel, monstro, egoista, miúdo, vesânico, insensato, tonto, zote, bôbo, idiota, bronco, torpe, e vil*„!

¡E têm, depois disto, o sr. António Sérgio o topête, o desplante de invocar o seu “*auto-domínio*„!

Aquelas grosseiras palavras destoam singularmente na linguagem de um intelectual da sua estirpe. ¿Em que turvo tinteiro molhou o sr. António Sérgio a sua aguda pênna de crítico? Era mais ou menos assim que a plebe ignára vociferava contra os jesuítas, quando assaltou, armada e em delírio, o convento do Quelhas. O vocabulário desbragado de que se serve o sr. António Sérgio não é modelo que se recomende como educado e pautado instrumento interpretativo de uma “*inteligência crítica*„. Está inquinado daquela truculência plebeia com que Marat insultava os Capetos no *Ami du Peuple* e que tanto desagradava ao formalista Robespierre. Mas a truculência de Marat era dramática e a do sr. António Sérgio — dizemos-lho com pesar, — é ridícula.

¿Quer-se depoimento mais decisivo da carência de *self-control*, exemplo mais frisante de retórica incoerível, de paixão irrascível, de falta de serenidade, de *romantismo*, enfim, da peor espécie? Denominar «RU-



PREFÁCIO



FIÃO» (*aquela que vive à custa de mulheres; alcoviteiro; cp. cast. rufian; cf. Cândido de Figueiredo, Dicionário*) a um mancebo casto e místico; chamar torpêsa à virgindade; apear da sua categoria de *herói* o cavaleiro de Alcácer-Quibir, que morre leonina, honrada e formosamente, crivado de golpes, depois de combater com galharda valentia; — é o cúmulo do *não-senso* crítico. Essas diatribes e apóstrofes em pênata culta são absolutamente alheias ao «*sentimento de medida*» e ao preceito de analisar «*sem paixão*». Esta dupla personalidade com que se nos apresenta o sr. António Sérgio, de pedagogo e panfletário, de exaltador da serena Razão e de galhofeiro insultador de heróis, ameaça incapacitá-lo para a missão pontifical que a sua megalomania literária pretende exercer. O difamador do «Desejado», apologista da disciplina racionalista, admoestador de apaixonados impulsivos, preconizador do «*sentimento de medida e das proporções*», aparece-nos no breve texto do seu Prefácio como ultra-romântico impetuoso, excedendo o próprio romantismo verrineiro de Camilo em suas arrebatadas investidas contra D. João II e Pombal — sem, aliás, ter a redimi-lo o vigor, o pitoresco, a beleza da linguagem, em que lhe faltam, como a mim, asas para ascender à esplendidez do verbo camiliano.



NÃO deve passar sem prévio comentário o anúncio retumbante com que o sr. António Sérgio deixou que lhe apregoassem a sua colectânea de «*testemunhos históricos*», e o pouco esmero que applicou na improvisada confecção do processo documentário do «*Desejado*» — em contraste com a probidade meticulosa de Antero de Figueiredo na sua *explicação* do rei cavaleiro, — processo com que o sr. António Sérgio pretendeu, pedagogicamente, facultar à Mocidade o exame das fontes em que assentou a sua tese, a fim de habilitá-la e habituá-la a julgar e concluir por seus próprios recursos de intellecto, sem a intromissão sugestiva do mentor. Anelo óptimo, em que se reconhece, desta vez, o espirito instruído do pedagogo. Mas porque comprometeu o sr. António Sérgio a intenção excelente antepondo a sentença ao processo?

Atente-se neste cartaz de Barnum:

O DESEJADO

«INTERESSANTÍSSIMA COLECÇÃO DE DOCUMENTOS, DA MAIS EMPOLGANTE LEITURA, ESCRITOS POR CONTEMPORANEOS DE D. SEBASTIÃO, ACÉRCA DÊSTE REI E DA BATALHA DE ALCÁCER-QUIBIR. ESTÁ NESTAS PÁGINAS O VERDADEIRO RETRATO DO REI «DESEJADO». NUM PREFÁCIO, ANTÓNIO SÉRGIO REFUTA VIGOROSAMENTE OS APOLOGISTAS DE D. SEBASTIÃO».



PREFÁCIO



Ora, nem a coleção de documentos é «*interessantíssima*», nem «*da mais empolgante leitura*», (¡que imerecida honra para o narcotizante frei Bernardo da Cruz e o mediocre, embora bem intencionado, Jerônimo de Mendonça!), nem nas páginas do livro pode dizer-se que está o «*verdadeiro*» retrato de D. Sebastião. Entretanto, será fácil verificar que não foi nessa coleção de documentos que o crítico racionalista encontrou aplicados ao vencido de Alcácer-Quibir os epítetos de «*pedaço de asno*», «*bruto*», «*vil*», «*rufião*», «*ladrão*», e outros equivalentes.

Se o *placard* pode ser atribuído ao editor, sem prévia audiência e o *placet* do autor, outro tanto é impossível dizer-se dos sub-títulos onde o prefaciador sumaria o contexto do livro. A sinopse do frontispício deixa o incauto na persuasão de que o sr. António Sérgio, propagandista do humanismo crítico, profligador da «*indolência mental*» dos repentistas e improvisadores retóricos, extraíu de inéditos e abalisados documentos a verídica interpretação do *Desejado*. ¿Quais documentos? ¿Os salvados do incêndio que destruiu a biblioteca do conde da Ericeira? ¿Os códices e opúsculos desaparecidos da coleção sebástica do rei D. Luís? ¿Os manuscritos registados no catálogo da casa de Cadaval? ¿A miscelânea de documentos oriundos da livraria do conde de Azevedo, a que se refere Camilo (1)?

(1) *Sentimentalismo e História*, pág. 178.



PREFÁCIO



¿Papeis recém achados em ignotos esconderijos da Torre do Tombo ou nos arquivos de Simancas?

Frustrada expectativa, pois que o sr. António Sérgio procedeu, ao contrário de um Mömmsen ou de um Herculano, com a displicência de um romancista da escola de Dumas e de Paul Féval. ¡Um ludíbrio!

Reduz-se a sua documentação coéva — e não são os coévos os melhor habilitados para julgar, — a um capítulo dos *Avisos do Céu*, de Tôrres de Lima, cuja 1.^a edição é posterior de meio século à morte de D. Sebastião; a chamada *Carta a um abade da Beira*, manuscrito anónimo publicado por Felner, em 1849, e Ribeiro Guimarães no seu *Sumário de Vária História*; a *Relação Anónima*, da Biblioteca da Ajuda, publicada no *Bibliófilo* e incluída no tomo VI dos *Opúsculos* (III das *Controvérsias e estudos históricos*), de Alexandre Herculano; o trecho de *Les Voyages*, de Leblanc, traduzido por Oliveira Martins e recentemente publicado no II volume, póstumo, do *Portugal nos mares*; o sétimo Diálogo da *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrada; vastos extractos da *Jornada de África*, de Jerónimo de Mendonça, cuja terceira edição, da «Biblioteca de Clássicos Portugueses», de Melo de Azevedo, data de há vinte anos apenas; e longos extractos da *Crónica del-Rei D. Sebastião*, de frei Bernardo da Cruz, publicada por Herculano, segundo o manuscrito que do convento de Tibães fôra recolhido à Biblioteca Municipal do Pôrto, e reeditada em 1903.



PREFÁCIO



Eis o magro, o esquelético inventário dos apregoados *Testemunhos históricos* com que o sr. António Sérgio compôz um volume de 374 páginas, das quais escreveu apenas 26, incluindo a *Dedicatória*, e a que juntou em apêndice um excerpto do opúsculo, *Notas acerca da vida e estada de el-rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570*, publicado há dois anos pelo investigador e bibliófilo dr. Simões de Castro.

Não se fatigou o sr. António Sérgio para oferecer á leitura e meditação da Mocidade, sob a recomendação do seu nome, sete transcrições de obras várias vezes impressas e acessíveis a todos os estudiosos. Os créditos do sr. António Sérgio e os métodos de estudo por êle preconizados reclamavam do ensaísta mais penetrada consciência dos deveres do historiógrafo. Se ao menos tivesse substituído aos textos vulgares, que reeditou, as quasi ignoradas *relações* quinhentistas publicadas pelo conde Henry de Castries na sua obra *Les sources inédites de l'histoire du Maroc, de 1530 à 1845* (1)! Mas compilar em volume trechos trun-

(1) Os mais antigos relatórios sobre a expedição, arquivados por Castries, são: *Les voyages et les conquêtes des roys de Portugal*, por Joachin de Centellas, trad. do português (1578); *Histoire véritable des dernières Guerres advenues en Barbarie*, por Fray Luis Nieto, trad. do espanhol (1579), *Relation de Louls Oxeda*, trad. do espanhol (1583-86); *Relation de Agripa d'Aubigné*; *Relation du captif portugais* (Relação da batalha de Alcácer que mandou um cativo ao Dr. Paulo A.º);



PREFÁCIO



cados de obras insuficientes e oferecê-lo à Mocidade como chave de interpretação da figura de D. Sebastião, não é proceder em conformidade com quem pretende inspirar confiança por sua isenção e autoridade, e muito menos quando êle próprio se antecipa ao julgamento, lançando à cabeça do processo a sentença atrabiliária, rancorosa, e por isso mesmo irrita e nula.

¿ Como não estranhar, levando-se em linha de conta as suas responsabilidades, os meios de que lançou mão o sr. António Sérgio para elucidar e instruir a Juventude Portuguesa, ao oferecer-lhe, como peças do processo que instaurou contra D. Sebastião, e a cuja meditação a convida, alguns textos triviais e uma documentação omissa, de franciscana pobreza em confronto com a copiosa bibliografia sebástica ?

¡ Se de um escritor se tratasse que não tivesse prestado já as suas provas decisivas e não houvesse ascendido, por direito, à categoria mental do autor dos *Ensaio*s, a publicação dos *Testemunhos históricos* expô-lo-ia ao perigo de ser acusado de mistificador por um crítico da severidade... do sr. António Sérgio!

Relation du captif italien; Relation de Palma Cayet; Lettre de S. Yuyé à Simon Fizes; etc. etc. Tôdas estas relações são de testemunhas oculares ou registam depoimentos de soldados que participaram na expedição. A relação de Fray Luís Nieto é dedicada a Filipe II e decerto publicada sob os seus auspícios, como a de Conestagio (cujo verdadeiro autor é D. João da Silva) e a de António da San Roman.



PREFÁCIO



Estou a vê-lo, nas páginas da *Lusitânia* ou da *Seára Nova*, agitando na dextra a palmatória do mestre-escola, brandindo com a sinistra as sibilantes disciplinas, perguntar ao instaurador do capcioso processo o motivo porque olvidara de acrescentar ao depoimento de modestos letrados e escribas anónimos o da mais refulgente figura das letras pátrias: de LUIS DE CAMÕES (1) ; Como floretearia a pêne aguerrida do sr. António Sérgio ao esgrimir contra o imprudente, que transformara em epítetos infamantes o panegírico hiperbólico e glorificador do poeta épico! E teria sido um dos triunfos mais brilhantes da “razão clara”, do “sentimento de medida”, do “senso crítico”, e da imparcialidade do

(1) Já depois de escrito e em composição este texto, o sr. António Sérgio publicou um opusculo, *Camões e D. Sebastião*, espécie de *post-scriptum* à Carta-Prefácio a que respondo. Nêle, porém, reafirmando o seu engêhno de sofista, o autor de *O Desejado* foge a reproduzir as estrofes em que Camões incita o rei á guerra africana. Quasi se limita, apoiado em Faria e Sousa e D. Jerónimo Osório, a interpretar, como advertencias ao rei de quinze anos e censuras aos seus conselheiros e válidos, algumas passagens dos *Lusíadas*. Chega ao extremo de admitir que a «apagada e vil tristeza» (em cuja «rudeza» e «no gosto da cubiça» o épico diz que a pátria está metida) sugere «o menos agrado do rei pelos fidalgos joviais»!

Contra as conclusões do sr. António Sérgio insurgem-se os factos e contra eles de nada vale a dialéctica. Já depois da batalha de Lepanto e do aparecimento da 1.^a edição dos *Lusíadas*, Camões perseverou em incitar o rei á politica das conquistas de África.



PREFÁCIO



sr. António Sérgio êsse em que, colocando em confronto a probidade e a isenção do raciocínio com os desvarios da paixão, verberasse ao fanático o haver transformado em um “*rufião*”, em um “*torpe e desbochado imbecil*”, a

“; *Maravilha fatal da nossa idade!*”,

Infelizmente, o sr. António Sérgio não é nesta causa o juiz togado, que em nome da Inteligência interroga e admoesta a Paixão. É o réu, que responde pelo delito de lesa-Razão, por haver desobedecido à própria disciplina mental que preconiza, por se ter deixado arrebatado pelo desvairador fanatismo que condena.

Porque o atraíçõa com frequênciã a sua *vis* de polemista, ainda recentemente um observador arguto lhe advertia, a propósito de certas afirmações contidas no seu prefácio à *Antologia dos Economistas Portugueses*: «Sob uma aparênciã de frieza e imparcialidade inexcedíveis, esconde-se um temperamento impulsivo e apaixonado. Um pouco mais de domínio sôbre si, ainda que alcançado à custa de grande esforço, faria de António Sérgio o excelente crítico que pretende e pode ser» (1).

Foi êsse temperamento impetuoso que o impeliu à

(1) *O Século*, de 20 de Dez. de 1924.



PREFÁCIO



exautoração de D. Sebastião, e converteu o racionalista em sofista, o juiz imparcial em rábula argucioso, e o aconselhou a escamotear ao processo os depoimentos mais prestigiosos para o herói que se propunha a apresentar-nos, tal um apaniguado de Filipe II, como um «bôbo coroadado».



NÃO é de agora que o sr. António Sérgio nutre pelo vencido de Alcácer-Quibir uma antipatia insopitável, que desta vez, em crise de alta tensão, o arrojou aos máximos arrebatamentos.

A
SEBÁSTOFOBIA
DO
SR. ANTÓNIO
SÉRGIO

Evidentemente, não pretendemos contestar ao sr. António Sérgio o direito que lhe assiste de ter a respeito de D. Sebastião as opiniões que lhe apraz. O que lhe contestamos é o direito a usar delas como vem fazendo, pretendendo impô-las, em tom doutoral de lente de prima, sem convenientemente as justificar. Não é só exigir rispidamente dos outros, como se todos os escritores de Portugal lhe devessem vassalagem, subordinação estrita aos preceitos da lógica e da crítica histórica, reservando-se o privilégio de lavrar sentenças iníquas e de julgar um cavaleiro místico do século XVI — que por sua estrutura moral pertencia ao século XIV, — com a mentalidade da época do Registo Civil e do Grémio 5 de Outubro.



PREFÁCIO



Abusando do direito de ter uma opinião indemonstravel, como a da “vileza,” e da “estupidex,” de D. Sebastião, não percebo como tanto se agasta e encolerisa o sr. António Sérgio porque outros escritores se recusam a condenar por “vil,” e “torpe,” o guerreiro de Alcácer-Quibir.

À veemência de amor, de ideal e de entusiasmo chama o sr. António Sérgio — romantismo. À veemência da presunção, do orgulho e da ira chama o sr. António Sérgio — senso crítico. Como se depreende da lição do meu antagonista, exaltar o heroísmo de D. Sebastião é indício de “indolência mental.” Rebaixá-lo à categoria de “bôbo coroad,” é atestado de lucidez intellectual. ¿Acredita-se, pois, a retórica quando, de apologética, passa a pejorativa?

Até ao presente limitara-se o erudito ensaista a afirmar sob palavra que D. Sebastião era “um pedaço de asno,” mas não conseguiu explicar-nos porque o povo, desgraçado, “roubado,” e tiranizado, — por tam “estupido,” e “torpe,” rei verteu copiosas lágrimas e o guardou no relicário da saudade como um despertador de energias viris e um deflagrador de esperanças.

A prudência aconselharia ao sr. António Sérgio a desviar-se cautamente de um assunto que tanto parece exacerbar o seu sistema nervoso e alterar a serenidade da sua Razão. “*Il est de la sagesse de cacher son aversion,*” — recomenda o filósofo.

¡Birra que vem de longe! ¡Ideia fixa! ¡Monomania!



PREFÁCIO



Na página 264 dos *Ensaio*s escrevia o sr. António Sérgio:

“O ; Sebastianismo ! ; Condensado sôbre o vulto de um romântico pedaço de asno — desse inexcedível pedaço de asno que foi o senhor rei D. Sebastião, — quanta nubivaga retórica tem êle inspirado à literatura ... e à literatice dos nossos dias !...”

Já na página 40 das *Considerações histórico-pedagógicas*, sentenciara com a sua habitual mordacidade:

“As conseqüências da gangrena moral inerente ao parasitismo realçam a tôda a luz quando o último rei cavaleiro — idiota que nos simboliza a loucura saqueadora — atira ao esbarrondadoiro de Alcácer o espectro de uma nação.”

Na página 23 das *Virtudes fundamentais da Reforma da Educação*, insistira:

“...supus D. Sebastião um pateta ou pouco mais.”

Recentemente, na *Introdução histórica* escrita para o *Guia de Portugal*, organizado pelo sr. Raul Proença e editado pela *Biblioteca Nacional de Lisboa*, o historiador pedagogo ratificava os seus juízos anteriores:



PREFÁCIO



“A êste rapazola tresloucado, pateta e fanfarrão, os fanáticos e lunáticos do tempo meteram na cabeça em prosa e verso o ser o paladino da fé católica, contra o protestante e o maometano.”

E pênna foi, desta vez, que a sua erudição tivesse occultado aos leitores os nomes dêsses “*lunáticos*”, entre os quais se encontravam Luís de Camões, Sá de Miranda e António Ferreira.



OS PROCESSOS
DO CRÍTICO

ESTE mesmo procedimento o applicou o sr. António Sérgio ao exame crítico da *Exortação à Mocidade*, de que declara haver lido, apênna “*alguns trechos reproduzidos no jornal O DIA*». Possivelmente, se houvesse procurado conhecer na íntegra o texto que se dispunha a criticar, o sr. António Sérgio teria retocado certas passagens da sua Carta-Prefácio. Não o fêz, embora lhe tenhamos enviado, cêrea de dois meses antes da publicação do seu Prefácio (e não podemos dizer do seu livro, pois nêle colaborou apênna com duas dúzias de páginas), o texto integral da *Exortação*. Ou já a êsse tempo estaria impressa a sua homília (1), ou o sr. António Sérgio

(1) Não nos consideramos com direito a trazer a público a correspondência particular em que se versou êste assunto: As cartas que sôbre êle trocámos pertencem à nossa amizade, não à nossa polémica.



PREFÁCIO



entendeu não dever modificá-la depois da leitura integral da *Exortação*. Neste caso, é para estranhar que haja mantido a declaração inicial e inexacta de que só dela conhecia o excerpto do jornal *O Dia*. Na anterior hipótese, não é menos estranhável que se considerasse habilitado a pronunciar o seu *verdictum* sobre o espírito e intenção de uma obra da qual apênas conhecia um extracto. De qualquer modo, tal proceder jamais poderá servir como exemplo de subordinação a uma disciplina crítica que conta, entre os seus princípios infringíveis, o exame directo e consciencioso dos textos.

E atinjo agora, antes de entrar pròpriamente na justificação das ideias e sentimentos que difundi e na apreciação dos princípios que me opõe o meu antagonista, o ponto mais escabroso dêste libelo.

Falta-me exprobar ao sr. António Sérgio o expediente, impróprio de um adversário da sua estatura e indigno da sua cultura, de que se serviu para tentar desacreditar-me perante aqueles que, senão nos meus dotes intellectuais, confiam na minha probidade. O sr. António Sérgio é useiro na arte de desarmar o adversário para depois o trespassar com o perfurante estilete da sua crítica e o alvejar com as flechas hervadas da sua desdenhosa ironia. Haja vista a sobrançeria com que, antes do apêrto de mão de pugilista vencedor ao nobre vencido, êle comentava recentemente na *Lusitânia* os tópicos de uma carta do sr. Jaime de Magalhães Lima.



PREFÁCIO



Assediado pelos *espiritualistas*, que lhe aparecem por todos os lados, o sr. António Sérgio exaspera-se e, resolvendo vibrar a estocada mortal nesses devaneadores incómodos, deu-me a honra de me escolher para vítima propiciatória do racionalismo. Lançando-se contra mim, e fiel à sua tática de duelista, diligenciou desprestigiar-me, procurando fazer acreditar que eu não passava de um romântico anacrónico, impulsivo e retórico, rebelde à sã disciplina mental de um pensador, guiado mais pelo instinto — ¡um “*inspirado*,”! — do que pela cultura. Foram êstes defeitos que a imprensa afecta aos racionalistas glosou, regalada, ao anunciar a Carta-Prefácio em que o sr. António Sérgio me expunha à irrisão jacobina e procedia à execução, em effigie, de D. Sebastião.

Com maligna impertinência, escreveu, a págs. XXI-XXII da sua Carta, o prefaciador d’“*O Desejado*,”:

“Vai o século XV, para Portugal, de 1383 a 1495, — de Nunálvares a Vasco da Gama: e parece que aos homens dêsses grandes tempos continúa a vê-los o meu nobre Amigo segundo a teoria das Navegações (celticista, conto-de-fadas, e verdadeiramente calorífica) que a geração a que pertencio veio encontrar na história pátria, e que eu, logo de início, considereei tão séria e digna de crédito como própria história do João Ratão. Essa insistência no erro velho não era crível no seu alto es-



PREFÁCIO



pírito. Lembro-me ainda de quando me disse, na Biblioteca, que as fontes buscadas nos nossos arquivos para a obra histórica que dirige agora (1) — roboravam tôdas, sem sombra de dúvida, a clareza das minhas teses sobre conquistas e navegações,,.

Nego veementemente ao sr. António Sérgio (ao historiador que documenta a sua opinião sobre D. Sebastião em sete únicos depoimentos da época filipina, que, aliás, a não autorizam) o direito de desacreditar-me, fingindo ignorar as provas concludentes com que a minha obra desmente as suas alegações desleais e tendenciosas. O seu desplante chocaria violentamente o conceito que tenho da probidade e da honra, se os meus ímpetos não fôsem governados pela Razão e se esta não interviesse, para atribuir a atitude insólita do sr. António Sérgio ao desnorteamento momentâneo em que o deixou a defesa de uma causa indefensável.

A pág. VII da Introdução ao volume I da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (escrita em 1919 e publicada em 1921) escrevi:

“As navegações portuguesas, de que os descobrimentos das Antilhas e do Brasil constituem

(1) O sr. António Sérgio refere-se à *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.



PREFÁCIO



dois dos maiores episódios, têm sido geralmente encaradas como depoimento da audácia heróica da raça, e narradas por forma a passarem, ante a imaginação das maiorias, como prodigiosa e audaz aventura. Porém, não é verdade. Esse testemunho de heroísmo nada possui do que possa confundir-se com uma aventura, na acepção vulgar da palavra. Os descobrimentos resultaram de um plano nacional, a que presidiram concepções geográficas arrojadas, desenvolvidas por trabalho científico de grande envergadura.,,

E a pág. VIII:

«A história dos descobrimentos portugueses continuará ininteligível enquanto não fôr integrada na cultura universitária do quadrívio, colocando os sábios no primeiro plano, ao lado dos heróis».

O empreendimento erudito da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, a que tenho a honra e a responsabilidade de ver vinculado o meu pequeno nome, foi concebido e planeado, na parte relativa ao descobrimento, sob o critério exposto nas passagens transcritas. Nunca tarefa de ciência histórica mais do que esta se submeteu a severa disciplina científica. Em meu auxílio chamei os especialistas, e bastaria citar, entre outros, não menos ilustres, os nomes dos pro-



PREFÁCIO



fessores Duarte Leite e Luciano Pereira da Silva, os de António Baião e Pedro Azevedo, Lopes de Mendonça e Esteves Pereira, Aires de Sá e Jordão de Freitas, — o grupo, emfim, dos nossos geógrafos e historiadores de maior categoria, sábios paleógrafos, peritos investigadores, os directores do Arquivo da Torre do Tombo e das bibliotecas Nacional e da Ajuda, — para implicitamente invocar os métodos de meticolosa análise applicados ao estudo dos transcendentales problemas de geografia-histórica com que tínhamos de arcar. Nos dois primeiros volumes já publicados, a bibliografia em que se documenta o texto abrange aproximadamente MIL E DUZENTAS OBRAS impressas e manuscritas. O aspecto científico dos descobrimentos foi longamente versado em centenaes de páginas de texto *in-folio*. ¿A que propósito invoca, pois, o sr. António Sérgio a «*história do João Ratão*»? ¿Como se anima o omisso documentador d'«*O Desejado*» a apresentar com o falso rótulo de historiador romântico o homem que, sem sair da devida modéstia, se attribui o mérito, e só êsse, — que não lhe negam historiadores-geógrafos da autoridade de Hermann Wagner, Franz Hümmerich, Henri Vignaud e Lucien Gallois, — de ter subordinado aos dictames rigorosos da sciência a obra de exaltação do passado glorioso da Pátria, que se havia confiado à sua direcção? ¿Como pôde o sr. António Sérgio, sem rebates de consciência, servir-se de um expediente retórico para me apresentar como espécimen fóssil do



P R E F Á C I O



historiador romântico, para gáudio de demagogos iletrados? E é o sr. António Sérgio, que reclama o respeito pela inteligência, que dá à Mocidade o exemplo imoral de desacreditar um camarada que nunca lhe regateou o preito consciente e persistente devido à sua cultura.

Quanto à prioridade que o sr. António Sérgio parece atribuir-se de haver condenado a concepção romântica do *aventurismo* aplicada às navegações, não passa ela de soberba ilusão. Desde Humbolt a Ravenstein, de Andrade Corvo, Luciano Cordeiro, Brito Rebêlo, Baldaque da Silva, a Joaquim Bensaúde e Luciano Pereira da Silva, haviam sido dedicadas às navegações portuguesas e à ciência que as preparara, trabalhos notabilíssimos e com cujo farto material se construíram os alicerces da história do descobrimento do Brasil.

Foi porque trabalham os pelos processos que o sr. António Sérgio preconiza, mas de que tão mal mostrou agora saber utilizar-se, que, depois de passarmos em revista todos os argumentos, desde os mais subtis aos mais veementes, em favor do descobrimento pré-columbino da América pelos portugueses, concluímos pela impossibilidade de a proclamar, por carência do texto iniludível em que apoiássemos essa reivindicação gloriosa — na qual se mostram tão empenhados o talento e o patriotismo do sr. Jaime Cortesão, não obstante contrariarem-lhe o intento declarações oficiais e categóricas, promanadas de D. João III, decerto



PREFÁCIO



redigidas por António Carneiro, que servira no mesmo ofício a D. João II e D. Manuel (1). Mas o sr. Jaime

(1) «... o pensamento dos reis meus antecessores não foi senão descobrir para a parte do meio dia e dahl buscar caminho para o Oriente, para a Índia de que tinham noticia, e esta parte lhe foi confirmada pelos santos padres... e os castelhanos foram para a parte do poente onde ninguem podia cuidar que havia terras...» Carta de D. João III a João da Silveira, seu embaixador em Paris. Torre do Tombo, gav. 18, maç. 7, n.º 14.

A expedição dinamarquesa que, no reinado de Cristiano I, teria encontrado a Groenlândia e as terras mais septentrionais do Novo Mundo, e na qual, segundo o douto director da Biblioteca de Copenhague, haveria ido um delegado do rei de Portugal, não assinalou a existência de um novo continente. Foi uma viagem sem conseqüências históricas: méra reedição das audazes navegações dos escandinavos à Groenlândia e à Vinlândia. Falta provar que o delegado de D. Afonso V fôsse João Vaz Côrte Real. Certamente, o infante D. Henrique não ignorava a remota colonização da Groenlândia, mas os mais antigos documentos cartográficos que a mencionam consideram-a extensa ilha para além da Islândia, nos confins da Europa. E, todavia, contra a afirmação categórica de D. João III reconhecemos que se levantam as doações das terras a descobrir no rumo do poente. Isto prova que os portugueses admitiam a possibilidade da sua existência. Insistimos muito sôbre êste ponto em nossa Introdução ao Vol. I da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, mas tivemos de desistir da reivindicação da prioridade portuguesa no descobrimento da América por carência de prova documental. Renovamos os votos que há meses fizemos pelo êxito das investigações do sr. Jaime Cortesão, conquanto, bem a nosso pesar, nos mantermos em expectativa incrédula.



PREFÁCIO



Cortesão, sôbre ser historiador é poeta, e não se nos afigura impossível que o seu *sentimento* da verdade tenha penetrado mais longe do que os nossos recursos, limitados ao documento e à análise.

II

A SUA CRÍTICA

VEJAMOS agora de que fogacho resultou o denso fumo desta contenda, que o sr. António Sérgio chistosamente intitulou da "*Lanterna e do Calorífero*".

A EXORTAÇÃO
À
MOCIDADE

No mês de Maio do ano passado, convidara-me para realizar uma conferência na Universidade de Coimbra o eminente director da sua Faculdade de Letras.

Circunstâncias, que não vale a pena rememorar, impediram-me de proferir daquêle alto púlpito a Exortação que dediquei à Mocidade de Portugal, mais tarde publicada em edição de pequena tiragem e que se reimprime agora, a título de documento elucidativo desta polémica.

Foi na preparação dêsse pequeno trabalho que, relendo, uma noite, as últimas páginas dos *Lusíadas* — vivo sepúlcro de heróis, — me encontrei com aquêle joven rei cavaleiro, paladino de um ideal reagente em tempos de "*apagada e vil tristeza*" como os nossos, reedição do arrebatado infante D. Henrique do assalto de Tânger, e de cuja dourada cabeça a adversidade arrancara



PREFÁCIO



a apetecida coroa de louros, trocando-a pela palma do martírio. Revivente em seus traços nativos pelo retrato armado de Christóvam de Moraes, o espectro apresentava-se-me à imaginação requerendo seu posto no meu aflicto brado de armas. Tal como o haveria de descrever António Sardinha no seu *Ensaio*, e Antero de Figueiredo no painel esplendidíssimo da batalha — brandindo rijamente a espada, amolgado o elmo, a armadura tinta de sangue, batalhando por Deus, pela Pátria e pela Honra, — assim também o via: moço como um estudante, puro como uma donzela, valente como um leão. E do mito da Esperança em que, há quasi três séculos e meio, o integrou o sentimento nacional, sobrepairante ao juízo dos críticos e à diagnose dos psiquiatras, lhe tomei as virtudes heróicas — não as suas imperfeições humanas nem os seus êrros de politico, — para as apontar como estímulo à Mocidade.

É a essa nocturna visita do espectro do *Desejado* que devo estar agora batalhando com o mais desausatinado adversário que se defrontou até hoje com a sombra desarmada do herói infelicíssimo. Parece-me que se há romantismo em invocar os heróis, não há menos romantismo em atacar os seus fantasmas.

Certo é que D. Sebastião nos aparece singularmente renitente em intervir nas contendas dos vivos, mas tarefa ingrata, por isso mesmo, nos palpita ser essa a que se dedicou o analista, não obstante a mão forte



PREFÁCIO



que lhe prestam a democracia e o livre pensamento, inimigos de monarcas e de místicos.

Explica o sr. António Sérgio que, tendo-lhe sido mostrados alguns trechos da *Exortação*, em que se inculcava D. Sebastião à mocidade “*como seu herói exemplar*,, — ¡o que não é verdade! — três razões o induziram a responder-me: a primeira, o persuadimento de que aquela oração não passava de “*um sermão romântico onde lisongeio demagógicamente os piores defeitos do português*,,(1); a segunda, a convicção de que o culto do *Desejado* é manifesto indício “*do divórcio fatal em que nos encontramos, os portugueses de hoje, com aquela fôrma de mentalidade que faz a grandeza das nações*,,; e a terceira porque eu próprio o desafiei à contenda, condenando o seu juízo sôbre D. Sebastião e designando-o como intérprete de “*uma época corrompida pelos apetites materialistas e o vampirismo das ambições desenfreadas, incapaz de julgar sem blasfêmia uma façanha inspirada no misticismo patriótico*,,. Dahi tomar o sr. António Sérgio “*ésse teso libelo por azoicante repto*,,.

¡Tudo mal raciocinado e dedusido! Confesso que não me passou pelo pensamento, quando escrevi a incriminada passagem da *Exortação*, apontar o sr. António Sérgio como idóneo intérprete de uma época de re-

(1) Abreviamos o texto, acessível a todos os leitores na citada obra do sr. António Sérgio.



PREFÁCIO



pulsivo materialismo, incapaz de entender (o materialismo) uma acção inspirada na mística patriótica. Desmarcado ilogismo seria o meu em rebaixar a inteligência numa oração que só tinha o fito de exaltá-la. ¿Intérprete o sr. António Sérgio do regabofe sórdido do nosso *après-guerre*? Não; isso não. Mas culto expoente cerebral da escola que preparou e animou a expansão triunfante do materialismo, contra cujo domínio, tanto na Europa como na América, se subleva a inteligência moderna, tocada pelas luzes de uma nova aurora idealista—;isso sim! Foram, decerto, nobres interêsses que levaram o sr. António Sérgio a transitar abruptamente da redacção dos *Homens Livres* para o banco de galerianos de um ministério, onde ensaiou vãmente fazer triunfar o tecnismo em pleno régimen da improvisação e do arrivismo. Não lhe aproveitou a lição, todavia edificante. Depois de haver lançado a semente em áridos penedos, o sr. António Sérgio parece não ter ainda lobrigado os obstáculos insuperáveis com que depara o racionalismo na sua tentativa de animar com seus únicos recursos uma pátria que deperece à mingua de ideais,— e onde é previamente necessário crear as condições moraes propícias à preponderância da inteligência, da cultura e da técnica, derruindo as concepções românticas e revolucionárias que impuzeram à *qualidade* o domínio iníquo da *quantidade*.

QUEM tenha apenas lido a Carta-Prefácio do sr. António Sérgio e ignore o texto integral da *Exortação à Mocidade*, quedará competido de que ela é o desenvolvimento de um tema sebástico — o culto do *Desejado!* — e que o Herói serviu ao prêgador de inspiração ao sermão. Engano que me apresso a corrigir. Nas 32 páginas do texto impresso da sua primeira edição, apenas a pouquidade de cinquenta linhas são dedicadas ao rei cavaleiro, número somenos a que mandam as boas contas subtrair ainda seis da autoria de Herculano. ¡O próprio nome do sr. António Sérgio não é citado na alocução! — e estas circunstâncias servem para evidenciar a sebastofobia de que sofre o meu acrimonioso e exaltado antagonista (1).

(1) A sua acrimónia contra o *Desejado* é tão ostensiva que, em numerosas notícias dedicadas ao seu ríspido Prefácio, aparece o remoque à sua *questão pessoal* com D. Sebastião. Alguns exemplos: “*Diz-se-ia que dêle (D. Sebastião) recebeu o compilador fundos agravos pessoais,,*, Nemo, na *Época* de 14-1-925; “*Exaltou-se... entrando no caminho da agressão pessoal,,*, D. Luís de Castro, n’*O Dia* de 6-1-925; “*O compilador e prefaciador de O Desejado, pela insistência nos epítetos pejorativos e truculentos com que criva a personalidade de D. Sebastião, imprime ao seu prefácio um tom... em que uma viva paixão se sobrepõe à serenidade que deve ser apanágio do crítico,,*, no *Seculo* de 9-12-924; “*Pedaço de história posta em má língua,,*, Marcial Jor-



PREFÁCIO



Atribuí a “*um dos actuais mentores do pensamento português*,, — vaga designação em que não o depreciava, cuido eu, — a definição pejorativa de D. Sebastião; e collocando-a em confronto com a definição apologética composta por António Nobre, dava razão ao poeta contra o racionalista, embora sem preocupação de sebastofilia.

Foi nesse lance episódico da *Exortação* que externei o anelo de que a Mocidade tivesse, como o *Desejado*, «O ÍMPETO DA LUTA, O ARDOR DO IDEAL, A CANDURA PATRIÓTICA».

Eis as virtudes em que tomei por modêlo o herói. ¿Para as mobilizar contra a Razão? Não; para as mobilizar contra o materialismo cínico, contra o desalento séptico, contra a renúncia oprobriosa da intelligência perante o poderio ignáro do número.

É menos exacta, pois, a attribuição ampliadora que me faz o sr. António Sérgio de haver inculcado à Mocidade, “*como herói exemplar*,, o juvenil e audaz rea-

dão, no *Jornal de Notícias* de 21-12-924; “...a não ser que a sua tèse represente uma questão pessoal com D. Sebastião,, J. B., na *Batalha*, de 29-12-924; ...“o sr. António Sérgio, que tem uma questão pessoal com D. Sebastião,, Manuel Múrias, na *Época* de 1-1-925; “*Dir-se-ia que o autor teve com o Desejado uma questão pessoal*,, H. C. no *Primeiro de Janeiro*, de 29-12-924; ...“*um prefúcio em que o autor nos dá a impressão de ter tido uma questão pessoal com o desventurado D. Sebastião*,, Cunlha e Costa, na *Época* de 21-1-925, etc. etc.



PREFÁCIO



tador dos planos transcendentos do Infante — e a cujo malogro devemos, talvez, o não têmos podido dilatar até às margens do Mar Latino o pequenino Algarve, applicando na conquista da Mauritània as energias dispendidas em submeter a Índia longínqua e as capacidades criadoras com que de uma selva brava fizemos no Novo-Mundo uma das maiores nações da terra.

Que lhe chamei “*uma reíncarnação do Portugal do século XV*”, admoesta-me o polemista. Eis aqui, finalmente, desta vez sem viciação, uma verdade. Mas com a minha lhe vai dar Herculano a mão à palmatória, pois na definição incriminada apenas contraí a do autor eminente da *História de Portugal*.

Texto da «Exortação»:

Texto de Herculano(1):

“*D. Sebastião foi uma re-íncarnação do Portugal do século XV: o seu mysticismo, a sua bravura, a sua pureza reíncarnadas,*”

“*...era uma alma nobre e teve uma inspiração da política da idade-média: quis ser descendente dos reis cavaleiros, dos reis municipais, dos reis cristãos da nação cristã, no meio de uma nação de bufarinheiros, de sobreargas, de judeus agiotas, de cortesãos e de tartufos,*”

(1) Opúsculos, tómo VI, pág. 42 e seg.



PREFÁCIO



Na sua concepção mística da cavalaria, D. Sebastião era, realmente, irmão gémeo de Nun'Álvares; nos seus planos de África e no arrebatamento belicoso com que procurou executá-los foi uma reedição do infante D. Henrique, em sua fase de política africanista. E esses foram os seus belos defeitos! Se o infante tivesse morrido em Tânger, o sr. António Sérgio, redactor de epitáfios, julgá-lo-ia, porventura, com a mesma sapiência empertigada com que condenou D. Sebastião: um arrebatado louco, surdo aos conselhos dos assisados, que sonhava conquistar o reino de Fez e atirara o prestígio da nação e a vida dos seus soldados para o despenhadeiro de uma aventura.

Mas daqui até apresentar um rei cavaleiro, que já parecia anacrónico aos seus contemporâneos, como modelo para a mocidade do século vinte — que distância! Só a pretensão do sr. António Sérgio em considerar os outros uns pobres de espírito, carecedores de suas admoestações, e presumir-se êle um dos poucos homens sensatos dêste país, — a podia percorrer com tamanha desenvoltura nas poucas páginas do seu prefácio.



A EMPRÊSA
DE
CEUTA

QUANDO o sr. António Sérgio me convida para comparar a primeira jornada de África "*com a farfúncia rábida de Alcácer-Quibir*," e exalça a prudência do velho D. João I, "*que não vai*,



PREFÁCIO



como o outro, contra tôda à elite nacional... , pensa e repensa o que quere tentar... , pede aviso reflectidamente a todos os homens de bom conselho,, — de ânimo feito oculta a segunda jornada de África.

¿ Porventura escutou D. Henrique os conselhos dos homens experimentados, deu ouvidos às advertências dos irmãos, apaziguou os seus ímpetos perante a recusa profética do rei, desistiu da sua emprêsa funesta diante das murmurações do povo? Não.

Salientando as cautelas de que se cercou a tomada de Ceuta, recorda o sr. António Sérgio o prévio envio de esculcas, a missão simulada do prior do Hospital, que nas passagens da ida e do regresso à Sicília estudara as condições de defesa da praça. Mas não refere neste lance o evocador que, inspirado no exemplo dos ancestrros, D. Sebastião vai em pessoa, e de imprevisto, a Tânger, inquirir das fôrças do aliado e do inimigo, observar a tática do mouro e seu ardimento na peleja.

Quem lê o artiloso pedagogo imagina que tudo na emprêsa de D. João I foi submetido ao racional e ao utilitário, que no concôrto do plano não intervieram os factores idealistas, que no êxito não se loriga vestígio da colaboração da Fortuna. Chega a enervar os mais calmos a exagerada pretensão que o sr. António Sérgio mostra de tudo sistematizar, reduzindo homens medievais, impetuosos e temerários, heróis e místicos, confiantes em Deus, a sêcos e ponderados economistas e a capitães de estado-maior. As cousas, porém, não



PREFÁCIO



se passaram como as apresenta o historiador racionalista, pois tudo pretendendo reduzir ao racional, o sr. António Sérgio falsifica a realidade.

D. João I fôra na mocidade um guerrilheiro destemido, um meridional impulsivo. Entre tomar Ceuta e conquistar Granada, o rei prefere esta dificultosa empresa, de que o dissuadiu o filho. O sêlo místico da fé está inapagavelmente impresso naquelas majestosas figuras de retábulo histórico. Nun'Álvares, quando D. João I lhe comunica o plano audacioso, e o consulta, responde que tudo lhe parece *«revelado por Deus»*. Depois, quando a rainha sensatíssima quer dissuadir o marido, sexagenário, de acompanhar os filhos a Ceuta, conta Azurara que êle justificara místicamente o seu firme propósito dizendo querer fazer penitência do sangue christão que derramara, lavando agora as mãos no sangue dos infieis. ¿ Como pode o sr. António Sérgio, ateu confesso, entender estes homens crentes, com as almas voltadas ao sobrenatural? É a sua conveniência de tudo explicar pela Razão que o leva a sonegar a colaboração preponderante do Ideal nas emprêsas de que nos dá, numa versão insipidamente racionalista, idéa tão incompleta.

Diz o sr. António Sérgio que, quando partiu a armada de D. João I, *“não havia que pensar nem que discutir: tudo estudado, tudo ensaiado, previsto tudo: sabe-se de côr o que se vai fazer,,*. Mas não é verdade, pois nos empreendimentos humanos tudo é contin-



PREFÁCIO



gente, e as cousas não se passam na realidade como as concebe a intelligência metodizadora e o raciocínio imperativo do sr. António Sérgio. De pouco valera ter-se “*estudado tudo*,, ter-se “*ensaiado tudo*,, ter-se “*previsto tudo*,,. Os ventos prejudicaram a arribada da esquadra. Tendo sido fixado o dia 12 de Agôsto para o assalto, houve êste que ser transferido para o dia 17, não chegando a efectuar-se devido às más condições do tempo. Um forte levante dispersou a armada; parte dela retornou a Algeciras; os restantes navios de alto bordo tomaram o rumo de leste. Á vista de Gibraltar, D. João I convocou o conselho. Pensou-se em desistir de acometer Ceuta! Houve quem alvitrasse assaltar Gibraltar! As opiniões dividiram-se. Conta D. Duarte (1): “*E o mui victorioso e de grans virtudes El-rei meu Senhor e padre, cuja alma Deus haja, estando antre Gibraltar e Aljezira, em minha presença, de meus irmãos os infantes D. Pedro e D. Anriques e o conde de Barcellos, e dos do seu conselho, sendo-lhe por muitas razões ditas por alguns d’elles contrarios da nossa tenção, afirmado que não devia tornar sobre Ceuta...*, elle disse que o coração lhe não consentia de partir até provar toda sua força e que mais queria morrer em o provar fazendo o seu dever, que de tal guisa se partir...”, | Vêde como o herói responde aos raciona-

(1) Leal Conselheiro, XI V.



P R E F Á C I O



listas do século XV! Insistir no cometimento, depois de se haver dado tanto tempo aos mouros para o preparo da defesa, parecia temeridade aos prudentes. ¿ De que servira tanto segrêdo, tantas cautelas e astúcias? Melhor seria regressar ao reino do que expôr o monarca, os príncipes e a flôr da cavalaria a um revés humilhante e quiçá fatal. Mas o rei herói engeitou os conselhos dos prudentes. Ninguém supunha que a mourama de Ceuta, vendo partir a armada, se houvesse persuadido de que se malograra o intento do assalto e se não precavesse. A investida foi um golpe de surpresa. Nunca com tão pouco preço de sangue se tomou uma cidade. O êxito foi fortemente condicionado pela sorte. A batalha resumiu-se a uma escaramuça — ; morreram oito cristãos! — rematada pelo saque e a chacina. ¿ A que veem, pois, as sapientes sentenças do sr. Ant3nio S3rgio? O argumento racionalista de Ceuta não prova nada do que pretendia demonstrar o “*humanista imparcial e crítico*,”.



OD. SEBASTIÃO
EPILÉPTICO,
DE
MANUEL
BENTO
DE SOUSA

EM socorro da sua opinião s3bre o *Desejado*, o sr. Ant3nio S3rgio invoca a do douto Manuel Bento, que não se lembrou de lhe chamar “*pedaço de asno*,”. Poderia ter invocado tamb3m Camilo (*Narc3ticos*, vol. I, p3g. 38); Costa Lobo (*Origens do*



PREFÁCIO



Sebastianismo, págs. 20, 23 e 24); Ribeiro Guimarães (*Sumário de Vária História*, parte IV, pág. 116); Sampáio Bruno (*O Encoberto*, pág. 131); e vários outros autores.

Bastou-lhe Manuel Bento de Sousa, de quem tomou emprestados os principais elementos componentes da sua diatribe. Quasi todos! Só perante a incultura dos foliculários o sr. António Sérgio pôde parecer original. A sua biografia caricatural do herói é calcada no diagnóstico do *Doutor Minerva*. Há, porém, que distinguir entre a interpretação do médico e a do historiador. O clínico considerou em D. Sebastião o doente, o degenerado irresponsável, dirigido despoticamente pela herança mórbida que o empolga e alucina. Cingindo-se ao diagnóstico, Manuel Bento de Sousa considera em cada acção e atitude do neto de D. João III e de Carlos V os sintomas manifestos da epilepsia. Epiléptico porque é belo, epiléptico porque é robusto, epiléptico porque é corajoso, epiléptico porque é obstinado, epiléptico porque é casto, epiléptico porque é místico... Antepondo aos factores psicológicos a hereditariedade mórbida, como único critério interpretativo, e embora sem lhe chamar "*pedaço de asno*,, como o sr. António Sérgio, antes pelo contrário reconhecendo a sua cultura e inteligência (1), Manuel Bento só aproveitou da

(1) «A sua educação litterária pelas lições de Luiz Gonçalves, como a scientifica pelas do celebre Pedro Nunes, é sólida. Dos quatro do»



PREFÁCIO



deposição das testemunhas o que servia à demonstração da sua tese — mero passatempo de um clínico erudito. O critério histórico foi relegado para o último plano. O médico não cuidou de verificar a exatidão e a imparcialidade dos textos em que confirmou o seu diagnóstico. Daqui resultou que várias das suas opiniões, por falta de equilíbrio, não se sustentam de pé. Como não nos propomos fazer a análise das páginas dedicadas a D. Sebastião por Manuel Bento de Sousa, nem a reabilitação do *Desejado*, citaremos apenas uma das muitas insubsistentes afirmações do clínico, levemente aceites pelo sr. António Sérgio: a que atribui á monomania do rei em ferir uma grande e decisiva batalha campal, e à intromissão da sua demência imperiosa, o abandono do plano de se atacar Larache por mar, contra o qual, diz Manuel Bento de Sousa, aventara “*argumentos falsos e especiosos, verdadeiras razões de epiléptico,*”. Enganaram-se, todavia, o médico e o racionalista. As razões invocadas por D. Sebastião não eram as de um “*epiléptico,*”. Trezentos e vinte anos depois do vencido de Alcácer-Quibir, o general espanhol Silvestre escrevia ao ministro da Guerra, expondo-lhe a situação de Larache e pedindo-

cumentos, que restam, por elle mesmo escriptos, um, a relação da sua primeira ida á Africa, revela a solidez dessa educação dada a uma intelligência, já a esse tempo desvairada. O Doutor Minerva, pág. 185 da 2.^a edição.



PREFÁCIO



-Ihe reforços. No seu relatório assinalam-se as dificuldades com que se operara o desembarque de 8 de Junho de 1911, não obstante a cooperação do Raisuni: *“pues no hay que olvidar las insuperables dificultades de la barra de Larache para el desembarco,, (1) A ocupação da cidade impusera logo às tropas espanholas a necessidade de dilatar o seu domínio ao *hinterland*, até Alcácer-Quibir. É ainda o general Silvestre que escreve ao general Luque, descrevendo a péssima situação estratégica de Larache: “... *sin puestos intermedios y con un rio a sua espalda de la importancia del Luccus, en pais doblemente enemigo por la serie de elementos que aqui laboran en contra de España, es peligrosa, y nunca seria extraña una sorpresa,,.* Como se está vendo, os soldados do século XX confirmam os argumentos de D. Sebastião. Larache não podia ser tomada por mar, e a travessia do Luco dificultaria o seu assalto por terra. A única solução militar era a batalha campal, que entregaria automaticamente Larache ao vencedor, sem os perigos, quer do cêrco, quer de uma situação idêntica àquela em que se encontrou o exército do infante D. Henrique em Tânger.*

Mas, enfim, Manuel Bento de Sousa, na sua qualidade de médico aposentado, entretinha-se a fazer clínica na História. Não encontramos desculpa para o

(1) *Raisuni*, por López Rienda, pág. 45.



PREFÁCIO



“*humanista imparcial e crítico*,, , pois lhe competia aplicar diferente critério ao estudo dos acontecimentos, corrigindo o apriorismo e a dedução rigidamente sistemática do clínico e apurando a idoneidade das fontes documentais em que se baseara o seu diagnóstico. Não o fez. Limitou-se a confirmar, passados trinta e tantos anos, a sentença do *Doutor Minerva*, condimentando-a com facécias e vitupérios de panfletário. Ora, a biografia composta por Manuel Bento é uma hipótese de médico, — aliás já hoje um tanto discorde das novas noções sôbre hereditariedade — como a do sr. António Sérgio é uma hipótese de racionalista. Infelizmente, Oliveira Martins, que nos teria dado a versão do “*historiador*,, , foi surpreendido pela morte quando apênas iniciara, depois da dos *Filhos de D. João I* e da *Vida de Nun’Alvares*, a vasta monografia crítica do *Príncipe Perfeito*, a que deveriam seguir-se a de *Afonso de Albuquerque* e a de *D. Sebastião*. Sabemos, porém, em síntese traçada pelo insigne historiador na *Advertência* à segunda das suas monografias monumentais, como êle integraria o *Desejado* na sua época e o interpretaria, como acaba de fazer Antero de Figueiredo, de acôrdo com o sentimento nacional: ... “*a figura de D. Sebastião, em quem renasciam anachronicamente os ideaes do mysticismo heroico de outras éras, ... que foi um Nun’Alvares posthumo, encerra a galeria dos homens typicos*,, .

i Que diferença entre a concepção alta, superior a pre-



PREFÁCIO



conceitos de escola, do grande historiador, e as interpretações successivas do dr. Manuel Bento e do sr. António Sérgio: — rei *herói*, rei *epiléptico* e rei *pedaço de asno!*

Nun'Álvares já foi também considerado um caso flagrante de degenerescência. Júlio César, segundo o testemunho insuspeito de Suetónio, era igualmente um epiléptico. Mas a epilepsia não impediu que tivesse sido uma das mais altas representações, senão a maior, do génio político e do génio militar de todos os tempos.



TÃO pouco lógico é o *Desejado* “torpe,, e “bronco,, do sr. António Sérgio, que a maioria dos seus leitores inteligentes o repeliu e se recusou a aceita-lo como interpretação verosímil. Os aplausos estrugiram, com raras excepções, na galeria. Significativo desaire para um intelectual da orgulhosa prosápia do autor dos *Ensaíos!* Mas não teria sido, precisamente, para a galeria, para as paixões plebeias, para os jacobinos do jornal e da rua, que o ensaísta traçou a sua caricatura acrimoniosa? Este intuito explicaria os motivos reconditos que o conduziram a admitir um “culto do *Desejado*,, e um néo-sebastianismo oriundo dessa idolatria, a fim de justificar o furôr do ataque e faser jus às manifestações encomiásticas dos demagogos.

¡Por muito menos que pela attitude arrebatada de

O
D. SEBASTIÃO
IMBECIL,
DO
SR. ANTÓNIO
SÉRGIO



PREFÁCIO



Nun'Álvares no banquete de Elvas, considerou o sr. António Sérgio “*fanfarrão*,, e “*doido*,, a D. Sebastião; por não menos temerária incursão que a do Condestável internando-se quarenta léguas pela Espanha dentro, à mercê de um ataque envolvente e fatal, o que não diz o sr. António Sérgio do *Desejado!* E ainda, exaltadamente, perdida a circumspecção, lhe chama repetidas vezes “*estúpido*,, e “*imbecil*,, Não tão estúpido, porém, que não tenha sabido extremar entre todos os reis, como o “*maior oficial do seu officio*,, aquele mesmo D. João II a cuja memória o sr. António Sérgio oferta a sua catilinária na dedicatória que gravou, como em mármore pantélico, com o seu cálamo de *magister*, no frontespício do seu livro. Essa exaltação de D. João II, do Infante e de Nun'Álvares na mesma dissertação crítica em que a sua iconoclastia se excede em tamanhas violências contra um herói, mereceu-lhe de um colaborador da comunista *Batalha* reparos de lógica inquebrantável. A posição do sr. António Sérgio é, de facto, difícil de equilibrar-se, uma vez que a sua cultura parece disposta a agradar a jacobinos e demagogos, pretendendo ao mesmo tempo conservar o decôro perante a inteligência.

Das poucas notícias laudatórias que inspirou *O Desejado*, a de J. B. (1) extrema-se pela incisiva clareza

(1) No suplemento da *Batalha*, de 29-12-924, *O senhor rei D. Sebastião e o livro do sr. António Sérgio*.



PREFÁCIO



de raciocínio. Denuncia-se na sua redacção despretençiosa um espírito culto e exercitado no manejo das ideias. Não obstante censurar-lhe a estopada da compilação de textos arcaicos, acessíveis e vulgares, o crítico considera uma *“boa acção,”* a exautoração do *Desejado*: golpe de misericórdia na sebastofilia; mas duvida da sinceridade com que o demolidor de ídolos esculpiu os nomes de Nun’Álvares, do Infante e de D. João II na oferta hiperbólica e presunçosa da sua lição de crítica, — *“a não ser, acrescenta, que a sua tese represente uma questão pessoal com D. Sebastião,”*.

Nas próprias palavras com que o revolucionário define os três heróis da Independência, da Expansão e do Estado-Forte, se encontra implícita a condenação dos processos de que se serviu o ensaista em sua desapiedada agressão à memória do *Desejado*: *“Nuno Alvares, o paranóico, D. Henrique, o chatim negreiro, D. João II, o tórvo assassino, que fundou o poder pessoal, merecem tanto como “o rei maluco,” o serem devidamente colocados no seu lugar histórico. Qualquer dêles, especialmente os dois últimos, fizeram tanto mal, e são causa de tantos êrros, como D. Sebastião. ¿Onde estará aí o António Sérgio, que lhes articule também o libelo?,”*

Debalde os partidários do detractor do *Desejado* acudiram em seu socorro, ponderando ao crítico comunista que os seus juizos eram *“levianos, simplistas e anacrónicos,”*, pois devem aquilatar-se as figuras



PREFÁCIO



históricas à luz do seu tempo. O crítico poderia retorquir à reprimenda que mais não fizera do que aplicar àquelas figuras o mesmo critério analítico de que se servira o sr. António Sérgio.

Relegando D. Sebastião para o entulho dos imbecis, o sr. António Sérgio não cuidou de provar com certificados irrecusáveis a imbecilidade de D. Sebastião. Decretou que era um “*pedaço de asno*,” e passou adiante. E, todavia, da leitura de tantas notícias e relações coévas não pode extrair-se a ilação de que, sobre ser imprudente, temerário, obstinado e voluntarioso, o rei fôsse idiota. Quasi todos os seus actos denotam firmeza, coerência, animosa decisão. Decerto, é preciso condicioná-los ao seu modo de ser místico e heróico, mas é impossível recusar à justificação dos seus planos encadeamento lógico, descortino político, e até o senso da oportunidade: as dissensões entre os partidários do sultão e do xerife. Repetia-se em Marrocos a circunstância que explica as vitórias inverosímeis da Índia.

¡Mas não deitou contas às fôrças de que dispunha para fazer triunfar os seus planos!

¿Teria sido, pois, ultra-temerário e insensato?

Vêmo-lo, porém, ir a Guadalupe solicitar a ajuda do poderoso tio, e esta diligência revela que êle se apercebia da conveniência de fortalecer com a cooperação castelhana o exército que ia mobilizar.

Diz-nos o sr. António Sérgio que, quando mêsmo



PREFÁCIO



vitorioso, não deixaria de ser um “*imbecil*”, por haver planeado e executado uma conquista que a prática demonstrara de inviável manutenção. ¡Mera hipótese! Aliás, essa conquista era coerente com o sentimento nacional. O readvento da política de conquista africana subentendia para muitos a reação contra a política arruinadora da Índia. Nela se mantinha o sentido expansionista que de um reinosito da península fizera uma das mais gloriosas nações do orbe. Se applicassemos o mesmo critério ao empreendimento de Afonso de Albuquerque, haveríamos de considera-lo também um imbecil por ter pretendido fundar um império insustentavel na Asia remotissima. Mas desde que o crítico entra no terreno das hipóteses, adquire a liberdade de dizer o que quizer. Afastando-se da realidade verificável, cai na vacuidade.

A política do rei estava certa. Era a precónizada por Camões na peroração apologética do seu poema:

Para servir-vos, braço às armas feito ;
Para cantar-vos, mente às Musas dada :
Só me falece ser a vòs aceito,
De quem virtude deve ser prezada.
Se me isto o céo concede, e o vosso peito
Digna empresa tomar de ser cantada,
Como a presaga mente vaticina,
Olhando a vossa inclinação divina :

Ou fazendo que, mais que a de Medusa,
A vista vossa tema o monte Atlante,



PREFÁCIO



Ou rompendo nos campos de Ampelusa
Os muros de Marrocos e Trudante ;
A minha já estimada e leda Musa,
Fico que em todo o mundo de vós cante,
De sorte que Alexandro em vós se veja,
Sem à dita de Achilles ter inveja.

Era a política do seu século, onde estruge a luta entre o cristianismo e o islamismo invasor. Era a política tradicional portuguesa, inaugurada com a dinastia de Avis. Estando certa a sua política, o que haveria para criticar no anélo real seria a desproporção dos recursos de que dispunha o joven monarca perante a magnitude dos seus objectivos. Mas a sua temeridade, a sua ilimitada confiança em sua estrela e na invencibilidade portuguesa, eram animadas pelas vitórias espantosas de D. Luis de Ataíde na Índia, onde desbaratara e dominara exércitos poderosissimos. ¿Aconselhavam-o os homens encanecidos e experientes a desistir da sua audaz emprêsa? Também homens cautos e experimentados haviam votado contra o assalto de Tunis. Só tivera Carlos V a apoia-lo o voto do infante D. Luís. E Tunis foi conquistada. ¿Cometeram-se graves erros na preparação e no comando da batalha? Carlos V também praticou graves erros na campanha de Argel, embora assistido pelos maiores capitães do tempo.

¡Jogou a sorte do reino, expondo a vida aos azares de uma batalha!—acodem a invocar, de braço dado, racionalistas e românticos. Mas nenhuma nação vigo-



PREFÁCIO



rosa morreu só porque o seu rei foi vencido. A França sobreviveu incólume a Pavia e continuou a afirmar a sua robusta autonomia ainda mesmo quando Francisco I ficou reduzido a prisioneiro de Carlos V. Se, em 1580, a nação conservasse a mesma fibra enérgica e a mesma alma rebelde do tempo do Mestre de Avis, ao rei morto haveria logo sucedido rei pôsto.

¿De que serviria repetir aqui, despidas da sua beleza estilística, as informações copiosas que serviram a Antero de Figueiredo para *explicar* a figura de D. Sebastião e a lógica dos seus planos e das suas acções? A sua interpretação, não obstante apresentá-la como *um trecho de história posta em arte*, e não *em crítica*, se tem muito de pessoal, como tôdas as opiniões interpretativas de almas e até de textos, honradamente se esforçou por conciliar o vestígio documental com a lenda-metempsicose. O seu senso de equilíbrio e de medida só aceitou a colaboração ténue da fantasia nas poucas vezes em que ao seu pertinaz anseio de verosimilhança se não depararam elucidações documentais. A sua hombridade não nos sonegou nenhum dos elementos constitutivos da biografia do herói, e o escrupuloso método a que êste espiritualista submeteu o seu trabalho atingiu os extremos limites da *explicação racional*.

Por seu lado, António Sardinha, mentalidade superiormente aparelhada para a síntese, e cuja recente morte consternou e enlutou a Inteligência portuguesa,



PREFÁCIO



precedeu de alguns dias a obra laboriosa de Antero de Figueiredo com a coincidente interpretação política, nacional e moral, da empresa de África (1). Focando, com a sua habitual lucidez, o desenlace dramático da dinastia de Avis, o ensaísta sobrepunha-se aos êrros e imprudências que o herói possa haver cometido: “...a 4 de Agosto de 1578 os areais sedentos de Alcácer-Quibir embeberam-se no sangue generoso duma nação que, recuperando o sentido perdido da sua vocação histórica, tentava resgatar-se ali dos fumos dissolventes da Índia, onde a sua antiga energia quasi se desnaturara de todo,,. Depois, em breves páginas, onde chispa o talento, traça a política exterior, africanista, da dinastia de Avis, integra-a no vasto quadro da política hispânica, justifica-a com os argumentos adequados — e já anteriormente agrupados por Herculano, — e conclui: “*porque D. Sebastião deu forma ao desejo unânime da nacionalidade é que ficou para sempre o Rei-Desejado,,.*”

Manuel Bento de Sousa, invocado pelo sr. António Sérgio em apoio da sua tese, reconhece sem restrições que a dilatação de Portugal no Algarve-de-àlém continuava a ser na segunda metade do século XVI o que fôra no alvor da dinastia de Avis: o programa da sua política externa: “*Basta lembrar que nas côrtes de 1562*

(1) *No principio era o verbo*, págs. 177 a 188.



PREFÁCIO



se insiste em não abandonar os lugares da Africa, e se chega a propôr o abandono da Índia, "porque nada rende que com ella se não gaste,, e se empreenda essa grande conquista da África "por mais conveniente para nella se estender o império lusitano,,.

Acrescia uma circunstância que actualizava a politica africanista de D. Sebastião e que já assinalámos: a renovação da luta entre cristãos e mussulmanos. Desde o terceiro decénio do século XVI que os turcos vinham ameaçando a Europa. Neto do adversário de Solimão e de Barbaroxa, o rei fôra desde a infância industriado acêrca do perigo mahometano e conhecia os vários lances dessa pugna aspérrima, que se repercutira na África e na Índia. São estes factos transcendententes que explicam a insistência de Camões no prègar a guerra contra o mussulmano. Para Portugal, o mussulmano de ao pé da porta era o mouro de Fez e de Marrocos.

Quantos incitamentos não encontrava o rei cavalleiro nos versos épicos do poeta! Os *Lusiadas* como que traçam um programa ao seu reinado:

Vós, o novo temor da Maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade;
Dada ao mundo por Deus que todo o mande,
Para do mundo a Deus dar parte grande...

Vós que esperamos jugo e vitupério
Do torpe Ismaelita cavalleiro...



PREFÁCIO



Tomai as redeas vós do Reino vosso,
Dareis matéria a nunca ouvido canto:
Comecem a sentir o peso grosso,
(Que pelo mundo todo faça espanto,)
De exercitos, e feitos singulares,
De Africa as terras, e do Oriente os mares.

Em vós os olhos tem o Mouro frio,
Em quem vê seu exicio afigurado
Só com vos ver o barbaro Gentio
Mostra o pescoço ao jugo já inclinado...

Desde que a emprêsa de África não transcendia da política do Estado, antes nela se implantava, resta apênas de pé, sujeita a controvérsia, a questão de se aquilatar até que ponto influiu no malogro a circunstância de ser o rei um "*pedaço de asno*.". E como eu, na minha *Exortação à Mocidade*, não cogitei das capacidades de general e de estadista de D. Sebastião, mas tão sòmente das suas qualidades heróicas, é pelo que eu escrevi que reclamo ser julgado e não pelo que me atribui a fantasia do sr. António Sérgio.



A DERROTA
DE CARLOS V
EM ARGEL

E sob o ponto de vista técnico-militar que D. Sebastião se presta a ser criticado com maior severidade. Acusam-o de haver desobedecido aos preceitos da arte da guerra, de ter perdido longos dias em Arzila, de haver dado tempo a que o adversário se



PREFÁCIO



preparasse e escolhesse o local do combate. Reconhecemos que assim sucedeu. E não obstante essas imprudências, a batalha esteve quasi ganha! ¿Esses erros bastarão para justificar os epitetos do “*imbecil*,” e de “*branco*,”? Não os mereceria menos então o grande Carlos V na campanha para que convidou a cristandade a reunir-se debaixo da sua bandeira imperial, a fim de expulsar o turco de Alger, onde comandava, por Barbaroxa, o eunuco Hassan.

Foi num domingo, 23 de Outubro de 1542, que surgiu nas proximidades de Hussein-Dei a grande esquadra cristã, composta de sessenta e cinco galeões e mais de duzentos navios de transporte. Levava Carlos V com êle vinte e dous mil homens de desembarque: sete mil espanhóis comandados pelo duque de Alba, Fernando Cortez e Francisco Gonzaga; seis mil alemães; outros tantos italianos capitaneados pelo príncipe de Colonna, por André Doria e o bravo Spínola; três mil voluntários; quatrocentos cavaleiros de diversas nacionalidades, entre os quais cento e trinta da Ordem de Malta, ostentando as sobrevestes de sêda carmesim com a cruz branca. Os maiores capitães do tempo, sob o comando supremo do vencedor de Pavia!

Ao romper do dia, a infantaria desembarca e precipita-se contra o inimigo, que é compelido a recuar para as serras, deixando aberto o caminho de Alger: dezóito quilómetros em linha recta, quasi trinta pelo litoral sinuoso. O exército avança: os espanhóis na



PREFÁCIO



vanguarda; o imperador no centro com os alemães; os italianos na rectaguarda com os cavaleiros de Malta, comandados por Camilo Colonna. A impedimenta foi reduzida ao mínimo. Tudo ao contrário da lenta marcha de Arzila a Alcácer-Quibir. O ataque será fulminante. Nada de perder tempo! Avançar, acometer! A um quilómetro de Alger, o imperador reúne o conselho. Resolve-se mandar avançar os espanhóis, que transpõem a montanha de Udiá-Sabun, onde Carlos V acampa. Assim investida, a cidade apresentava-se como um triângulo, de base apoiada no mar, os dois lados envolvidos pelo exército cristão. As tropas de Gonzaga guarneciam as cumiadas. Entre o campo do imperador e a planície cavavam-se as anfractuosidades que o defendiam contra um inopinado ataque. Obra-prima de tática e de estratégia! Os mouros dispunham de pouca artilharia. A branca Alger estava irremediavelmente perdida. Ao entardecer do dia 24—a marcha fizera-se com incrível rapidez!—no campo de César reboavam as aclamações festivas dos soldados. As tropas bebiam, cantavam e riam. Súbito, começa a chover. Passará! A chuva, porém, persiste, engrossa. É torrente, é dilúvio que cai sobre o exército. Ergue-se uma ventania de tempestade. Ribombam os trovões. Os soldados, que desembarcaram sem capas e sem tendas—a investida fulminante!—estão encharcados até os ossos; tiritam, enregelados. O mar, açoutado pela tempestade, encoleriza-se. Os navios da esquadra,



PREFÁCIO



sacudidos pelas ondas furiosas, perdem as âncoras, são atirados à costa. Alguns vão a pique. Ao estrondo da tempestade junta-se o clamor terrificante dos naufragos. Amanhece. A tormenta não abranda. Entorpecidos pelo frio, os soldados mal se sustentam de pé. As escopetas e os arcabuzes não podem funcionar. A batalha vai ser travada à espada e a dardos, perante o espectáculo trágico dos naufrágios. O mar tragava os navios onde tinham ficado as máquinas de assédio e a artilharia! Combateu-se o dia inteiro. Esgotaram-se os mantimentos. Comeram-se os cavalos. Já exaustos, os soldados deixavam-se tombar na lama. Então, Carlos V, sombriamente, ordena a retirada...

O enorme êrro militar imputado ao imperador consistiu em ter avançado sobre Alger sem tendas e víveres, encerrando o seu exército neste dilema: tomar Alger em dois dias ou morrer de fome. D. Sebastião perdeu-se por uma lenta marcha, embaraçada pelo transporte da artilharia e de extenso combóio de carga. Carlos V, o mais experimentado homem de guerra do seu tempo, comete êrros não menores, sacrifica o seu exército, mas não encontrou ainda o pedagogo que lhe chamasse "*imbecil*.". Todavia, as suas culpas parecem-se estranhamente, em seus resultados, com as de D. Sebastião. Assim as resume um historiador (1):

(1) Arthur Heulhard.



PREFÁCIO



“La conduite de Charles-Quint devant Alger est celle d'un homme atteint tout à coup de vertige. Avec des ressources extraordinaires, en hommes et en matériel, il tourne au capitaine privé de tout, même de lieutenants. Et il a sous la main André Doria, Fernand Cortez, le duc d'Albe, Fernand de Gonzague, Camille Colonna, les plus forts, les plus sages! Mais il n'écoute que lui,,



O HERÓI

ADMITAMOS que D. Sebastião cometeu tão grandes êrros de táctica em Alcácer-Quibir como o experiente Carlos V em Argel; que a sua direcção da batalha foi inábil; que se mostrou mau general e chefe inexperiente. Êsses defeitos não empanam o fulgor do seu heroísmo. Positivamente exagera o sr. Antonio Sérgio a sua rispidez quando julga e condena um rei de vinte anos, que soube morrer como um bravo na idade em que o seu póstumo juiz fazia versos mediócras. Decerto, o bisneto de D. Manuel podia ter ficado quieto nos seus paços da Ribeira, a vêr desembarcar a pimenta das náus da Índia e os tóros de ibirapitanga das náus do Brasil. Em vez de montear ursos na serra de Ossa, podia passar o tempo na biblioteca. Fôra-lhe bem melhor que pensasse em mulheres do que em batalhas. Mas o rei era belicoso



PREFÁCIO



de natureza, tinha a vocação de soldado, tal qual o sr. António Sérgio tem a vocação de crítico. O que há a considerar é se os heróis, analisados com o critério do sr. António Sérgio, não são todos mais ou menos insensatos. Scipião, acusado de concussionário e recusando-se ao vexame de ter de justificar-se, despedaçou perante os juizes os pergaminhos em que se achavam inscritas as suas rectas contas. Procedeu como um herói. ¿Mas é a sua atitude sensata?

Um herói não se analisa ao microscópio como uma bactéria. O D. Sebastião que o sr. António Sérgio critica já não existe. O que eu invoquei, está vivo. Se ao critério que o sr. António Sérgio, aplica à exautoração de D. Sebastião, substituirmos o de Emerson, ver-se-há o deplorável *«pedaço de asno»*, a que o reduziu o *magister* do racionalismo, readquirir o prestígio magnético do heroísmo, polarizado por todos os seus dons excepcionais.

Para Emerson, o herói é um *«intuitivo»*. *«A confiança em si próprio é a essência do heroísmo»*. Vamos certificar-nos de quanto D. Sebastião se ajusta à definição emersoniana. *«A forma primitiva (guerreira) do heroísmo é o amor da luta e o desprêso o mais completo da vida e do confôrto. O herói, quando na plena posse da sua energia e da sua vontade, despreza a prudência, ainda nos casos em que ela possa reparar os males que o afligem... Nada consegue abalar a sua vontade. Avança alegremente*



PREFÁCIO



no meio dos mais terríveis cataclismos. O heroísmo é a obediência a um impulso secreto do coração».

SEBASTIA-
NISMO

Foi êste heroísmo, representativo da esperança na vitória, que a Nação integrou no *Sebastianismo*.

Sebastianismo é a esperança latente da nação, mesmo na hora de suas vicissitudes; esperança não apática, por isso mesmo que se personificou simbòlicamente num Herói, no jóven Hércules que cortava com o fio da spada sete tochas sobrepostas.

Sebastianismo é pois a expressão da fé portuguesa em seus destinos, e não vejo que vantagens adviriam em debilitar e desprestigiar essa fé, depreciando o herói que a crismou, lhe emprestou a personificação dramática e lhe ofertou o invólucro do seu casto corpo banhado de sangue.

Como na época em que vivemos sem rei natural e como no período em que fomos assolados pelos exércitos da França, o *Sebastianismo* ressurge na hora adversa que actualmente vivemos, — não como superstição romântica, não como anseio indefinido, mas sim como aspiração protestante e reagente.

Sebastianismo, bem o sabe o sr. António Sérgio, não é a ingénua esperança num messias, não é idolatria pelo *Desejado*. As pilhérias ignaras, com que se pretende ridicularizar êsse nobre sentimento de fé, deveriam vexar a sua intelligência e afligi-lo pela má acção que praticou. O *Encoberto* não é hoje o rei vencido pelos mouros; é Portugal flagelado pelas calamidades



PREFÁCIO



da hora presente, e que todos os patriotas de coração e consciência aspiram a vêr repostos na estima e no conceito universais.

Há anos já, que o sr. Lúcio d'Azevedo, no seu ensaio sobre *A evolução do sebastianismo*, definia com penetrante exactidão o sentimento sebastianista: "*Exertado no fundo de poesia imanente no carácter nacional, pode-se dizer que nêle definitivamente se integrou. Ninguém acredita mais que D. Sebastião venha a ressuscitar; mas poder-se-há dizer que desapareceu de todo o sebastianismo? Nascido da dôr, nutrindo-se da esperança, êle é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa.*"

E porque é assim, não se comprehende o arruido de pateada aos *sebastianistas*, aos que se obstinam em crêr com fé irrevogável na vitória da Pátria.

O sr. António Sérgio instaurou o processo de D. Sebastião tal qual o séptico do século XVIII instruiu o processo póstumo da *Pucelle*, fazendo sofrer à sua memória o suplício da crítica.

Quando a França racionalista foi invadida pelas ondas assoladoras do inimigo milenário, que ela afrontava desde os Campos Catalónicos, não foi para o génio tutelar de Voltaire que a alma francesa se voltou, mas para a pastora casta, mística e belicosa de Domrèmy. No pedestal das estátuas da pastora amontoavam-se as flores. Iam venerá-la os britânicos, cujos antepassados a haviam deixado queimar como bruxa. Os solda-



PREFÁCIO



dos da livre América faziam-lhe a continência. Diante da sua imagem — *trecho de História pôsto em Arte*, — inclinavam-se as bandeiras do leão e do unicórnio e as das listas e estrêlas. Porém, na sua tumba do Pantéon, sôbre as cinzas do comensal epicurista do grande Frederico, do poeta erótico e satírico da *Pucelle*, nenhuma piedosas mãos iam depôr os lírios da França, salpicados pelo sangue do sacrificio.



A lógica do sr. António Sérgio condu-lo à definição sintética de que, enaltecendo D. Sebastião no seu sonho de império e glória, procedi como romântico demagogo, e conclui com uma antítese retórica: «*de um lado está D. Sebastião e o Romantismo — e do outro a Pátria e a Inteligência*». ¡Mais um êrro da sua soberba intelectual!

De um lado está o sr. António Sérgio com o Racionalismo — e do outro a Pátria com D. Sebastião.

De pouco vale dizer-se, e provar-se até, que D. Sebastião foi um degenerado e epiléptico — como se diz que foram outros tantos heróis; — que a sua obstinação maníaca e a sua imperícia de general prepararam uma catástrofe. O êrro do sr. António Sérgio consiste em haver concentrado a sua análise irada no rei morto, quando o que dêle sobrevive não é o culto da inte-



PREFÁCIO



ligência pelo *Homem*, mas o culto do sentimento pelo *Herói*.

O *Sebastianismo* é a própria nação repudiando as conclusões do Racionalismo.

Se elas fôsem exactas, coincidiriam com o sentimento nacional, e pois que o arrepelam é manifesto que são erróneas. Mas são racionais, diz-nos o sr. António Sérgio. Serão. E isso lhe prova que está certa a minha tese de que o «*Racionalismo é incapaz de surpir na sua agudeza o dom do Sentimento*».

Patriotismo é idealismo; e os heróis, por isso mesmo que o são, não se compadecem com uma análise que procura tudo reduzir ao ordinário, ao lógico, ao explicável, ao racional. Eis porque os processos de que se serve o sr. António Sérgio para análise das almas são insuficientes à compreensão e definição dos heróis. Eis porque o seu Nun'Álvares, o seu D. João I, o seu infante D. Henrique, o seu D. Sebastião, não correspondem à realidade e lhe saem das mãos com artificio de estátuas inanimadas: outros tantos Longuinhos do escadório do Bom-Jesus.

Para apelar a "*reflexivos e verdadeiros heróis, e verdadeiros porque reflexivos*," a Nun'Álvares e ao Infante, o sr. António Sérgio teve de julgá-los pelo êxito das obras e a grandesa sublime dos seus desígnios, passando em silêncio os actos em que êsses heróis, obedecendo mais aos inspirados ímpetos do que aos dictames da Razão, inutilizavam a sua concepção racionalista

HERÓIS
REFLEXIVOS



PREFÁCIO



e pedagógica do super-homem. Já um estudante, desatendendo a sua lição, lhe observou a impropriedade com que contrapoz o “*reflexivo*,” Nun’Álvares ao irrefletido D. Sebastião, e lhe perguntou com ironia irreverente o que diria do Condestável se os castelhanos lhe houvessem inflingido nos Atoleiros uma derrota irreparável (1).

Ora é contra o “*reflexivo*,” e pedante conde Álvaro Pires, espécie de pedagogo militar do século XIV, que Nun’Álvares arremete, no conselho, em Almada, como se conta na *Chrónica do Condestabre*, dizendo-lhe que o tempo não era para advertências prudentes e reflexões judiciosas; que para quem tinha medo não era ali seu lugar; rematando por definir o dever: “*j andar e seguir até à morte!*,” Sabem todos, ainda os menos versados em história, que Nun’Álvares era tido na conta de rapaz arrebatado pelos conselheiros experimentados e idosos. O próprio João das Regras encarava no ruivo e ardido fronteiro de vinte e quatro anos com a mesma severidade com que o sr. António Sérgio julga os projectos temerários do vencido de Alcácer-Quibir. Na sua campanha do Alentejo, que arrebatamento heróico! Em Estremós, sopeado pela população timorata, pelos conselhos dos homens de siso, que tentavam dissuadi-lo de acometer os castelhanos, numerosos e bem de-

(1) *O Desejado*, por Augusto d’Esaguy, em *A Capital* de 22 de Dez. 1924.



PREFÁCIO



fendidos no Crato, o sublime temerário reúne a sua hoste de mil peões e trezentos cavaleiros e arenga aos soldados vacilantes, impelindo-os à audaz façanha. ¿ Eram muitos os castelhanos ? ¡ Bate-los-ia ! Tinha fé na vitória ! ¡ A fé ! ¿ Porventura contou com êsse poder o sr. António Sérgio ? ¿ E se o concede a Nun'Álvares, porque o récusa ao *Desejado* ?

Do acampamento inimigo, o irmão manda recado ao paladino a adverti-lo de que não cometa a loucura de investir com tão diminutas fôrças. Êle, porém, persevera no desígnio heróico e fére-se a batalha inverosímil dos Atoleiros — onde pela primeira vez Nun'Álvares, quasi sem cavalaria, adoptou a táctica britânica, mandando desmontar os seus poucos cavaleiros e formar quadrado. Já se ouvia na charneca o estrondo da arremetida castelhana, o rouco bramir das trompas de guerra. Então, o “*reflexivo*,” herói, que o racionalista exalta para rebaixar outro herói, apeia-se do cavalo, prosterna-se, manda ajoelhar o pequeno exército, e de mãos postas roga com fervor a Deus lhe conceda a vitória.

¿ Por que artes consegue o sr. António Sérgio integrar na sua pedagógica definição do heroísmo êste véro herói, que inclui a Fé na sua estratégia ?

«*A coragem (nos heróis lusíadas do século XV) — diz-nos sapientemente o sr. António Sérgio, — era dirigida por uma mente clara, previsora, minuciosa e prudentíssima. O que buscavam, antes da emprêsa, era*



PREFÁCIO



a inteligência do que iam fazer ; era sempre o tentear terreno, o ouvir conselho, o guardar segredo, o ajustar minúcias, o aplanar senões... Vêmo-los criaturas senhoras de si, modestas e graves perante o real; gente concentrada e não expansiva, com a consciência plena dos casos difíceis, sabendo curvar-se à necessidade, opôr um veto ao desejo cêgo e ouvir o embate das opiniões. Afeitos em suma ao auto-domínio, sopeavam os caprichos do élan vital com a força disciplinadora do frein vital... Nun'Álvares não se arriscava a tentar assalto quando era possível empregar artil... „ E assim vai discursando, pedagogizando, do alto da cátedra, o sr. António Sérgio, para nos demonstrar que D. Sebastião era um impulsivo imbecil e que nos Infantes “espanta a cautela, o método, a prudência com que preparam tudo, — ; haja vista o frenesim com que D. Henrique, imprudente e incauto, acometeu Tânger !

Quem, desconhecendo a vida e feitos de Nun'Álvares, depois de haver lido a lição doutoral do sr. António Sérgio, se disponha a instruir-se na biografia do herói, reconhecerá que o humanista-crítico esteve, com veia hilare, a caçoar com os seus leitores e com a Moçidade a quem dedicou a sua humorística dissertação sôbre o Racionalismo e o Heroísmo. A *randonnée* temerária do Condestável, Guadiana além, por Castela e a Extremadura dentro, com mil lanças e dois mil peões & como a explica o sr. António Sérgio em homem pru-



PREFÁCIO



dentíssimo, mais inclinado ao ardid do que ao assalto? ¿E como lhe sôa aquela fanfarronada épica da véspera de Valverde, na bôca do seu herói, depois que escarneceu, como de um imbecil, a pergunta de D. Sebastião ao duque de Alba? Acampado a juzante da desembocadura do ribeiro de Matachel, à vista de Mérida, Nun'Álvares ia combater com as fôrças do mestre de Alcântara, Martim Annes Barbuda, e com as hostes de Aragão, de Córdova e de Sevilha, juntas para castigarem o atrevido assolador da Extremadura e de Castela. Na véspera da batalha, um escudeiro previne-o da enormidade das fôrças do adversário, e o herói responde-lhe: “*¿ Prouesse Deus, amigo, de serem aqui as gentes de todo o reino de Castela, pois com a graça de Deus, maior seria a honra . . . !*”

¿Por que, então, acoima de romântica e demagógica a exortação que dirigi à Mocidade, prêgando-lhe a combatividade e o ideal, e dedica ilógicamente a sua refutação à memória de Nun'Álvares — o herói que, no momento terrível da batalha de Valverde, quando a sorte das armas pende para o inimigo, pousa a espada e ajoelha, de mãos erguidas, pedindo a intervenção divina? ¿Qual de nós dois se contradiz?

Não; o sr. António Sérgio, a-pesar da sua culta inteligência, não está preparado para entender o Herói, e é dessa incapacidade para avaliar do poder dinâmico da fé que decorre a sua vindicativa homília ao *Desejado*, e o não ter podido extremar o que nêle houve



PREFÁCIO



de imperfeição humana e de véro heroísmo em sua fatal vocação de paladino.

“Les grandes choses du passé on été faites bien plus par enthousiasme et par passion que par raison,” — já confessava Renan em uma das suas cartas a Berthelot.

III

RACIONALISMO E ESPIRITUALISMO

A EXORTAÇÃO À MOCIDADE foi o frágil trampolim de onde o sr. Antônio Sérgio se precipitou, como ágil acrobata, sobre a memória de D. Sebastião. Ao mesmo tempo que lacerava com as tenazes da análise o herói morto, como mais assanhadamente o não faria um fanático de Mulei-Moluco, aproveitou o ensejo propício para me dar lição salutaríssima sobre o racionalismo, verberando-me por contradições que, afinal, vinham a redundar na apologia de tudo quanto eu pretendia estigmatizar.

Não foi mais feliz desta vez o sr. Antônio Sérgio, pois se quando o seu raciocínio, prejudicado pela insuficiência da sua sensibilidade, o conduz à pretensão de tudo querer reduzir ao racional com sacrificio do real, também o sentimento sem medida o expõe ao perigo de raciocinar sem acêrto.

Referindo-se à minha discordância do seu juízo sobre D. Sebastião, considêra-o desacato à inteligência e não lhe ocorreu que outras conclusões da inteligência, con-

CONTRADI-
ÇÕES,
ROMANTISMO
E DEMAGOGIA



PREFÁCIO



trárias à sua, êle desacatara, sem por isso se considerar um demagogo. ¡Quantos ilogismos nos que se presumem de estrictamente fieis à lógica! E não o digo para depreciar o meu orgulhoso contendor, mas para salientar quanto é por vezes ingrata e desconsoladora a missão de criticar a obra alheia.

“O meu amigo — admoesta-me o sr. António Sérgio, — não foi sòmente demagogo na casta do acto que praticou — atijando o sentimento cego contra uma conclusão da intelligência, por ser clara e intelectual: foi-o na escolha do seu falso herói: e foi-o, não menos, nas doutrinas políticas que defendeu. Pensou e falou para os jovens de agora com aquella forma de mentalidade (tão romântica e indisciplinada, e por isso mesmo tão demagógica) que aliciou e desnorteou a sua própria geração.”

Ora, eu não transgredi a lógica das minhas convicções. Recusei-me a compartilhar de uma conclusão da intelligência do sr. António Sérgio, com o qual, aliás, me confesso de acôrdo em outros casos. Incitei a Mocidade ao culto do espiritalismo, animando-a a procurar nas lições do passado e na vasta galeria das suas figuras proeminentes a essência do carácter nacional; exortei a Juventude a praticar, como virtudes eficazes na obra que tem forçosamente de enfrentar, a combatividade contra as perversões disseminadas e entronizadas, o alado idealismo para vencer o rasteiro materialismo, a candura patriótica para pairar incólume



PREFÁCIO



acima dos miasmas que infeccionam e depravam as consciências.

Mas fui também demagogo na “*escolha do meu falso herói.*”

Porque demagogo? Por haver exaltado, perante a Juventude, o rei juvenil que na grandeza da pátria concentrara as suas desvairadas ambições de glória.

Impulsivo, romanesco, apaixonado e impetuoso, — reconheço que faltavam ao *Desejado* os predicados de equilíbrio, de senso prático, de ponderação, capazes de o imporem ao acatamento dos homens serenos, prudentes e reflectidos. E entretanto, êsse sentimental, êsse ferrabrás belicoso, êsse extraviado cavaleiro da Tavola Redonda, emprega, diante do túmulo do apaixonado e romântico D. Pedro, palavras que singularmente se parecem, por seu altivo e ríspido desdém, com as que o sr. António Sérgio lhe aplica. Certamente, este jôven rei autoritário, místico e ambicioso, neto de déspotas e imperadores, não foi um demagogo; mas demagogo teria sido eu oferecendo como modelo à Mocidade o seu arrebatamento delirante. Justamente me haveria increpado o sr. António Sérgio de semeador de demagogia se, apontando D. Sebastião como exemplo edificante à Juventude, lhe houvera dito: — «Eis aqui um rei que despresou os conselhos da sabedoria e da experiência. Sêde como êle, temerária e impetuosa!» Não são, porém, essas insensatas palavras as que se lêem na minha *Exortação*.



P R E F Á C I O



E fui também demagogo “*nas doutrinas políticas que defendi.*”

São infundáveis os recursos da casuística! Adiante tiraremos isto a limpo. Assim chegue até lá a paciência do leitor e a minha.

¡ Como se olvida o sr. António Sérgio quando me adverte de que foram incitamentos iguais aos meus que aliciaram e desnortearam a nossa geração! O que nos ensinaram foi a grande heresia do *Contrato Social*. Nutriram-nos de romantismo revolucionário. Como heróis, apontaram-nos os ídolos da Revolução Francesa. Aliciaram-nos para a maçonaria, não para Deus. E viu-se como tudo liquidou na anarquia, no sabat terrificante do Arsenal, em palácios de jôgo e *cabarets*, em desvergonha e miséria.

¿ Porque, em vez de se considerar atingido e depreciado pelas palavras com que verberei o sórdido materialismo de uma época de imoralidades e falcatruas, se não sentiu exaltado o sr. António Sérgio pela minha reverente saudação à Inteligência, que o abrangia necessariamente?

¿ A que propósito vem a sua arrogante sabatina?
¿ Que altos intuitos inspiraram a sua agreste catilinária?

Como da homilia se infere, o meu delito consistiu em apelar da sentença lavrada pela sua inteligência, preferindo-lhe o louvor do poeta e a absolvição de Herculano, delito agravado pelo “*artifício demagógico*”



PREFÁCIO



de vir combater a opinião alheia com o pôr-lhe a tacha de um parentesco, tão vampírico como erradíssimo, do materialismo dos apetites e do desenfreamento das ambições. Positivamente, o sr. António Sérgio aparenta a candidez de um estudante liceal quando se presume o alvo contra que despejei as frechas da minha aljava e quando considera inatacável o seu conceito sobre o *Desejado*. A sua dialéctica gera-se neste duplo equívoco, e agita-se nesta núvem quizilenta que turvou a transparência da sua Razão.

¿Porventura, se eu houvera acatado a sentença do sr. António Sérgio, a harmonia e não o cáos reinaria na *Exortação à Mocidade*? Dissecando o meu texto no teatro anatómico da sua crítica investigadora e miudinha, encontra demagogia e anarquia onde só existe divergência entre a minha e a sua doutrina; êrros e contradições perante o seu racionalismo à *outrance* — mas não perante a minha concepção de limite ao poder da Razão. Quando me adverte que não valia a pena bradar tão rijo que quero a Razão nos seus direitos, para logo depois a exautorar por incapaz de suprir, na sua agudeza, o dom do Sentimento, o sr. António Sérgio coloca-se no ponto de vista de uma Razão soberana, quando eu reconheço no Sentimento um poder autónomo e freqüentemente triunfante da Razão.

E não se infira que neste reconhecimento existe, implícito, o postulado de que a Razão deva ser escrava do Sentimento. Não fui o criador da natureza humana.



PREFÁCIO



Constato a impossibilidade de tudo reduzir ao racional, de tudo resolver pelo entendimento.

LIBERDADE

O meu opositor, supondo haver demonstrado que procedi como um demagogo, increpa-me de querer a Liberdade pairando acima da inteligência directora. É irrecusável que nessa suprema regência a desejo, e que reputo imprescindível essa liberdade, que me permite discordar das opiniões do sr. António Sérgio, — liberdade que é a própria, a máxima garantia da inteligência. Sem a liberdade nenhuma vida espiritual é possível.

O sr. António Sérgio observa-me que a verdadeira liberdade é «*a que se submete, cordata, à judicatura da Razão*», e o que se chama licenciosidade «*é a liberdade que se exime a submeter-se às disciplinas racionais*». Porém, não é verdade. O conceito integral de liberdade só pode vigorar na esfera espiritual. Nas sociedades organizadas não existe o que a retórica democrática designa por Liberdade. O que existe são *liberdades* estatuídas. Em política, a verdadeira liberdade será tanto maior quanto mais acatada fôr a autoridade, e terá de submeter-se às leis suas reguladoras. Aqui, a liberdade é uma expressão jurídica, definida e regulamentada. A Razão pode variar e errar. A lei escrita é geral e fixa. ¿Dirá o sr. António Sérgio que a Razão que erra não é Razão? Mas a triste realidade é que todos os dons humanos são contingentes e precários, e cada dia se estão corrigindo êrros que foram fugazes verdades.



PREFÁCIO



A vida do pensamento é uma série de retificações. A verdade é uma sucessão de verdades que se desmentem umas às outras. Como a onda, o pensamento nunca estaciona. A pretensão de dogmatizar uma opinião implica a própria negação do método racionalista.



FAZ-ME o sr. António Sérgio a esmola de algumas luzes, que alumiem a minha cegueira acêrca da disciplina mental do racionalismo, avisando-me de que *“quem prega a anarquia intelectual, insurgindo os jovens contra a Razão (como pretende que eu fizera!) é semente aperfeiçoado de tôdas as espécies de anarquia.”*

RACIONALISMO
E
PATRIOTISMO

Na sua lição prefacial ao *“Desejado”*, distinguindo entre o sistema filosófico racionalista e o método racionalista, insiste o sr. António Sérgio na afirmação de que os princípios que defende são, exclusivamente, os da sã disciplina mental: as prerogativas inalienáveis da Razão no exame e julgamento dos factos. Não obstante, o seu raciocínio está inquinado pela doutrina racionalista, e é de acôrdo com os seus dictames que a Razão do sr. António Sérgio examina e conclui.

É difícil abstrair da filosofia racionalista na apreciação das conclusões da sua intelligência crítica.

Pretende o sr. António Sérgio que racionalismo, na



PREFÁCIO



tradição da verdadeira filosofia, não é um sistema, mas um método, um processo de dialéctica. Mas não foi contra a disciplina racional, contra o império da inteligência, que me propuz a concitar a Juventude universitária. Para prègar demagogia iria para a praça pública.

Não me propuzera a dar uma lição de história nem de filosofia à Mocidade. Ia exortá-la a confiar nos destinos da Pátria: não messiânicamente, mas reagentemente, aconselhando-a a gastar na luta o vigor que tantos consomem em queixumes. Ia dizer-lhe que não basta à inteligência a sua realeza natural, mas que é necessário servi-la, dignificá-la, defendê-la e impô-la, e que a geração nova terá de ser mais atlética que contemplativa. Se foi por mau caminho que guiei a Mocidade, — êsse caminho não a transviará, porém, da virtude e da honra. É aquele para onde me conduziu a experiência, o arrependimento dos êrros cometidos e a firme resolução de não lisonjear a ignorância, de não pactuar com a supremacia das multidões, de desprezar os seus aplausos e não me temer dos seus bramidos.

Já nesta altura da minha defesa, a probidade do sr. António Sérgio protestará contra o infundado das minhas queixas e negará que tenha deturpado as minhas intenções.

O leitor, que vai ler a *Exortação à Mocidade*, julgará se a sua doutrina se ajusta ao que dela escreveu o sr. Matos Sequeira, que aceitara como boa a lição



PREFÁCIO



doutoral do meu crítico: *“Antônio Sérgio procede à exautoração do neto de D. João III. Fa-lo com violên-
cia numa carta a Malheiro Dias. . . Essa violência, essa
rudeza, tem uma justificação. É necessário para o ve-
neno um antídoto enérgico. Isto de apresentar à mo-
cidade, como exemplo, a figura de D. Sebastião; . . .
apregoando a inacção messiânica como panaceia aos
moços de hoje, dizendo-lhes: não trabalhem, esperem,
não lutem, confiem; — é dar-lhes um mau conselho, é
envenenar, anulando-as, energias nascentes; é paralisi-
sar esforços, é anestesiar a sensibilidade de uma na-
ção proporcionando-lhe um sono, e, com o sono, um
falso e inútil sonho.”*

E gastei eu tantas palavras a prègar energia viril,
combatividade, reacção, para que me apresentem como
vendedor de narcóticos e evangelizador de sonambu-
lismo!

Já o dizia Vieira no seu sermão da Sexagésima:
*“Os piores ouvintes que há são as pedras e os es-
pinhos. Os espinhos por agudos, as pedras por duras.
Ouvintes de entendimentos agudos, e ouvintes de vontades
endurecidas, são os piores que há. Os ouvintes de
entendimentos agudos são maus ouvintes porque vem
só a ouvir subtilezas, a avaliar pensamentos, e às vezes
também a picar a quem os não pica.”*

Confinado na modéstia dos meus recursos, não po-
dendo levar aos estudantes de Coimbra sciência, de
que sou pobre, levei-lhe o meu sentimento.



PREFÁCIO



¿Valia a pena ter gasto o meu sapiente antagonista os recursos da sua fulminadora dialéctica com tão humilde prédica? ¿Foi no meu incitamento ao idealismo — ao romantismo, como pretende, — que encontrou motivo para a sua intervenção reitoral? Penso que sim. Ponghamos as cartas do nosso jôgo na mesa.

O sr. António Sérgio conseguiu subordinar à disciplina racionalista as suas necessidades espirituais. Governa-o a inteligência — que às vezes o atraiçôa, como a nós todos. Intellectualiza a vida na amplidão das suas perspectivas visíveis e invisíveis. Diligenciando sistematicamente “*assimilar o real ao racional*”, o sr. António Sérgio não cogita no sobrenatural.

Nada tenho a opôr às vantagens evidentes do racionalismo como *método* disciplinador e orientador da inteligência. Afirmei que, em Patriotismo, o racionalismo não é suficiente. Disse que era preciso animá-lo com ideais. Preconizei a vantagem da Fé: poder milagroso que deu a vitória aos desarmados cristãos das catacumbas contra a poderosa Roma, saturada de racionalismo, de cultura e de bom senso, mas paupér-rima de idealismo.

Não preferi o calor à luz, como pretende fazer acreditar sofisticadamente o meu antagonista. Não encareci o sentimento destituído da visão, o ideal nas trevas. Disse que calor e luz são necessários. O calor sòmente — é paixão. A luz sòmente — é insensibilidade.



PREFÁCIO



Seria de mau gôsto, por fastidioso e pedantesco, embrenhar-me no labirinto especulativo sôbre a vontade e a razão, recapitulando as distinções platônicas até às kantianas e recompondo a árvore genealógica do racionalismo do sr. António Sérgio, tataraneto dos cartesianos e mentor dos novos Julien Sorel, descendentes do jóven voltaireano do *Rouge et Noir*.

Essa dissertação seria tanto mais enfadonha, senão bisantina, quanto deslocada numa polémica circumscrita a um tema de *política patriótica* e no qual a figura emblemática de D. Sebastião entra apenas como a imagem simbólica no escudo.

O que se debate não é uma divergência no campo da inteligência, muito embora o sr. António Sérgio sustente que eu prèguei demagogia atacando a Razão.

Limitado à esfera de acção do pensamento, o racionalismo, em seu inveterado orgulho, cuida poder dominar com os argumentos da lógica os impetuosos movimentos das paixões humanas. Não basta condenar a paixão. É preciso dominá-la e conduzi-la para o bem. Os racionalistas acabaram por ser as vítimas das paixões que desencadearam e que não puderam aplacar com os seus argumentos racionalistas.

Também eu, como o sr. António Sérgio, obedeço à necessidade tirânica da lógica. Também eu reivindico a condição de racionalista dentro dos limites em que impera a Razão. Mas para poder ser um racionalista integral da escola do sr. António Sérgio é forçoso abs-



PREFÁCIO



trair da idea de Divindade. Foi essa exigência que o conduziu a declarar-se livre-pensador.

Eis nova causa porque o sr. António Sérgio me argue de contraditório, quando essa contradição — insisto em dizê-lo, — não é de mim para mim, mas entre mim e êle, e provém de pretender o sr. António Sérgio que eu resolva, dentro do campo de acção do racionalismo, problemas que transcendem dêsses estreitos limites e se desenvolvem nos domínios do idealismo. Aliás, a tendência de quem discute e alterca é para subordinar às próprias as ideas do adversário e tirar partido das contradições infalíveis a que tal sistema as expõe. O sr. António Sérgio julga-me contraditório através da sua doutrina. Eu reclamo ser julgado consoante a minha.

Procurando tudo explicar pelo racional, sem a intervenção do ideal, o sr. António Sérgio experimenta dar interpretações utilitárias — e nesta concepção se filia no *materialismo histórico* de Marx — às grandes empresas em que interveio preponderantemente a fé e o idealismo patriótico, e mostra-nos os heróis “*reflexivos*”, “*cautos*”, e “*prudentíssimos*”, como fôrças disciplinadas, agindo sob o império absoluto da Razão.

Não ignoro quanto o ideal pode conduzir, em política, à anarquia. É na sua forma de *ideais* que as doutrinas dissolventes dos racionalistas, transitando dos livros para o espírito das multidões e precipitando-as no cáos do individualismo, ameaçam actualmente a



PREFÁCIO



civilização. Isto prova a fôrça do Sentimento, e adverte-nos de que, não sendo possível eliminá-lo da natureza humana, é necessário reconduzi-lo para o estado espiritual que produziu um Nun'Álvares, de preferência a abandoná-lo às alucinações que geraram um Lenine.

A idea tende a converter-se em poder activo, organizando em seu serviço profusa instrumentalidade de meios de acção e propaganda. A teoria racionalista da origem convencional da sociedade deixou o campo aberto às mais perigosas utopias; e é da teoria revolucionária de que não existem leis sociais naturais que se nutrem as doutrinas subversivas. É preciso colocar a Razão do homem em relação com a Razão do mundo; que os homens de Reflexão sejam também homens de Sentimento. Quando emprego a palavra *espiritualismo*, não lhe empresto uma significação puramente religiosa, mas procuro exprimir um estado superior de harmonia entre a Razão e a Fé, que, ampliando e iluminando a Razão, não permita que se desvaire a Fé.

Recuso-me a admitir que o espiritualismo impeça de vêr claro e de realizar eficazmente. Dentro do meu sistema pôde raciocinar-se com a mesma claresa, a mesma lógica determinista, o mesmo senso analítico, o mesmo sentimento das proporções que no sistema do sr. António Sérgio. Reconheço que não é preciso ser patético para ser patriota e que há homens vir-



PREFÁCIO



tuosos e estóicos entre os racionalistas. ¿Porque não? Também não é condição fatal do espiritualista raciocinar contra a lógica.

Pelo que respeita à pomposa e vácuca retórica — contra cujos excessos sempre se insurgiu a minha irreprimível antipatia, — o bom gosto é a sua mestra mais idónea e abalizada. Mas para fugir da retórica não nos precipitemos na insipidês e na vulgaridade. A justa medida na eloquência e na imaginação deve pautar as normas da arte de escrever. Que o desprezo em que caíram entre nós as humanidades e a falta de manuseamento dos clássicos latinos e gregos hajam concorrido para a decadência do bom gosto literário, é evidente. Da truculência retórica não se mostrou isento o próprio sr. António Sérgio, que até no emprêgo de vocábulos desusados foi excessivo, como se no léxico usual não tivesse encontrado suficiente resonância para as suas invectivas. É que o génio literário muitas vezes é omisso nas inteligências críticas. Só o talento nato produz a elegância estilística de um Afonso Lopes Vieira e de um Eugénio de Castro; a policromia e o movimento da prosa de um Júlio Dantas; a opulência instrumental de um Aquilino Ribeiro; a variedade na propriedade, a profundidade espiritualista, o colorido realista e a ordenação impecável dos textos de Antero de Figueiredo; a vibração que animava e centuplicava a perspicácia analítica e o poder generalizador de António Sardinha; a sonoridade rítmica da prosa de



PREFÁCIO



Jaime Cortesão; a austera e magnífica linguagem de Lopes de Mendonça.



RACIONALISMO
E IDEALISMO

DESDE que o racionalismo da era burguesa entrou a comandar nos domínios do pensamento e a submeter à sua crítica as manifestações estéticas, os seus esforços concentraram-se em adaptar a actividade espiritual à concepção niveladora da Democracia. Universaliza-se actualmente a reacção em sentido inverso: erguer a multidão para o ideal, em vez de rebaixar o ideal até ela. Recomeça o esforço patético para integrar o absoluto na relatividade. Nem sciência, nem arte, nem filosofia sem verdadeiro idealismo.

O sr. António Sérgio — cuja mentalidade está incomensuravelmente acima da ignorância deprimente da maior parte dos foliculários que o aplaudem, — não pôde ignorar que é esta a aspiração que soergue o pensamento moderno da melancólica apatia em que o deixára mergulhado o automatismo pedagógico.

Os depoimentos que compõem o imprevisito livro *Civilisation in the United States, An Inquiry by Thirtyt Americans* (1) denuncia-nos a reacção da intelligência

(1) Harold Stearns, ed. Nova York, 1920.



PREFÁCIO



do Novo-Mundo contra o utilitarismo esterilizador a que deu curso um sistema empenhado em tudo reduzir ao real. O real: ; cousa tão pequenina para o homem que não vive só do pão que come! Impressionante é a conversão de Henry Adams, denominado «o novo Montaigne», exemplar da mais alta expressão cultural e racional do americano (1) e que, depois de haver num romance célebre (*Democracy*) estigmatizado a decadência espiritual a que conduziu a Democracia, e a cupidês, o cinismo e a vulgaridade dos seus políticos, concluí a carreira de pensador comentando com amaríssima ironia a corrida empreendida entre o Espírito e a Matéria, perseguindo-se ofegantes sem jamais se alcançarem. Para êle, como para Emerson, o supremo problema da actualidade continua a ser o do Universo e do Homem, o da Ciência e da Fé (2). Figura típica e representativa da idade moderna, saturado de darwinismo, de kantismo, de racionalismo, tendo procurado matar a sede em tôdas as fontes filosóficas, cursado as universidades alemãs, freqüentado em Londres os discípulos de Lyell, o autor do *Ensaio sôbre a degradação do dogma democrático* termina na catedral de Chartres e no mosteiro do Monte Saint-Michel uma longa peregrinação filosófica iniciada além-Rheno; e a Virgem

(1) Henry Adams era neto do presidente John Quincy Adams.

(2) Régis Michaud, *Les pensée Américaine*, Paris, 1924.



PREFÁCIO



de Chartres dá-lhe o que Darwin lhe recusou: uma idea não deprimente, mas exaltante da Fôrça. «*J Todo o vapor do mundo seria incapaz de construir Chartres, como conseguiu fazer a Virgem*»!

Declarando-se saudoso do tempo em que a escolástica operava a conversão do Múltiplo no Unitário por uma evolução racional de conceitos e o livre transporte das consciências, Adams reconhece que do consórcio da Razão e da Fé resultou a energia mais alta que a humanidade jamais conheceu, que maiores obras de beleza produziu, que mais sublimes heróis criou.

Procurei o exemplo da mentalidade americana para impedir que o sr. António Sérgio me infligisse a ária de realejo que o racionalismo vem monotonamente repetindo contra a reacção idealista francesa da escola de Maurras.

Não estou a fugir com estas divagações à resposta para que me aprazou o sr. António Sérgio, cuja inteligência penetrante incluiu na sua Carta-Prefácio o tema sôbre que discorro: «*O que há no íntimo do nosso debate sôbre a pessoa do Desejado, — reconhece êle ser: «O PROBLEMA DOS NOSSOS DIAS, O PROBLEMA DO MUNDO INTEIRO, E NÃO SÔMENTE O DE PORTUGAL*». E procurando uma equivalência para o diagnóstico de Ferrero, diz: «*padece o mundo, que aí jaz enfêrmo, de ser guiado por duas ideas: o Mecanicismo e o Romantismo*», — conclusão que me animo a substituir por esta outra: *o Racionalismo e o Espiritualismo*.



PREFÁCIO



Seria difícil colocar melhor a questão, e para lastimar é que o sr. António Sérgio tenha julgado poder resolve-la dentro do seu sistema e à custa do Romantismo.

Na terceira década do século XIX, o génio de Carlyle abrangeu em conjunto as características da época a que chamou a Idade Mecânica e de que previu as conseqüências morais e a mentalidade. Era aquele o tempo em que os primeiros navios movidos a vapor começavam a sulcar os oceanos. O pensador descreve, na sua linguagem tempestuosa, o prodígio inicial da Idade da Máquina: *«o rei-do-fogo de Birmingham visita o Oriente fabuloso, e o Génio do Cabo, se houvera hoje um Camões para entendê-lo e cantá-lo, alarmaria os espaços com trovões mais retumbantes do que aqueles com que interpelou a audácia de Vasco da Gama»*; e avista, no longínquo horizonte, o crepúsculo da era a cuja aurora assistia, os fenómenos sociais e económicos que ela trazia no seio: *«a riqueza, alterando as relações antigas, ampliando a distância entre o pobre e o rico»*; adivinha o sr. António Sérgio, as máquinas pensantes perfeitamente organizadas, disciplinadas, produzindo *ideas*; enfim, prevê a *popularis aura* dos políticos racionalistas, mensageiros do progresso e da felicidade universais. Filosofia, Ciência, Arte, Literatura, tudo acabaria por ser disciplinado, organizado, mecanizado. Seria a época estiolante da personalidade, dos métodos, dos processos, dos sistemas, dos cenáculos e dos par-



PREFÁCIO



tidos. «*O génio do mecanismo oferecer-se-hia para ajudar o homem em tôdas as eventualidades, e para suportar nas costas de ferro todos os seus fardos*». A ciência da idade mecânica seria essencialmente física, química e fisiológica. «*Os grandes segredos da Necessidade e do Livre-Arbítrio, da dependência essencial entre a Matéria e o Espírito, das nossas relações misteriosas com o Tempo e o Espaço, Deus e o Universo*», deixariam de servir de tema às investigações da Inteligência.

O entusiasta admirador de Goethe viu aparecer fabricantes de constituições e de sistemas políticos, destinados a produzirem a felicidade dos povos; previu o desdobramento da Idade Mecânica até o apogeu dos nossos dias, quando os seus teóricos, de progresso em progresso, atingiram a perfeição de ignorar ou desprezar as forças dinâmicas da humanidade, «*as energias primordiais e inalteráveis, fontes misteriosas do Amor, do Entusiasmo, da Poesia e da Fé*».

Eu prefiro trabalhar no visível sem perder a crença no invisível. A luz de que fala o sr. António Sérgio é a luz do seu candieiro. Quero também a luz do céu. Reconheço que esta preferência é anti-racionalista no sentido filosófico. Mas não é anti-racional.

Se não me equivóco, êste é o ponto sério da polémica da «*Lanterna e do Calorífero*», a que D. Sebastião serviu apenas de pretexto.

Os espiritualistas, e até os místicos, nunca despre-

A RAZÃO
E A FÉ



PREFÁCIO



zaram a Razão. Fazer intervir o coração na discussão do problema religioso, suprir pelas luzes do sentimento as insuficiências do espírito, tal é o método pascaliano. “*Nous connaissons la vérité, non seulement par la raison, mais encore par le coeur.*” ¿ Deve o homem deixar aberta a porta do coração ou fecha-la? ¿ Tem êle o direito de acolher, sem submete-la à análise rigorosa da intelligência, uma opinião que seduziu o seu sentimento? Não, certamente, quando se trate de uma opinião puramente scientifica e que não interesse de qualquer modo a nossa vida moral, «*car on ne devrait jamais consentir qu'aux vérités démontrées*»; mas sim, em tudo quanto se refira às verdades fundamentais, pois a estas devemos abrir as portas do sentimento e da vontade, para que ellas entrem “*du coeur dans l'esprit et non pas de l'esprit dans le coeur.*”

Os críticos mais rigorosos do método pascaliano (1) concluem que o processo do apologista cristão se parece singularmente com o dos predicadores da impiedade; «que Pascal, como Voltaire, aconselham uma espécie de prestidigitação: o primeiro propondo ao sentimento a missão de escamotear os argumentos racionais da incredulidade; o segundo confiando à razão o encargo de eliminar os argumentos sentimentais da crença.»

(1) Henri Bremond, *Pascal et les mystiques.*



PREFÁCIO



Entretanto, para atingir a plenitude da fé não é preciso depreciar a inteligência, nem reduzir a sua intervenção nos domínios do idealismo. Reconheço que é pela inteligência que compreendemos, aprovamos, rejeitamos as conclusões, quaisquer que sejam: as do espírito e as do coração. Sem dúvida, “*le coeur a ses raisons*,” mas que a Razão conhece, “*puisque’elles ne sont raisons qu’autant que la raison les a faites siennes*.” Os teólogos místicos não sentiram a necessidade, como o sábio Pascal, de abrir conflitos entre o sentimento e a inteligência. O conhecimento racional, que se realiza por meio de conceitos, nada tem de comum com o conhecimento místico, que provém da sensibilidade: conhecimento intelectual da *verdade*, conhecimento místico da *realidade*. «Para os místicos, como para os cartesianos e os escolásticos, a prova permanece o que é, suficiente ou insuficiente. Êles não pretendem, de modo nenhum, fazer-nos aceitar por indubitável o que a nossa inteligência considera duvidoso. A esfera da crença não é o intelecto. A finalidade que a sua experiência atinge não é uma idea, não é uma verdade: é uma realidade, embora obscuramente possuída. *In eo vivimus et movemur et sumus*.» (1) Desde que a inteligência entra em scena para exercer a sua função natural, os teólogos não a emba-

(1) Henri Bremond, *ibidem*.



PREFÁCIO



raçam. S. Tomás é um místico, mas, quando se propõe a demonstrar que Deus existe, argumenta à maneira de Descartes. A fé nada tem que recear da inteligência. Os dois conhecimentos de que dispomos, o real ou místico, e o intelectual, completam-se.

Cuido ter explicado sem *romantismo* como se pode, sem atentar contra a Razão, sem ser ilógico e contraditório, invocar o Sentimento — que a Razão reconhece e admite, — e proclamar como insuficiente o sistema racionalista, fundamentalmente adverso às transcendências do idealismo.

Não poderá contestar-me o sr. António Sérgio que o Patriotismo — o *amor* da Pátria — não é um conceito racional, mas um Sentimento que a Razão reconhece. Insisto em dizer à Mocidade que uma política inspirada apenas no racionalismo conduz necessariamente ao materialismo e à demagogia: conduz ao estado de crise em que nos encontramos.



HEROÍSMO E POLÍTICA

IMPASSÍVEL, se não indiferente às condenações que se erguem em tôda a rosa-dos-ventos da inteligência contra um sistema que atrofiou a concepção heróica e idealista de Pátria, o sr. António Sérgio preconiza um civismo secamente utilitário — perante cujo critério os Heróis teriam de ser considerados pelo



PREFÁCIO



seu senso prático, pela sua prudência, pelo domínio sôbre os seus impulsos: a abolição, enfim, de alguns dos dons heróicos.

É o que se depreende da sua lição ilógica sôbre o heroísmo de Nun'Álvares e do Infante, arquétipos de heróis, com horas de ímpeto indomável e de arrebatamento incoercível, ambos místicos, ambos obstinados — por isso mesmo que impelidos pela inspiração, — agindo, ora sob os ditames da Razão (de modo nenhum incompatível com o heroísmo, por isso mesmo que a Razão e o Sentimento são os apanágios do homem), ora sob a impulsão explosiva da sua *vis* heróica.

Os heróis podem considerar-se espécie de amuletos de que se servem os povos para exorcismar o desalento e a cobardia. Os povos canonizam os seus heróis, sem pedirem a opinião dos críticos.

O que Antero de Figueiredo e António Sardinha empreenderam não foi tanto a justificação e exaltação de D. Sebastião como a explicação dos seus transportes heróicos e da sua mística patriótica — precisamente os dons que invoquei na *Exortação à Mocidade*.

Quando, há três anos, dois temerários se arrojaram pelos ares, em uma manhã tristonha de neblina e preságio, a caminho do Brasil, nem um só racionalista acreditou que, de aéreo salto em aéreo salto, êles fôsem cair nos braços do povo brasileiro. ¿Levavam as armas da sciência para vencer a natureza? Sim. ; Mas levavam também os *Lustadas*!



PREFÁCIO



O bom senso é necessário e não o dispensaram os heróis, desde o astucioso Ulisses. Não foi, porém, unicamente cingidos à ética do auto-domínio, calculando fria e serenamente a medida das possibilidades, que os portugueses se precipitaram à conquista do mundo; que Duarte Pacheco se postou em Cochim, como um dique de bronze, contra os exércitos do Samorim; que D. João de Castro se lançou na batalha de Diu; que em nossos dias Mousinho de Albuquerque, quási sòzinho, assaltou o kral do Gunguphana. Em tôdas estas emprêsas, os experimentados aconselharam a prudência. Em tôdas aquelas situações patéticas se elevou a voz de um António Sérgio. Mas essa voz é ininteligível para o herói, quer êle seja o Nun'Álvares de Valverde, o Infante D. Henrique de Tânger, o D. Sebastião de Alcácer-Quibir. Há as horas da preparação, da reflexão, da razão; mas há também as horas da decisão, da audácia e da temeridade.

Não esqueço o papel desempenhado pelo mestre-escola, o pedagogo e o pensador na restauração das forças vitais da Alemanha, após as humilhações depressivas que lhe infligira Napoleão. Mas o modesto mestre-escola, o pedagogo e o pensador foram estimuladores de heroísmo e não fustigadores e escarnecedores de heróis. Faziam a política da grandeza alemã. Êsses letrados, desde a escola primária à universidade, tinham a concepção heróica da Pátria, propagavam o ideal nacionalista. No seu *Discurso à Nação Alemã*, Fichte



PREFÁCIO



deixou de ser uma inteligência puramente lógica e chamou em socorro da sua Razão as fôrças poéticas do idealismo patriótico.

¿Que tem o sr. António Sérgio para nos dar além da sua magra receita dos técnicos? ¿Não está ainda convencido de que o tecnismo não é uma *política*? ¿Não está demasiadamente ilucidado sôbre a subalternidade oprobriosa a que a doutrina igualitária reduziu a inteligência? ¿Não se defrontou já a superioridade da sua cultura com o despotismo do Numero? A Razão diz-nos que só pode haver igualdade perante a lei. Em política, o sistema racionalista e o método racionalista, por mais paradoxal que isto pareça, são antagónicos. O sistema racionalista conduziu à democracia, à concepção *romântica* do govêrno da quantidade. O método racionalista conduz em política ao govêrno da qualidade.

Já na hora presente, enquanto ensaiámos o radicalismo com a colaboração da cultura e do tecnismo racionalista, se generaliza e universaliza o regresso à concepção clássica da *élite*, opondo à ditadura da quantidade a ditadura *legal* da qualidade — única em que se honram a Inteligência e a Cultura. O sistema republicano concebido por Washington, e com que procurou designadamente evitar as calamidades da Revolução Francesa, é uma ditadura legalizada, em que se confia à Justiça, salvaguarda da Lei, o papel que o romantismo revolucionário confiou à *soberania popular*. É



PREFÁCIO



evidente que, tanto como às monarquias, se podem adaptar estes princípios às repúblicas, que teem o seu modelo clássico na *heróica* República Romana, governada pela aristocracia senatorial, sustentada pelas cohortes armadas.

O que repilo é a concepção heróifoba e racionalista da Pátria, que desviou o exército da sua função natural e tradicional, introduzindo-o na política partidária; que apeou a magistratura da majestade da sua investidura e lhe cerceou os privilégios de autonomia; que lacerou a unidade nacional em partidos e seitas, pelos quais distribuiu os farrapos da bandeira da Nação; que diligenciou colocar ao serviço dos interesses materialistas as energias idealistas das Pátrias; que deu visos de verdade à falsa teoria marxista segundo a qual, e de acôrdo com os enciclopedistas, "*a produção da vida material domina geralmente o desenvolvimento da vida social, política e intelectual*,"; que reduziu o povo a uma multidão de contribuintes, submetidos à expoliação dos exactores de impostos, governado por agremiações de faladores; que corrompeu os negócios da política numa política de negócios; que, confinada na persepção do utilitário, deixa as nações, na hora do perigo, dirigidas pelos fantasmas de uma autoridade suprimida.

¿ Considera o sr. António Sérgio possível restaurar a Pátria na sua dignidade heróica dentro das ideas mesquinhas que propulsionam a concepção raciona-

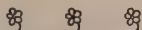


PREFÁCIO



lista? Eu não acredito. Essa democracia pragmatista assenta em princípios abstractos, contrários à Razão, e que não passam de mentiras convencionais. Não aceitando as desigualdades naturais, persiste em querer curvar as altas estaturas sob o seu nível fictício. Todavia, nada de sólido é possível erigir senão sobre bases de talento e de carácter. As *élites* terão de ser sempre as condutoras do rebanho, ainda mesmo nas nações onde o rebanho obedece mais ao ladrar dos cães do que às vozes dos pastores. O progresso geral não tende a produzir a paridade dos indivíduos, antes extrema e valoriza as superioridades.

Platão, pai da filosofia de que todos somos filhos, representante do génio europeu, raciocinador, definidor e criador, é a primeira inteligência ocidental a indignar-se contra o govêrno popular, que condenou Sócrates. Emquanto não fôr possível alterar o génio da Europa, educado pela Grécia, enamorado da harmonia, da ordem, da estesia e da clareza, e substituí-lo pelo génio tártaro-mongólico, que tornou viável o advento do bolchevismo na Rússia, os govêrnos do número serão ineficazes e efémeros. Passarão como tempestades, sem esgalhar os mirtos e os loureiros que envolvem o templo pulcro de Palas Atenéa.



AQUI tem, explícita, o sr. António Sérgio a espécie de demagogia que prèguei à Mocidade, e as finalidades políticas para que a exortei a preparar-se pelo culto da intelligência directora — e não serva — e pelo do heroísmo emersoniano.

A sua interpretação racionalista de um místico, a sua interpretação prosaica de um paladino, deram-nos um D. Sebastião disforme e grotesco. E, entretanto, se a Mocidade, como escreveu um estudante, reconhece a necessidade de «*combater implacavelmente o materialismo sórdido dos que, acima dos appetites, não vêem lucilar a mais ténue chama de ideal*» (1), encontra-se no mesmo estado de alma em que se encontrava D. Sebastião, rei de «*uma nação de bufarinheiros, de sôbre-cargas, de judeus agiotas, de cortesãos e de tartufos*».

Se a Mocidade se propõe a reagir e tentar salvar a Pátria, não há-de ser com a alma fria de um pedagogo ou com o senso utilitário da rua dos Mercadores, — mas com ideal enérgico e ardente, com a mística patriótica do *Desejado*.

¿Para combater em África por utópicos impérios? Não. Para combater em Portugal. Pela glória? E por-

(1) Mário de Castro, *Resposta dum exortado a uma nobre exortação*. N.º 37 da *Seara Nova*.



PREFÁCIO



que não? Mas também pela grandesa moral da Pátria. Como soldado? Quando fôr preciso; mas, permanentemente, como patriota: soldado sem uniforme.

Exproba-me o sr. António Sérgio o haver exortado a Mocidade à combatividade. ¿Pois não dá êle próprio o exemplo de um ânimo combativo? ¿Pois não é de combate a hora marcial em que vivemos? ¿Não se apresenta armada, na liça, a demagogia? ¿Não é dos arraiais do materialismo que se soltam os cartéis de desafio e os prègões de guerra? ¿Porque há de o ideal defrontar, inerme e pusilânime, o seu adversário?

¿Vão apoderar-se do espírito da nova geração os mentores do racionalismo, os livres-pensadores didácticos?

Quando mesmo assim viesse a acontecer, não maldiria desta rajada de esperança que sacudiu os meus cabelos brancos, — nesta idade de renúncia a tôdas as vaidades, quando dou por encerrada a minha obscura carreira de escritor, — e que me animou a atar as vivas feridas do coração para descer à arena dêste combate, com as minhas ligaduras ensangüentadas, a pelejar contra uma inteligência que admiro.

Na exortação que enderecei à Mocidade, incitei-a a combater e a crêr. Não foi com divagações e raciocínios que se criaram as Pátrias, mas pela Acção e pela Fé.

Se no decurso do meu apêlo perpassou o belo fantasma do *Desejado*, não o invoquei para aconselhá-la a



PREFÁCIO



repetir a sua carreira trágica e a reincorrer nos seus êrros fatais. Foi, sim, para que nessa representação da Marcialidade e da Coragem, na mais lendária que real figura em que o sentimento nacional incarnou a Esperança, tivesse, tangível, como os portugueses nos tempos filipinos, o símbolo da Fé que nunca desespera, nem mesmo do regresso do seu rei morto.

Decerto, êle não vale como ensinamento — pobre donzel vitimado, infeliz Galaaz desterrado do século XIV para o século XVI! — as figuras gigantes, e radiosas de perpétua luz, do santo Condestável, do ínclito Infante, do grande D. João II, do terrível Albuquerque. Vale, sim, nas horas de desgraça, como representação simbólica da vitória da Pátria sôbre as vicissitudes que êle próprio lhe preparara por suas mãos inocentes.

O Patriotismo — eis o nosso Messias! Mas Patriotismo militante, animado pela fé, embelezado pelo ideal: Patriotismo de Sentimento e de Razão — pois, como advertia o bispo de Silves a D. Sebastião, *«a vontade por si, sem obediencia do entendimento, he desconcerto»*.

EXORTAÇÃO
A
MOCIDADE



ADVERTÊNCIA DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Ao isolamento em que me recolhi com o meu luto inconsolavel, chegou-me o convite da Faculdade de Letras (1) para realizar uma conferência na Universidade de Coimbra.

A minha temeridade em aceitá-lo não ex-

(1) *Ex.^{mo} Senhor Carlos Malheiro Dias*

Com a maior satisfação participo a V. Ex.^a que o meu Conselho, sempre no propósito de alargar a sua missão educativa, atraindo a colaboração extraordinária de tôdas as grandes individualidades portuguesas e estrangeiras que possam e generosamente queiram prestar-lhe o seu concurso, por unanimidade me encarregou, na sua congregação de ontem, de significar a V. Ex.^a o alto prazer que esta corporação sentiria, se V. Ex.^a quizesse ajudá-la nos seus intuitos, vindo aqui fazer uma conferência sôbre assunto livremente escolhido por V. Ex.^a. Qualquer que êste seja, antecipadamente posso afirmar a V. Ex.^a que a sua voz, sempre



EXORTAÇÃO



cedia a benignidade de endereçá-lo a quem só não é mediocre na desventura; certamente não igualava a generosidade das palavras com que a solicitação adornava a penúria do meu mérito.

Tinha por esgotada a taça amaríssima da minha pequena missão na terra. Êsse convite enchia-a de nectar confortador. Ao professor eminente e poeta glorioso que o subscrevia poderia aplicar adequadamente as formosas palavras de um grande orador, cuja imaginação exuberante foi regada pelas fontes cristalinas da literatura classica: «Tomastes-me nos

repassada de beleza e de patriotismo, será ouvida por mestres e alunos com a maior atenção e interêsse.

Esperando que V. Ex.^a liberalmente satisfará os desejos da minha Faculdade, aproveito êste ensejo para mais uma vez lhe testemunhar a minha altíssima consideração.

Saúde e Fraternidade.

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
2 de maio de 1924.*

O Director,

(a) Dr. Eugénio de Castro.



A MOCIDADE



braços, como a Terra divinizada no mito grego cingia outr'ora à cabeça o loiro diadema de espigas, apanhadas na modéstia das suas searas».

Debalde, porém, na mediania do meu saber encontraria assunto para uma dissertação universitária. Procurei-o no coração, inspirado nas mortificações da hora presente, e propus-me a dirigir uma exortação patriótica à Mocidade, na presunção sentimental de que o meu patriotismo, pôsto à prova em dez anos de exílio, oficialmente reconhecido e galardoado pelos governos da República, frequente e generosamente exaltado pelos meus adversários políticos, obteria o acatamento que impõe o amor da Pátria a quem nunca com êle especulou, e me emprestaria o prestígio, ainda que momentâneo, para honrar convite tão dignificante.

Todavia, nas vésperas do dia designado para o meu comparecimento na Universidade, um jornal de Coimbra, sentinela da intolerância, chamava às armas, em nome da Liberdade, a falange fanática de sequazes, ameaçando de desacato a mais alta representação



EXORTAÇÃO



nacional da inteligência e da cultura, exprobrando ao Senado universitário a complacência com que dava acesso à tribuna da Sala dos Capêlos a um reacionário... cujos avós expuseram a vida e se arruinaram nas lutas contra o Absolutismo.

As ameaças não me intimidavam. O bradar da demagogia não velaria de medo a minha voz. Mas há considerações que se sobrepoem à da vontade individual, e elas privaram-me de dirigir à Mocidade acadêmica, daquêle alto púlpito, a exortação que lhe entrego impressa, sem ulterior modificação de um só vocábulo, tal como a pronunciaria perante as batinas e as capas pretas dos estudantes (1). A êles com-

(1) Sou o primeiro a reconhecer que a composição de um texto destinado a ser recitado e a viver apenas os breves trinta minutos em que o ardor da sinceridade lhe procuraria compensar as imperfeições, necessitava de ser remodelada para o seu novo e imprevisto destino do texto impresso. Nas alterações que essa transposição exigia poderia, porém, ter influência o incidente ridículo e vexatório do veto jacobino. Prefiro, pois, conservar inalterável a defeituosa composição primitiva, em que me propus propagar doutrinas aplicá-



À MOCIDADE



pete extrair dêste apêlo e da gritaria dos demagogos a lição salutar. Também para mim a tomarei, pois importa saber, nesta hora crítica, se a intelligência e a cultura obedecerão à ignorância e ao fanatismo, ou se insurgirão, em nome da dignidade intelectual e dos interesses da Pátria, contra o seu predomínio ultrajante, insuportável e iníquo.

Cabe aqui a reverência do meu respeito ao Senado doutoral da insigne Universidade: a douta confraria dos capêlos, que há cinco séculos, passando de geração em geração as suas insignias, atesta ao mundo que um pequeno povo, que conquistou o solo da Pátria com a espada em punho, logo ergueu no rude século XIII, entre os santuários da sua fé, uma aula de alta sciência, reunindo ao diadema da

veis a alguns dos males nacionais e que freqüentemente se inspiram no Ariel, de Rodó, e nos discursos em que Rui Barbosa genialmente analisou, com a eloquência de um Cícero, o fanatismo político, demarcando as fronteiras jurídicas que separam o espirito das instituições democráticas americanas da concepção demagógica e jacobina.



EXORTAÇÃO



*soberania a auréola refulgente da cultura —
nimbo fulgurante que uma negra mão de an-
tropoide tenta apagar na frente da Pátria,
atentando contra a liberdade do pensamento e
a dignidade da inteligência.*

EXORTAÇÃO

A

MOCIDADE

Gerações novas de Portugal, que não tardareis em receber das mãos da geração atormentada, dramática e infeliz que vos precedeu, a vara do comando! Corações moços, que sereis amanhã o próprio coração da Pátria, com que ela periódicamente se rejuvenesce!

QUISERA poder trazer-vos, não uma exortação belicosa de patriotismo; não os brados agitadores com que o ambicioso César acordava, ao despontar da aurora, as legiões impacientes nos seus acampamentos da Gália; mas a emoção que póde caber na palavra a mais humilde quando a inspira e ilumina a fé



EXORTAÇÃO



contagiosa: palavra igual à água pura que D. Sebastião bebia por um púcaro de Extremós no banquete ao Legado do Papa, quando os convivas esvazeavam, ao som das trombetas, as copas de ouro, transbordantes de vinhos da Sicília e de Chipre.

Não esperéis que vos dê o que só de vós esperam aqueles que já se sentam, fatigados e desalentados, sôbre as ruínas das suas quimeras aniquiladas, e que, como o velho Hésiodo, melancolicamente desejariam ter morrido mais cedo ou haver nascido mais tarde.

¿Quem sou eu para vos doutrinar e conduzir? Com sobeja razão faríeis ouvidos surdos às minhas palavras loucas, se me propusesse a admoestar-vos e a dirigir-vos.

A palavra é como o vento: faz alastrar o incêndio, mas não o ateia; apaga as chamas débeis e só transforma em coluna de fogo a labareda vivaz.

Nas vossas consciências e nas desventuras atrozes da hora actual deveis procurar a inspiração viril da vossa conduta.



À MOCIDADE



Mas penso que não vos será inútil conhecer as causas dos nossos infortúnios, ouvir o depoimento de uma testemunha que vem confessar-vos os erros da sua geração e por que culpados desatinos recebeis desfalcado o sagrado património que é obrigação zelar e transmitir intacto, senão engrandecido, às gerações vindouras. Venho falar-vos da função do espiritualismo na reabilitação do sentimento patriótico, e não quero que a mais ténue sombra de um equívoco se interponha entre a isenção partidária das minhas palavras e a susceptibilidade das vossas convicções. Não vos trago a espada com que vos armareis para a peleja, nem sequer o facho com que alumieis o vosso caminho. Proponho-me apenas a concitar-vos a procurá-lo com obstinada esperança na noite escura em que todos tacteamos. Para o procurar convosco trago-vos o meu coração limpo de escórias, arrefecido das suas deletérias paixões, experimentado e regenerado pelas maiores dôres humanas.



EXORTAÇÃO



Dez anos de exílio, em que vivi divorciado das nossas frenéticas e mesquinhas desavenças, mais me instruíram do que as humanidades do meu curso de Letras, às quais, aliás, sempre permaneci fiel, honrando-as pelo culto, não podendo dignificá-las pelo trato.

Para bem sentir a Pátria é preciso amá-la na privação e no destêrro. Cada exilado, desde os heróis, os filósofos, os poetas gregos e os proscritos romanos, há vinte séculos o proclama e repete.

«Não basta à frágil planta humana, desarraigada, sentir-se dia a dia acarinhada pelas mesmas mãos que a protegiam e agasalhavam nos dias de temporal. Falta-lhe o ar vivificante, o torrão nutritivo, que deixou no arbusto violentamente desplantado, com os restos do húmus nativo, o fluido da nostalgia incurável».

A terra do exílio colocou diante dos meus olhos um espantoso e perturbador contraste: o do progresso anelante com o da decadência taciturna; o do optimismo



criador com o do pessimismo destrutivo; o de um patriotismo militante, marcial e espiritualizado, com a desagregação tumultuária do ideal patriótico. Esse contraste entre os dois povos mais impressionante se me tornava pela identidade da língua e consangüinidade da raça. Lá, a mais antiga das duas democracias era uma nação apenas adolescente, coroada de esperança; aqui, a mais jovem das duas repúblicas, uma nação anciã, aureolada de glória. E entre estas democracias, uma concebida na matriz anglo-americana, a outra fundida nos moldes da Revolução Francesa, conquanto ambas idênticas na substância ancestral, produziam-se divergências terminantes e irreduzíveis. Aquela evoluía no sentido da liberdade garantida pela ordem a mais autoritária; esta definhava lacerada pela insubmissão a um poder exíguo e oscilante, que frequentemente buscava auxílio nas truculências da paixão popular.

Numa, o livre pensamento, sob a pres-



EXORTAÇÃO



são cominatória de influências sectárias, ensaiara renovar a experiência funesta da Revolução Francesa, substituindo à té religiosa e multi-secular a soberania leiga da razão; noutra, a filosofia comtista, que a organisara, cedia o passo a uma avassaladora onda espiritual, que anualmente conduz os cadetes da Escola do Exército aos templos católicos para a benção solene das suas espadas. Além nasciam à margem dos estuários e das baías, junto das praias flavas e no sopé das viridentes montanhas, cidades prósperas e alegres, regadas de luz, sonoras oficinas de civilização, onde se gera o progresso com saúde e optimismo. Áquem, decaíam as cidades antigas, maltratadas por populações coléricas, infelizes e melodramáticas. Lá, os campos ermos enchiam-se de cultivadores; aqui, despovoavam-se as terras, como se revivessem para nós as pragas bíblicas.

A democracia brasileira podia dizer à democracia portuguesa o que o cidadão americano Morris dissera a Barnave, em



1791. Depois de escutar por mais de uma hora a retórica revolucionária do girondino, o ministro da grande república da América respondeu com anglo-saxónia ironia ao feroso francês: «Sois, pelo que observo, muito mais republicano do que eu!»

A antítese das duas democracias origina-se em que a brasileira procede das constituições americanas, cuja estirpe remonta aos longes imemoriais da liberdade inglesa; e a nossa está eivada dos princípios ideólogos do Vintismo, ramo híbrido da inclimatável revolução de França, cujos furores nativos tiveram de ser quebrados pelo Império, a Restauração e a Comuna. Naquelas constituições, «a soberania popular têm o seu correctivo necessário nas declarações de direitos e na supremacia inviolável da Lei, obtida mediante uma organização de justiça que as filhas da Revolução Francesa não conheceram. O saxónio dizia: *Rex sub lege*. O americano diria: *Populus sub lege*. Não póde haver concepções mais radicalmente opostas do



EXORTAÇÃO



que a da democracia americana e a da democracia jacobina. Uma amplia a autoridade popular até à onnipotência, para concentrá-la e encarná-la na facção dominante, e prepara a «calamidade terrificante» do trágico helénico: a tirania repulsiva das multidões. A outra, reservando o govêrno à opinião pública, aos próprios excessos desta opõe barreiras insuperáveis nas garantias do direito individual» (1).

Ninguém mais do que nós adquiriu experiência para não nos surpreendermos do estado mental da Revolução Francesa quando os alucinados Hébert agravavam as culpas dos girondinos pela sua vantagem sôbre os defensores dos direitos do povo em saberem ler e escrever! Para se arrancar a uma nacionalidade da linhagem da nossa o assentimento a essa fórmula extrêma e monstruosa da abdicação intellectual perante a soberania da multidão,

(1) Ruy Barbosa



À MOCIDADE



seria preciso extinguir o último lampejo do seu entendimento, derrubar êste edificio erigido há cinco séculos e que, entre as Sés mediévas, permanece de pé na sua colina como a catedral da Cultura, tendo na base o túmulo do fundador da Pátria.

Deixo à vossa intelligência, instruída nesta casa onde se ensina a sciência do Direito, o avaliar da angustiosa perturbação em que me lançava o confronto entre os nossos infortúnios e as lições salutaes da terra do exílio.

E, todavia, como o herói grego, que os braços de Calipso não conseguiram prender na ilha das delícias, os meus olhos saüdosos cada manhã reviam a longínqua terra natal da oliveira e da vinha, e o meu anelo de repousar no regaço da mãe Pátria era, de dia para dia, mais aflitivo.

Conheceis a passagem da Odisseia, invocada por um exilado glorioso, quando, ao cabo de tantos trabalhos e desditas, depois de longo e tormentoso destêrro, «o mar arroja à praia suspirada, como pedaço



EXORTAÇÃO



de nave desfeita pelo vendaval, o corpo exáusto do herói. Ulisses dobra os joelhos e deixa recaír os braços robustos, porque os açoites das vagas lhe haviam quebrado as potentes fôrças. O corpo entumecera-lhe; da bôca e das narinas escorria-lhe a salsugem. Sem fôlego, nem voz, jazia na areia, semi-morto. Mas quando lhe volveu o alento e lhe despertaram os sentidos, arrojou para longe a faixa de Ino, caminhou alguns passos cambaleantes, e debruçando-se entre os vimes da margem, beijou longamente a terra, abençoando a Pátria.»

Essa comoção inenarrável de agradecimento e de reconciliação fruí-a eu, como todos os exilados, ao reentrar de novo no lar dos meus antepassados, na terra onde se dissolviam os meus mortos, onde tinham nascido os meus filhos. Posso repetir a comovedora confissão de que «nunca como nessa hora reconheci tam benéficos o lenitivo e a felicidade do pranto». As desgraças da Pátria pareciam-me tão fáceis de dissipar como a aflição pueril de



À MOCIDADE



uma criança. A alegria, como sol de primavera que veste de flores e fôlhas tenras os ramos das árvores, faziam brotar a esperança do meu coração comovido.

¿Porque tantas cóleras vãs? ¿Porque tanto desânimo estéril? ¿Porque tanta discórdia irracional?

Porém, decorrido escasso tempo, já a alegre esperança, a fim de não morrer, tinha que desviar-se da torva realidade para a fé idealista numa renascença espiritual. Era para vós, gerações novas e incontaminadas, que o vento da fé inclinava a chama trémula da minha esperança assustada, — pois sôbre vós, do céu plúmbeo, ainda carregado de nuvens tempestuosas, já descem os raios luminosos e benéficos, precursores da festiva alvorada.

Há alguns dias que reli, sob a pluma verde dum velho cedro, nas ruínas de um dos profanados eremitérios do Bussaco, o *Ariel*, de Rodó: sublime discurso de pedagogia, concebido na maneira grandiosa das exortações de Fitch, e que o insigne



EXORTAÇÃO



pensador uruguaio dedicou à juventude americana (1).

O sítio solitário era propício à meditação. Ao declinar do dia, a sombra de uma cruz em cujos degraus de pedra revestida de musgo eu me sentava, projectava-se como aérea marca sôbre a página da leitura. As aves que recolhiam aos seus pousos nocturnos iam, como orquestra em afinação, enchendo de vozes voláteis, gorgeios, grasnidos, bulícios e frémitos de asas, o arvoredo silencioso. Então, pousava o livro no beiral de pedra de uma cisterna, e os meus olhos voltavam-se, por sôbre o trémulo docel de frondes, para os lados de Coímbra, onde, há cinco séculos, se preparam com as luzes interiores da cultura as novas gerações de Portugal, que governaram a grei, administraram a justiça, prègaram nos púlpitos, serviram, ilustraram e exaltaram a Pátria.

(1) José Enrique Rodó, *Ariel*, Editorial Cervantes.



O meu inquieto pensamento não se detinha a evocar o velho burgo universitário, a pequena e ilustre metrópole das sciências e das letras, erguida junto a um rio lírico, por cujas veigas andou Camões de loba e manto preto. Caminhava até àquela outra cidade, edificada à margem de um rio glorioso, e onde um povo trágico e infeliz, vitimado pelo materialismo, acaricia o terror, na crença assustadoramente pueril de que, das suas entranhas fétidas e sanguinosas, possam nascer as duas gémeas quiméricas da Igualdade e da Fraternidade.

Quando já a luz crepuscular não era mais do que sombra luminosa, eu descia a montanha pensando no antagonismo daquelas duas fôrças em presença: a da cultura e a da ignorância, a da razão e a do fanatismo. O meu coração palpitava mais aceleradamente, ao pensar que numa das falanges — a vossa — estava o meu filho, e afigurava-se-me que a geração preparada pela cultura universitária fatal-



mente seria aniquilada se não lhe temperasse o ânimo o fogo purificador de um ideal.

¡Feliz mocidade uruguaia — murmurava eu, através da floresta onde se antecipava a noite, — que recebeste da Providência o dom inestimável de um mentor genial!

¡Infeliz juventude portuguesa, nascida entre as ruínas de um êrro secular, e que debalde procuras entre os antagonismos das paixões exacerbadas e as brigas dos partidos vindicativos, o prègador da boa doutrina!

Como não ignorais, Ariel, génio das artes, representa no simbolismo da obra de Shakespeare, «a parcela nobre e alada do espírito».

Ariel é «o império da razão e do sentimento sôbre os baixos instintos da irracionalidade; o entusiasmo generoso, o móbil alto e desinteressado na acção, a espiritualidade na cultura, a vivacidade e a graça da intelligência: finalidade ideal a que ascende a selecção humana, rectifi-



À MOCIDADE



cando no homem superior os vestígios tenazes de Caliban, símbolo de sensualismo e torpeza».

No livro escultural de Rodó, um mestre ancião, a quem chamavam Próspero por alusão ao sábio mago da *Tempestade* shakespeariana, despede-se dos alunos no têrmo do ano escolar, e invocando Ariel como seu nume, exorta-os naquela hora em que vão «respirar o ar livre da acção», traçando-lhes o programa da vida moral, pois «a honra de cada geração reclama que ela se conquiste pela preservante actividade do pensamento, o esforço próprio, sua fé em determinada manifestação do ideal, seu pôsto na evolução das ideias».

Depois de comentar com seus habituais transportes de eloquência a definição que Renan compôs da mocidade, o professor invoca a alegoria filosófica daquela comovedora louca, cuja estranha demência consistia em crer chegado constantemente o dia das suas bodas. Cada manhã ela cingia



EXORTAÇÃO



a frente pálida com a grinalda de noiva e se toucava com o véu nupcial, à espera do prometido, sem que lhe desfalecesse a esperança infatigável, que renascia com a aurora do dia seguinte.

«E é assim também que, mal sucumbe a eficácia de um ideal, a humanidade reveste as suas galas nupciais para aguardar a realidade de um novo ideal transitório, sonhado com nova fé, com tenaz e como vedora loucura. Provocar essa renovação inalterável como um ritmo da Natureza, foi, em todos os tempos, função e obra da mocidade. Das almas de cada primavera humana é tecido aquele toucado de noiva».

De vós esperam, todos os que já vão descendo ao clarão das estrêlas a triste vertente da montanha, que cumprireis a missão que vos compete, moços que ainda escutais o canto matinal da cotovia.

O legado que recebeis de nós contém mais sacrifícios que benefícios, mas só os cegos não vêem o renascimento das rea-



À MOCIDADE



bilitadoras fôrças espirituais nas letras, na cultura e nas artes, protestando contra o repulsivo materialismo que desencadeou os baixos instintos e tocou com os seus venenos letais a própria essência ideal do sentimento patriótico, profanando-o até ao cúmulo de se instalar num *café* o areópago tenebroso dos novos patriotas.

Todos os que vos precedemos na vida comparecemos diante de vós como factores e cúmplices, activos ou passivos, de um êrro funesto. Defrontámo-vos pálidos e justamente receiosos da vossa severa condenação. Mas já em presença das fôrças destrutivas e aniquiladoras que imprudentemente gerámos, no próprio cáos se está preparando o germen de uma nova era.

A desgraça guarda no seio misteriosas fôrças fecundantes. A acção das lágrimas sôbre as almas é parecida com a acção das águas sôbre a terra. A prosperidade ininterrupta acaba por mirrar os corações, como o sol de agosto, sem o refrigério da



EXORTAÇÃO



chuva, estiola as searas e cresta a folhagem dos arvoredos.

! Geração redentora, regada pelos nossos prantos, instruída pelas nossas faltas, acautelada da perdição pelos nossos remorsos, em ti confiamos!

Na confusão e na inversão que se produziram na sociedade portuguesa, e que num patético momento elevaram à categoria de defensores da Pátria os mesmos bandos de Clélio, adestrados nas sedições, que infestaram e perderam a República romana, um complexo de fôrças espirituais e reagentes alvorece, de onde ressurgirá a vitória da Inteligência. Já o materialismo guarda na ferida o venábulo que há de matá-lo.

Saúdando neste templo da Inteligência as primeiras luzes dessa renascença, ponho os meus pensamentos em concordância com o prestígio dêste recinto. É daqui, da luminosa colina universitária, mais alto cume da cultura portuguesa, que melhor se divisa o clarão propiciatório. E vós to-



À MOCIDADE



dos o podeis vêr, abrangendo o panorama sombrio de onde emerge o luminoso frémito da salvação.

É Guerra Junqueiro pedindo, à hora da morte, que lhe dêem por companhia no ataúde a imagem de S. Francisco de Assis; Antero de Figueiredo escrevendo as páginas da *Senhora do Amparo* e abrindo o sepulcro do rei virgem e cavaleiro; Afonso Lopes Vieira concitando a entorpecida alma nacional a caminhar *em demanda do Graal* e restituíndo à vida, pelo sortilégio do talento, o Tristão português; Manuel Ribeiro avançando da desesperação anárquica do socialismo revolucionário em procura das compensações inebriantes e eficazes da fé; João de Barros transportando a ardente aspiração de um Portugal maior para os seus poemas simbólicos; Aquilino Ribeiro, o novo Camilo do «Malhadinhas», em cuja ironia anatoliana já despontam, como na «Grande Dona», os remígios idealistas; Lopes de Mendonça consumindo a última luz dos seus olhos



EXORTAÇÃO



em contar, num estilo em que revive Her-
culano, os episódios épicos dos bravos
ancestros e as lendas devotas dos santos
portugueses; Eugénio de Castro enchendo
na fonte do sentimento popular a sua ân-
fora helénica e cinzelada... Vêde por tôda
a estera do espírito o reacordar do inte-
rêsse pelo passado: a pesquisa anciosa da
alma imanente da raça nos estudos da
História; o impetuoso volver dos corações
para as horas soalheiras da glória; o mo-
vimento de interêsse avassalador pelos
monumentos culturais, evidenciado nas
reedições dos «Lusíadas», dos Cronistas e
dos Clássicos, e em que tamanha proemi-
nência está tendo a imprensa desta Uni-
versidade, a cujo director benemérito se
deve em grande parte o estímulo aos es-
tudos da nossa literatura retrospectiva.

Seria necessário citar-vos todos os no-
mes dos professores eminentes da Facul-
dade de Letras; prolongar essas citações
às restantes Faculdades de Direito e das
Sciências; invocar os estudos magistrais



insertos pelo professor Luciano Pereira da Silva e pelo embaixador Duarte Leite na «História da Colonização Portuguesa do Brasil»; patentear o opulento, honrosíssimo inventário da nossa actividade intellectual, para o recenseamento da *élite* magnífica, saturada de tradicionalismo e de espiritualismo, que nada tem de comum com as vociferações dementes dos comícios e as altercações indecorosas dos patriotas no Campo de Marte do Rocio, e em cujas superiores manifestações se afirma aquela antiga dignidade da grei, que difundiu a civilização e a engrandeceu.

Aqueles que descreram da Pátria podem não vêr ainda agitar-se no sudário a mãe imortal, prestes a elevar-se sôbre os seus momentâneos infortúnios. Mas confio em que vós distinguireis no transporte idealista que ergue as almas eleitas, o anúncio da alvorada, o canto mavioso de Sieglind, que responde ao ressoar da bigorna em que Siegfried corrige a espada mágica com que vai abater o dragão.



EXORTAÇÃO



Das tábuas de Nuno Gonçalves ressuscitam os antepassados sublimes, em volta do monarca cavaleiro e do infante taciturno, símbolos da acção e do pensamento. Lêem-se de novo os «Lusíadas» com a mesma avidez com que os leram os portugueses do cativoiro filipino. Acende-se uma lampada perene na sala capitular da Batalha. O heroísmo patriótico e a sciência segura, a confiança firme e a intrepidez sem alarde, a cruz de Cristo e a bússola: tôdas as virtudes da raça e todos os talismans da fê, que serviram aos avós sobrenaturais, voltaram a reünir-se na viagem aérea transoceânica; e agora mesmo as quinas vôm sôbre a Arábia, a Pérsia e a Índia, por onde há quatro séculos passou Afonso de Albuquerque, que lá deixou estampada a sombra grandiosa e inapagável.

¿Que importa que nas praças públicas se ouçam ainda vociferar os energúmenos e estrondear os explosivos?

No campo de batalha comparecem já as primeiras hostes das duas fôrças conten-



doras e vós pertenceis forçosamente ás falanges do espiritalismo, pois que viestes armar-vos a êste arsenal da Cultura.

Não quero admitir que desertareis das fileiras espirituais e passareis com as vossas armas scintilantes para as fileiras tôrvas e caóticas do inimigo.

No estado a que chegamos, o patriotismo tem de ser servido como a religião pelas ordens militares. Fóra da fé não póde haver salvamento. Fóra da acção não há finalidade. Patriotismo é abnegação, actividade viril, ímpeto, pundonor, grandeza de ânimo. Não se acode à pátria com elégias, com declamações hamléticas, com as abdições pusilânimes do desalento. Fé e combatividade, eis as virtudes do patrióta.

O racionalismo é já terapeutica inefficaz para a doença aguda que atacou a vida nacional. Vai ser necessário arejá-lo com ideais. Limitado ao objectivo, o racionalismo não conta com os imponderáveis sentimentais. É a natureza privada do calor vivificante do sol. Sem dúvida, o racionalismo,



nos seus mais altos transportes, póde produzir a *Vida de Jesus*, de Renan, mas nunca a *Vida de Jesus...* de Jesus Cristo.

Viu-se, há tempos, uma brilhante agremiação de intelectuais, que se esforça por implantar em meio do cáos político uma concepção racional de govêrno, intrepôr-se às aspirações nacionalistas de um movimento em embrião, repudiando e cobrindo de anátemas o nacionalismo, proclamando sectáriamente a necessidade política de contar com a massa popular. Êsse grupo, onde tenho amigos que admiro, colocou-se com aquela declaração infeliz à margem do ideal patriótico, pois ela infunde o legítimo receio de ver a intelligência resignada à escravidão das multidões, pronta a abdicar da sua realeza, ou servindo-se de um estratagemma hipócrita, que a deshonra.

Uma concepção integral de pátria não póde admitir o fraccionamento do povo em réprobos e eleitos, e nós sabemos o que significa para os políticos a massa popular. Uma nação: um povo. Esta duali-



dade só se perfaz e incorpora com duas unidades, não com frações de unidades.

Aqueles que não se consideram capazes de sobrepor-se ao espírito raquítico de seita estacionam fóra do âmbito em que se operará a coesão da consciência nacional.

Eu quero a razão nos seus direitos, nos seus direitos o povo, e, pairando acima de ambos, a liberdade, garantia comum. Essa liberdade não é, porém, a fúria licenciosa, que excita a todos os excessos e violências. A liberdade é um estado social criado por um conjunto de regalias garantidas pela lei e vigiadas pela justiça.

Ninguém póde crer, depois dos ensinamentos da História, nos efeitos salutaes da soberania da multidão, autopsiada por Taine na sua necrópsia magistral da Revolução Francesa, e já descrita aterradoramente na antiguidade pelo grave Tucídides. Todos nós sabemos que êsse povo não é o que trabalha, sofre e produz, sua e semeia, mas o que ulula, ameaça, agita e destrói.



EXORTAÇÃO



Só os loucos e os perversos poderão,
; Ignorância fanática! confundir o teu bramir desvairado com a voz da Consciência Nacional.

Deixamo-nos assustar e desorientar por um complexo de fenomenos já rigorosamente analisados e classificados desde a idade antiga e sôbre os quais Carlyle, Comte, Renan, Emerson, Taine, Guyau, Le Bon e tantos outros pensadores e sociólogos redigiram decisivos pareceres. «Abandonada a si mesma, sem a constante rectificação de uma activa autoridade moral que a depure e lhe encaminhe as tendências no sentido da dignificação da vida, a democracia extingue gradualmente qualquer ideia de superioridade que não se traduza em maior e mais ousada aptidão para as lutas sem clemência do interesse.» O materialismo é o pendor natural da mediocridade. A êle conduz forçosamente qualquer democracia que «renuncie à glória de suscitar por eficazes estímulos a revelação e o domínio das *verdadeiras*



superioridades humanas», o que terminaria por extinguir a seiva do patriotismo: o mais ideal dos sentimentos colectivos. A concepção de pátria nunca poderia nascer de uma sociedade materialista, concentrada nas únicas preocupações do interesse. As pátrias fizeram-se com heróis, poetas e mártires. Na sua génese, as religiões exerceram um papel preponderante. A fé religiosa foi o ideal fermento que agregou os povos. Portugal é em grande parte a consequência de uma luta porfiada entre o ideal cristão e o islamismo. Tõda a nossa epopeia marítima está ainda profundamente vinculada ao anelo religioso de propagar a fé.

Patriotismo e materialismo são sentimentos antagónicos. Uma demagogia nunca foi patriótica, a não ser por instinto de conservação, quando atacada. Nesse caso, o instinto de defesa coincide com o interesse de perservação da pátria.

Temos de escolher entre as prepotências de um materialismo que gera a cor-



rupção e a avidez imoderada do lucro, acabando por exasperar as classes populares, e o domínio de uma concepção espiritual de pátria, que atenuará as brutais colisões do opressor e do oprimido.

Um regimen que, para subsistir, houvesse de recorrer às intimidações de um terrorismo assalariado, tornar-se-ia *ipso facto* incompatível com as condições as mais essenciais à existência do Estado — pois quem governaria não seria sequer a maioria do povo, mas o poder execrável e tirânico dos maus instintos: despotismo de lobo sôbre ovelhas. Sempre falecerá ao Estado autoridade para coibir os desmandos das lutas sociais quando êle os pratique na defesa e retenção da supremacia política.

Cícero, que morreu defendendo a República contra a tirania, considerava o govêrno popular o peor dos govêrnos (1),

(1) De Rep. I, 26.



e nesse conceito repetia a opinião dos filósofos gregos, que haviam manifestado a mesma aversão pela demagogia. Todos os pensadores e políticos da antiguidade, organizadores das primeiras liberdades e legisladores das primeiras repúblicas, condenavam a soberania do número, considerando que a igualdade assim entendida era a maior das desigualdades, *ipsa sequitatis iniquissima est* (1). Mas quando a democracia se concentra no predomínio de uma facção sustentada, à custa do país, por organizações de fanáticos e malfeitores, então o próprio princípio da soberania das maiorias é calcado aos pés, e o regimen democrático precipita-se a breve passo no cáos, por maiores esforços que empreguem os seus dirigentes para impedir a sua queda nos abismos da anarquia.

Não aceitemos sem restrições a opinião severa de Renan, a quem as altas preo-

(1) *Cicéron et ses amis*, por Gaston Boissier.



cupações pelos interesses ideais da espécie pareciam incompatíveis com o espírito democrático. Porém, a verdade insofismável é que «a supressão das superioridades injustas tem de ser considerada como o ponto de partida e não a finalidade de uma democracia». Êste preceito levara Comte a desconhecer à igualdade democrática outro carácter que não fôsse o de «*um dissolvente transitório das desigualdades antigas*».

Condensando numa síntese vigorosa as lições dos sociólogos, assim doutrinava Rodó para a mocidade republicana da sua pátria: «Se o aparecimento e o florescimento na sociedade das mais elevadas actividades humanas, que determinam a alta cultura, requerem como condição indispensável a existência de uma população abundante, é precisamente porque essa importância quantitativa da população, dando lugar à mais complexa divisão do trabalho, possibilita a formação de fortes elementos dirigentes que tornem efectivo o domínio da qualidade sôbre o número.



A multidão, a massa anónima, não é nada em si própria. Será um instrumento de barbaria ou civilização segundo careça ou não do coeficiente de uma alta direcção moral».

O povo que habitava as antigas províncias lusitanas do reino de Leão nunca se teria constituído em nação independente se não fôra dirigido para êsse ideal pelo filho de D. Tereza e os seus cavaleiros.

O paradoxo de Emerson, tantas vezes citado, de que cada país deve sêr julgado segundo os méritos da minoria, subordina-se a uma lei de eqüidade. ¿Que representariamos nós hoje, perante a civilização, se nos houvessem de julgar pela ignorância das maiorias analfabetas e anárquicas?

¡Não, mocidade! Em opposição intransigente aos que reclamam acatamento à multidão, eu vos incito, como Rodó, pela grande voz de Carlyle, à veneração do heroísmo, entendendo por tal o culto das nobres superioridades.



EXORTAÇÃO



Êsse culto não é incompatível com a democracia. Esclarece-a e enobrece-a. Corrige-a nos seus erros. Salva-a dos seus perigos. Não querer a inteligência escravizada pela ignorância não equívale a desdenhar dos humildes. Para atingir tão monstruosa concepção da convivência humana seria preciso que nos divorciássemos do cristianismo, que renegássemos a moral em que fomos creados. A democracia, como regimen de igualdade perante a lei, é inatacável, conquanto a não corrompamos na negação sistemática dos deveres de subordinação dos incompetentes aos mais dignos, da multidão às *élites*, o que equivaleria a atentar contra a civilização e o progresso.

Nunca tanto como hoje o povo precisou de ser ajudado, defendido, esclarecido e estimado pelas classes que detêm, na esfera da cultura, da economia e da administração, uma superioridade adquirida. Mas não é patrocinar a causa do povo criar-lhe condições de vida que o animam



A MOCIDADE



a expatriar-se e lhe exacerbam a revolta. Não é amar o povo instigar o materialismo cúvido de que êle é a vítima expiatória. Não é proteger o povo lecioná-lo no desvario e no tumulto, lançá-lo na desesperação.

Pelo que diz respeito ao nacionalismo, tendes de precaver-vos contra a interpretação sofisticada ou tendenciosa que procura apresentá-lo sob o aspecto atrofiador de um patriotismo truculento e agressivo, segregado do influxo universal. Convém, pois, esclarecer o que deva ser para nós o nacionalismo. Um povo que pretendesse respirar apenas o ar da sua pátria morreria asfixiado. Nacionalismo não é sinónimo de isolamento, mas defesa legítima contra a decadência do espírito nacional. Não creio que exista outro molde em que melhor possa refundir-se, sem desfiguração, a imagem original de Portugal. A nossa fôrma não é a armadura do Cid ou a de Joana d'Arc, mas a de Nun'Álvares. Não sei de nações robustas que não se



EXORTAÇÃO



tenham criado ao peito do nacionalismo. Foi só quando nos deixámos infiltrar por estranhas influências e proselitismos dissolventes que o carácter nacional principiou a deteriorar-se.

O Integralismo agudamente diagnosticou a enfermidade que, há pouco mais de um século, vem devastando e desassociando a alma colectiva da nação portuguesa. Eis-nos perante a causa primária, invisível à insensibilidade da análise racionalista, de onde deriva o cortejo dos nossos males.

No século xvi anemizou-nos o gigantismo imperialista. Saímos para fóra da órbita das nossas capacidades. No século xix, inoculámos as doutrinas da Revolução Francesa e destruámos o equilíbrio das nossas instituições tradicionais para as adaptarmos a uma nova e subversiva ordem de cousas. Tínhamos elementos próprios para criar uma liberdade genuinamente portuguesa, que remontava à livre escolha e aclamação popular do



Mestre de Avis para chefe da grei. Preferimos uma liberdade estrangeira,

Com a política universalista de D. Manuel e D. João III projectámo-nos imprudentemente, Com os vintistas e os reformadores ideólogos do Liberalismo deixámo-nos penetrar por emanções estranhas. No século xvi quisemos lusitanizar meio mundo. No século xix, inversamente, fomos invadidos por influxos desnacionalizadores.

O primeiro fruto do nosso liberalismo incongruente e do nosso parlamentarismo de polemistas foi a separação do Brasil. A nossa incompetência parlamentar remonta à origem da instituição.

Não me proponho a criticar as nossas instituições políticas. Quero cingir-me ao tema de uma concepção nacionalista aplicada ao sentimento patriótico. Confessei-vos que a considero condição influentíssima ao fortalecimento do patriotismo. Ela é também essencial à nossa integração no movimento expansionista ibero-americano.



EXORTAÇÃO



no, todo êle animado por êsse espírito de nacionalidade e de raça.

A persistirmos em desnaturar a nossa originalidade nativa pela absorção de um cosmopolismo que nos vai minguando a consciência colectiva e depauperando o carácter, ficaremos expostos às infiltrações precursoras dos desmoronamentos, impedidos de entrar, com ânimo resolutivo e salvaguarda de nossa integral soberania, nessa futura aliança do pan-iberismo.

A nossa familiar convivência com a Espanha só pôde parecer perigosa àqueles em cuja alma tibia esmoreceu o altivo e intransigente sentimento de pátria.

Nesta hora em que, concentrados nas nossas desavenças miserandas, vivemos num quási sequestro das alegrias fecundas do optimismo, um impetuoso movimento se está operando na América, nesse mais do que nunca Novo Mundo, onde os filhos latinos da velha Europa, rejuvenescidos pelo contacto vivificante de uma ampla liberdade garantida por sólidos direitos e



vigiada por prestigiosa autoridade, premeditam um pacto de assistência recíproca e de concórdia fraternal, em que as Mães europeias ocuparão o seu pòsto venerando. Êsse acontecimento memorável, preparado por uma política entusiástica, terá na exposição ibero-americana de Sevilha, para a qual foram convidados Portugal e o Brasil, a sua primeira cerimónia jubilar. A êsse certámen é indispensável que compareçamos exibindo os pergaminhos da nossa glória histórica, as provas patentes da nossa inquebrantável consciência nacional, os títulos irrevogáveis da nossa hierarquia entre os povos, os certificados da nossa esperança no porvir, como protesto altivo contra os ultrajes que injustamente sofremos desde a conferência de Versailles, onde nos recusaram a representação condigna a que tinha direito uma das mais nobres nações oriundas da civilização romana, até à vilania de se converter num verbo pejorativo o nome glorioso de uma pátria que andou



EXORTAÇÃO



com as suas náus pelos oceanos a batipzar as terras ignoradas.

Os interêsses da nossa honra e dos nossos destinos exigem que, sincrónicamente com o acôrdo familiar dos povos hispano-americanos, se estabeleça a íntima comunhão de sentimentos entre os povos luso-americanos. E para que êsse acôrdo transite das fantasmagorias do verbalismo para a viabilidade realística é preciso afinar a nossa desconcertada alma nacional pelo ritmo nacionalista da alma brasileira. De pouco vale ser irmão de sangue quando o não somos no sentimento. O sentimento é a única voz inteligível aos corações.

O Brasil é uma criação do nacionalismo português. Não sou eu que vo-lo afirmo, mas os historiadores brasileiros e estrangeiros que estudaram a formação daquele gigantesco império criado no regaço duma nação pigmeia.

Todos os nossos interêsses conclamam em unísono a necessidade de regressarmos às concepções originárias do nosso



nacionalismo tradicional. Reparai como esses patentes interêsses se integram no instinto seguro que está inspirando e desenvolvendo nas classes letradas o culto do tradicionalismo e do espiritualismo patriótico, agitando a inteligência portuguesa numa reacção manifesta contra a insalubridade moral espalhada pelos miasmas desnacionalizadores e as doutrinas inadptáveis à nossa idiosincrasia política e social. «Quando uma nação perde a individualidade, cessa de ser corpo e faz-se pó».

Não cuideis que os erros de alguns homens bastaram para criar o infortúnio desta hora sombria. Esses erros só foram possíveis porque nas gerações universitárias, na burguesia, no povo das cidades, se haviam introduzido os males da incredulidade, dos apetites materialistas, e porque havia secado nos corações êsse duplo misticismo religioso e patriótico a cujo ascendente deveramos a grandeza de outr'óra. Eramos, no alvorecer do século xx, um



EXORTAÇÃO



povo católico sem fieis praticantes; uma velha nação sem a consciência das suas virtudes antigas, abaladas pelas experiências revolucionárias do liberalismo; um grande império colonial atrofiado entre as repartições do Terreiro do Paço e os Passos Perdidos de S. Bento. O êrro dos últimos reformadores consistiu na preocupação contumaz de procurar a salvação no progresso violento das próprias doutrinas que, desde 1820, vinham desnaturando e dissolvendo as fibras do carácter nacional, quando o remédio seria tentar reconstruir as genuínas condições da nossa antiga integridade cívica e moral.

Um clero sem devoção; uma cultura sem espiritualismo; uma política sem ideal; um povo sem educação; uma burguesia sem grandeza de alma—tornaram possível, por assentimento tácito quási geral, pela apatia do maior número, a vitória fulminante de alguns poucos homens corajosos, audazes e impacientes, que se impuseram à decadência cívica da nação so-



nâmbula e ao egoísmo acomodaticio dos dirigentes, absorvidos em vis retaliações partidárias.

Se êsses homens, filhos de uma geração negativista e crítica, armados de capacidades e actividades que faltavam às combatidas classes conservadoras, tivessem podido inspirar-se nas lições da história pátria e não nos maus exemplos estrangeiros, outro haveria sido, porventura, o resultado do seu tentâmen audacioso.

Uma pátria não se refaz com decretos e arengas, como imaginaram Mousinho da Silveira, Fernandes Tomás, Passos Manuel e a sua descendência política.

Nos alicerces da pátria há vinte camadas de mortos, desde os cavaleiros de Afonso Henriques. Caminhamos sôbre o ossuário de vinte gerações. Uma pátria não se improvisa.

Ou nos reintegramos nos sentimentos tradicionais que nos constituíram, ou nos dissolvemos. Temos que reentrar em nós mesmos: reincarnarmo-nos. Fóra de nós



EXORTAÇÃO



próprios não há lenitivo para os nossos males.

Não é a obra dos regimens que estou analisando, mas a obra das gerações. Vim falar-vos de patriotismo, não de política. Nas minhas palavras nada há que possa atrair os fariscadores de escândalos e os beleguins da demagogia, que tenta reduzir uma Pátria ao cativeiro de uma facção.

Insisto em declarar-vos que a doença nacional tem mais de um século, e o seu primeiro e alarmante sintoma remonta a 1807, quando uma deputação da maçonaria foi indecorosamente a Sacavém, vestida à francesa, apresentar as boas vindas a Junot. Gomes Freire, que a literatura romântica vos apresentou como um mártir do patriotismo, foi a encarnação maléfica e desventurada da geração portuguesa da Revolução de França; e essa Revolução até a regicida ainda hoje a temos no sangue, a intoxicar-nos. Como pôde adornar-se com o título de patrióta o antigo e bravo oficial de Junot e de Massêna, o



soldado fanático de Napoleão? Só por inconsideração ou sarcasmo poderia apresentar-se como modelo de patriotismo o aliciador da praça de Almeida, o sitiador de Saragoça.

!E, não obstante, puseram-o no altar cívico! Foi por se haver consentido em tão inauditas aberrações, que D. João VI andou por tanto tempo na nossa história como poltrão desprezível, expiando o crime de não se haver constituído prisioneiro de Bonaparte.

Hoje, como dantes, a história portuguesa, manancial de ensinamentos edificantes, fonte de Juvência da nossa fé, anda mal contada pelos que, destituídos de sensibilidade, cuidam entendê-la aplicando-lhe apenas os processos da análise racionalista, que não podem suprir, na sua agudeza, o dom do sentimento, tam certo é que o calor penetra mais fundo do que a luz.

Antonio Nobre, a quem perguntaram qual o herói da história que mais admira-



va, respondeu ser D. Sebastião. Todavia, emendando o poeta, um dos actuais mentores do pensamento português no-lo apresenta como um fanfarrão mentecapto.

¡ Não, mocidade! Quem tem razão não é o racionalista, mas o poeta visionário. D. Sebastião foi uma reencarnação do Portugal do século xv: o seu misticismo, a sua bravura, a sua pureza reencarnadas.

Como êle, quisera que tivésseis o ímpeto da luta, o ardor do ideal, a candura patriótica. ¡ Combater! — eis o programa e o lêma, mocidade. Combater a anarquia que nos dissolve; combater o egoísmo que nos degrada; combater os crédos malsãos que nos desnaturam. E se a vitória não coroar o vosso nobre esforço, vós a tereis preparado para a geração vindoura, e com a altiva consolação de ter cumprido um dever sereis abençoada pela vossa descendência. Perder combatendo vale mais do que ganhar jogando. Perder com honra, como aqueles moços ventureiros, reedição



quinhentista da Ala dos Namorados, que compareceram no campo funesto de Alcácer, em redor do seu rei místico e virgem. Perder como êles, com a espada em punho, a alma em paroxismo, os nervos em críspação, honrando a pátria com o sacrifício, não podendo engrandecê-la pelo triunfo. Perder porque a estrêla propícia se eclipsou, não porque a bravura se estiolasse. ¡ Cair no sangue, não na lama !

Uma época corrompida pelos appetites materialistas e o vampirismo das ambições desenfreadas, que têm a Índia na alma, cousa peor do que tê-la, como no século xvi, a quatro meses de viagem, não póde julgar sem blasfêmia uma façanha inspirada no misticismo patriótico.

D. Sebastião «era uma alma nobre e teve uma inspiração da política da idade média; quis ser descendente dos reis cavaleiros, dos reis municipais, dos reis chefes da nação cristã, no meio de uma nação de bufarinheiros, de sobrecargas, de judeus agiotas, de cortesãos e de tar-



tufos». Estas palavras, em que se exalta o real mancebo e se açoita a sua época, não são minhas. Não cuideis que nelas procurei estampar no fundo sombrio da actualidade a imagem embelezada de um símbolo. Escreveu-as, há oitenta anos, sem adulteração de uma vírgula, o austero Herculano.

Porque D. Sebastião foi vencido não devemos inferir que os seus planos eram loucos. O Intante D. Henrique também foi derrotado em Tânger, e embora a vitória final de seus grandiosos projectos e o bem da pátria lhe tivessem ditado a capitulação crudelíssima, de cujas cláusulas deixou como fiança o desventurado e martirizado irmão, a lição eterna de beleza é a do rei virgem imolando-se heróicamente. Entretanto, nós reverenciamos o Infante inflexível porque para bem da pátria sacrificou ao cativo o irmão e companheiro de armas, faltando às leis da cavalaria e da humanidade. Tenhamo-lo como exemplo para opor aos que se negam a



sacrificar pela salvação pública as suas paixões individuais.

Regimens . . . Nuvens que o vento constantemente modifica e dissipa. Só os ideais se eternizam através das gerações efémeras. Um povo sem ideais é como corpo sem sangue, preparado para a decomposição. Ressuscitai os gritos propiciatórios das batalhas; tomai-os como divisas. Amai a vossa terra mais do que os regimens, servi a vossa pátria mais do que os homens. Revigorai a têmpera do vosso carácter. Desalterai a sêde de poesia e de cultura nos mananciais da literatura clássica. Não vos considereis soberbos por procurar nos grandes homens exemplo para a vossa conduta. As lições dos super-homens são mais inteligíveis porque os seus actos, as suas paixões, os seus triunfos e as suas desventuras ficaram gravados nos anais da humanidade em caracteres maiúsculos. É na convivência dos nobres exemplos que as almas se levantam. Subi às tôrres. Cogitai no que um



EXORTAÇÃO



Nun'Álvares, um Afonso de Albuquerque, um D. João de Castro pensariam das gerações que reduziram a Pátria aos extremos de debilidade em que a vemos. Banhai os vossos corações nas fontes tonificadoras da cultura humanista. Convi-vei espiritualmente com os heróis. Desenterrai sob o cisco dos panfletos os livros cuja leitura alimentava a chama épica de Camões. Aprendei a rezar à Pátria orações dignas dela, compostas pelos génios. Enamorai-vos da beleza. Armai-vos com as invulneráveis armaduras da honra e do ideal. Ponde na vossa cabeceira os «Varrões Ilustres», de Plutarco. Vereis que tantas vezes no mundo o fanatismo, o despotismo e a cupidez oprimiram os povos. Sabereis como outras pátrias morreram e como outras pátrias se salvaram. Aprendereis como se regeneraram nações atacadas pelos males que nos afligem. Contemplareis nos antepassados as mesmas misérias e as mesmas dores que atormentam os homens de hoje. Conhecereis



À MOCIDADE



como se resolvem os grandes casos de consciência. Antevereis o futuro nas lições do passado. Aprendereis a julgar com equidade a conduta dos vossos contemporâneos.

Jamais, nas horas de transição, um intelectual ligado pela lealdade ao seu partido e pela convicção às suas doutrinas deixou de padecer os mesmos transe morais de Cícero antes que se decidisse a juntar-se a Pompeu no acampamento de Farsália. Naquele momento sublime da sua vida, que resgatava tantos dos seus êrros, Cícero não tinha a menor esperança no êxito daquele passo decisivo: «Venho — dizia êle — como Amphiaraus, lançar-me vivo no abismo». Era um sacrifício patriótico. E, todavia, êle possuía uma alma fraca, sempre indisposta contra a violência, sempre inclinada à transigência. Foi a dignidade da sua cultura que o salvou. Há para a inteligência humana regras de probidade. Cícero amava a popularidade e a glória, os aplausos e as



EXORTAÇÃO



lisonjas, mas em vão, naquela hora crítica, procurou harmonizá-las com a dignidade e a honra. Para êle só havia dois caminhos: o de acolher-se à tenda de César, repudiando o passado, traíndo a causa que supunha ser o bém de Roma e atirando aos pés do genial tirano a toga senatorial, ou sacrificar-se com beleza, permanecendo fiel ao culto da tradição e da lei. E como era um espiritualista, preferiu o sacrifício. Mais tarde, quando depois da campanha ardente contra as ameaças prepotentes de António, os assassinos o vão procurar a Brindisi, êle recebe-os sentado, com o queixo apoiado à mão, corajoso como um guerreiro, oferecendo estoicamente o seu velho corpo às espadas com serenidade silenciosa — mas tam eloqüente como as invectivas inflamadas que lançara contra Catilina.

¡ Em quantas consciências portuguezas se debate o drama moral de Cícero! Nas provas a que é submetido o carácter, os vencidos da política são quási sempre os



À MOCIDADE



vitoriosos na esfera moral. O supremo heroísmo é não transigir com a maldade, com o êrro e com a tirania. Só as nobres acções enobrecem as pátrias. O que fica para edificação da posteridade na história dos povos é a parte de ideal com que a embelezaram os génios, os heróis e os mártires. O homem honrado é sempre um bom patriota. O patriotismo sem a virtude é como a mulher sem o pudor. ¡Quantas bôcas impuras invocam sacrílegamente o patriotismo, confundindo-o com as ambições de partido e o sectarismo fanático! Atentai na tôrva e ameaçadora catadura dos que se declaram defensores da liberdade, e que mais parecem os seus violadores.

Não vos deixeis embaír nem atemorizar. A Pátria está no Pretório. Os facciosos, em clamor e tumulto, agitadamente se recusam a deixar salvá-la, invocando a sua lei. ¿Mocidade, que vais fazer? ¿Terás, como Pôncio Pilatos, receio de desagradar ao poder? ¿Vais lavar as mãos como êle



EXORTAÇÃO



e contentar-te em dizer à turba desvai-rada que a ruína da pátria recaia sôbre ela...? Não o fareis, ou não seríeis então mocidade, denôdo, fé e esperança do por- vir. É porque confio em vós que vim, co- berto de luto, com o coração crivado de espinhos, prègar-vos a necessidade impe- riosa de organizar contra os ideais des- trutivos o ideal reconstrutor. Não venho aconselhar-vos a lapidar ninguém, mas a juntar as pedras da ruína nacional para reedificardes a pátria. A bandeira que has- teareis, entre tantas bandeiras sectárias, seja a verónica sagrada onde sete séculos não apagaram as cinco chagas postas em cruz e a sua belicosa moldura de castelos. As vossas armas, nesta hora em que a política degenerou em peleja periódica, sejam aquelas armas incruentas que não ferem nem atemorizam, aquelas únicas armas insuplantáveis quando utilizadas por corações puros: as virtudes cívicas. Como o cavaleiro da lenda, que vai des- pertar do sono mágico a virgem adorme-



À MOCIDADE



cida entre as chamas da floresta, assim possais vós reacordar do seu delíquio a Consciência Nacional, restituíndo-lhe as energias vigorosas, momentâneamente depauperadas pelo infortúnio e alquebradas pelo desalento.

Não vos deixeis intimidar pelas hidras assustadoras nem abater pelo desânimo entorpecedor. Tende fé. Não uma fé ascética e contemplativa, mas militante.

Portugal dispõe ainda de vastos e transbordantes reservatórios de vitalidade e prosperidade. Com muito menos, outras nações se consideram opulentas. Do dilúvio que submergiu o imensurável império português do século xvi, emergem as imponentes relíquias das nossas províncias africanas. A nossa bandeira flutua nas distantes paragens da Ásia e da Oceania, onde mais longínquamente compareceu a energia realizadora da raça. Somos, depois da Grécia e de Roma, a nação que, na radiosa adolescência da sua formação histórica, mais influiu nos destinos da hu-



EXORTAÇÃO



manidade, inaugurando a revelação da parte oculta do planeta, estabelecendo as comunicações marítimas inter-continetais. Somos a decana de tôdas as nações da Europa na sua actual configuração territorial; e só nos falta que a consciência da nossa soberania unitária se prolongue às dispersas províncias ultramarinas para que Lisboa volva a ser a cabeça de um grande império, a metrópole dos Estados Unidos de Portugal.

É certo que nos dispersámos quando andámos pelo mundo, vogando nos oceanos em nâus-baptistérios, pondo nomes de santos e de heróis às terras ignotas, na desconforme ambição de avassalar o planeta, eclipsando-o com a esfera manuelina. Transfundimos parte do nosso sangue a uma grande nação que gerámos na América. Desbaratámos incalculáveis energias em sôbre-humanas emprêsas. Foram gloriosas imprudencias, mas não só de pão vivem os povos.

Hoje, porém, quando teríamos de recon-



centrar a seiva da velha raça, como as árvores que se restauram no inverno, eis-nos pulverizando em vis discórdias as fôrças sobreviventes, esgotando-as em lutas fratricidas, desnacionalizando-nos em contacto com doutrinas dissolventes, apossados de um delírio suicida, vagueando desviados entre a revolução e a apatia, atraíndo as virtudes tradicionais, buscando em vão justificar com os males alheios os vírus que por imprevidência e desatino em nós próprios inoculámos.

Chegou a hora intransferível de voltarmos a ser portugueses, despojando-nos das várias denominações sectárias que nos esfarrapam, pois só na unidade de fé, na unidade de acção, na unidade de patriotismo encontraremos as fôrças resistentes e estimulantes da salvação.

Queria poder terminar como nos epílogos sinfónicos, onde os vários motivos orquestrais se associam e fundem.

Quizera que a Pátria, a Tradição, a Fé, a Cultura, a Coragem e a Honra, pala-



EXORTAÇÃO



vas belas e ideais inspiradores, filtros mágicos das almas, com que vos entreteve por demasiado tempo, se consorciassem num símbolo em que pudesse simultâneamente fazer-lhes a apologia e delinear a vossa missão. Juntai à surdina da minha voz a harmoniosa orquestra de vida e de esperança regida pela vossa juventude; fundi ao som triste o monocórdio da minha pobre exortação as unísonas palpitações dos vossos corações, o clangor da vossa alegria, e entoemos o hino propiciatório ao futuro que vos pertence, ao futuro que modelareis.

¡Mocidade! ¡Quando ámanhã, armada de fé inquebrantável, desceres desta colina espiritual, espero que, á semelhança do cândido Parsifal nos jardins maléficos de Klingsor, resistirás ás tentações da feiticeira e lograrás arrancar com juvenil denôdo das mãos da Ignorância a lança milagrosa cujo contacto há de salvar a ferida da Pátria!

DO MESMO AUTOR

O «PIEDOSO» E O «DESEJADO»

NO PRELO

PORTUGAL-BRASIL

SOCIEDADE EDITORA

88, Rua Garrett, 60—LISBOA

AFFONSO LOPES VIEIRA		JÚLIO DANTAS	
<i>O Romance de Amadis</i>	8\$00	<i>Como elas amam</i> (3. ^a ed.)....	8\$00
<i>País Lilds, desterro azul</i>	7\$00	<i>Espadas e rosas</i> (5. ^a ed.)....	8\$00
<i>Diana</i>	10\$00	<i>Mulheres</i> (5. ^a ed.).....	9\$00
ALFREDO APELL		<i>Sonetos</i> (5. ^a ed.).....	4\$00
<i>Cantos populares russos</i>	8\$00	<i>Abelhas doiradas</i> (2. ^a ed.)....	8\$00
ALMACHIO DINIZ		<i>Ao ouvido de M.me X</i> (5. ^a ed.)..	9\$00
<i>A Perpetua Metropole</i>	7\$00	<i>Çs galos de Apollo</i> (2. ^a ed.)..	8\$00
ANTONIO CABRAL		<i>Êles e Elias</i> (4. ^a ed.).....	8\$00
<i>Camilo Desconhecido</i>	12\$00	<i>Arte de Amar</i> (2. ^a ed.).....	8\$00
<i>Eça de Queirós</i>	12\$00	<i>O Heroísmo, a eleg.a, o amor.</i>	6\$00
BAZILIO TELLES		<i>Outros tempos</i> (3. ^a ed.).....	8\$00
<i>A Sciência e o atomismo</i>	7\$00	<i>Figuras de ontem e de hoje</i> ..	8\$00
CARLOS BABO		<i>Patria Portuguesa</i> (4. ^a ed.)... 10\$00	
<i>A Sombra de D. Miguel</i>	8\$00	<i>O amor em Portugal no século XVIII</i>	12\$00
<i>Amor Perfetto</i>	10\$00	<i>Eva</i>	10\$00
CARLOS MALHEIRO DIAS		JOSÉ TAVARES	
<i>A esperança e a morte, (2.^a edição).....</i>	8\$00	<i>Successões e direito sucessorio</i>	30\$00
<i>A Verdade Nua, (2.^a ed.)....</i>	9\$00	MARIA A. VAZ DE CARVALHO	
<i>Carta aos Estudantes</i>	2\$00	<i>Paginas escolhidas</i>	9\$00
<i>O «Piedoso» e o «Desejado» (no prélo).</i>		<i>Scenas do sec. XVIII em Portug.</i>	8\$00
CONDE D'ARNOSO		MAYER GARÇÃO	
<i>Azulejos, com prefacio de Eça de Queiroz, nova ed.</i>	8\$00	<i>Os Cem Sonetos (pref.) 2.^a ed.</i>	8\$00
CONDE DE SABUGOSA		SAMUEL MAIA	
<i>Gente d'Algo</i>	10\$00	<i>Sexo forte</i>	8\$00
<i>Neves de Antanho, (2.^a ed.)..</i>	10\$00	<i>Entre a vida e a morte</i>	7\$00
EDUARDO SCHWALBACH		<i>Luz Perpétua</i>	7\$00
<i>A Historia da Carochinha</i> ...	4\$00	SOUSA COSTA	
EMÍLIA DE SOUSA COSTA		<i>A Pecadora</i> (3. ^a ed.).....	8\$00
<i>Estes sim, venceram</i>	3\$00	<i>Fructo Proibido</i> (2. ^a ed.)....	10\$00
<i>Males de amor</i>	6\$00	<i>Milagres de Portugal</i>	8\$00
H. LOPES DE MENDONÇA		<i>Ressurreição dos mortos</i> (2. ^a)	10\$00
<i>Sangue Português</i> (3. ^a ed.)....	8\$00	<i>Romeu e Julieta</i> (3. ^a ed.)....	8\$00
<i>Gente Namorada, (2.^a ed.)....</i>	8\$00	<i>Coração de Mulher</i> (3. ^a ed.)..	10\$00
<i>Lanças n'Africa</i> (2. ^a ed.)....	8\$00	<i>Dramas da Serra</i>	6\$00
<i>Capa e espada</i> (2. ^a ed.)....	8\$00	<i>Excentricos</i> (3. ^a ed.).....	8\$00
<i>Fumos da Índia</i> (2. ^a ed.)....	8\$00	<i>Paginas de Sangue</i> (2. ^a ed.)..	10\$00
<i>Santos de casa</i>	8\$00	Theatro:	
<i>Almas penadas</i>	8\$00	JÚLIO DANTAS	
<i>Argueiros e cavaleiros</i>	8\$00	<i>A Severa</i>	8\$00
<i>O Crime de Arronches (teatro)</i>	4\$00	<i>D. João Tenorio, 6 actos</i>	8\$00
JOÃO DE DEUS		<i>Rosas de todo o ano</i>	2\$00
<i>Campo de Flores, 2 vols</i>	25\$00	<i>1023, episodio em verso</i>	2\$00
JOÃO DO RIO		<i>Auto de El-Rei Seleuco</i>	3\$00
<i>A Mulher e os Espelhos</i>	8\$00	<i>Um serão nas Laranjeiras</i> ...	8\$00
<i>Rosario da Illusão</i>	8\$00	<i>A Castro</i>	3\$00
<i>Correspondencia de uma estação de cura</i> (2. ^a ed.).....	7\$00	<i>Sóror Mariana</i>	3\$00
JOÃO SARAIVA (RIVOL)		<i>D. Beltrão de Figueirôa</i>	3\$00
<i>Satyras</i>	6\$00	<i>Primeiro beijo</i>	2\$00
<i>Lyricas e Satyras</i> (2. ^a ed.)...	7\$00	<i>Mater Dolorosa</i>	3\$00
		<i>D. Ramon de Capichuela</i>	2\$00
		<i>Paço de Veiros</i>	4\$00
		<i>Carlota Joaquina</i>	3\$00
		<i>Rei Lear</i>	9\$00